



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 003

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 003**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Mensagens	03
Proposta de Emenda à Constituição	32
Requerimentos	32
Projeto de Resolução ‘	45
Projetos de Lei	46
Projeto de Lei Complementar	53
Pequeno Expediente:	
Dep. José Maria Ferreira.....	53
Dep. José Domingos Scarpellini....	54
Grande Expediente:	
Dep. Jocelito Canto.....	56
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	55
Liderança do PDT	
Dep. Augustinho Zucchi	58
Liderança da Oposição	
Dep. Durval Amaral	59
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	62
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	62
1ª Discussão	63
Requerimentos	66
Encerramento da Sessão Ordinária.....	67
Transcrições	67
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	69
Diretoria de Apoio Técnico	
Termo Aditivo de Contrato.....	69
Balancetes	70

001ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE FEVEREIRO DE 2006**

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Cesar Seleme.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Reni Pereira, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Natálio Stica, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Tadeu Veneri (25). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elza Correia, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (29).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Mensagens***

MENSAGEM Nº 004/2006

Curitiba, 14 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva, nos termos da Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Magna Carta da República, em valores que variam entre R\$ 427,00 (quatrocentos e vinte e sete reais) e R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), em conformidade com as diversas categorias profissionais.

A presente proposição decorre de estudos conjuntos realizados por órgãos do Estado e entidades sindicais, cujas conclusões levaram em conta a possível fixação do Salário Mínimo nacional em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Assim sendo, vale destacar que a proposição virá garantir aos trabalhadores organizados em categorias profissionais aos trabalhadores não organizados sindicalmente, os preceitos constitucionais mínimos, estimulando o sistema produtivo e possibilitando uma melhor distribuição de renda.

Cabe ressaltar que a medida insere-se na política de amplos benefícios sociais que vêm sendo implantados desde o início do meu governo, em especial aos mais necessitados, bem como no favorecimento das micro, pequenas e médias empresas, com políticas públicas relativas a isenções ou reduções de tarifas de luz e água, bem como de tributos.

Certo de que a medida proposta, pelo elevado sentido de justiça que busca implantar, merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º No Estado do Paraná, conforme permissivo previsto no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal, nos termos da Lei Complementar nº 103, de 14 de

julho de 2000, o piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais abaixo enunciadas será de:

I - R\$ 427,00 (quatrocentos e vinte e sete reais) - para os trabalhadores agropecuários e florestais;

II - R\$ 429,12 (quatrocentos e vinte e nove reais e doze centavos) - para os empregados domésticos, serventes, trabalhadores de serviços de conservação, manutenção, empresas comerciais, industriais, áreas verdes e logradouros públicos, não especializados, contínuo e mensageiro; auxiliar de serviços gerais e de escritório; empregados do comércio não especializados; cumim e barboy;

III - R\$ 431,28 (quatrocentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos) - para classificadores de correspondência e carteiros, trabalhadores em serviços administrativos, cozinheiros, operadores de caixa, lavadeiras e tintureiros, barbeiros, cabeleireiros, manicures e pedicures, operadores de máquinas e implementos de agricultura; pecuária e exploração florestal; trabalhadores de tratamento de madeira, de fabricação de papel e papelão, fiandeiro, tecelões e tingidores, trabalhadores de curtimento, trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas, trabalhadores de costura e estofadores, trabalhadores da fabricação de calçados e artefatos de couro, vidreiro e ceramistas, confeccionadores de papel e papelão, dedetizadores, pescadores, vendedores, trabalhadores do serviço de higiene e saúde, trabalhadores de serviços de proteção e segurança; trabalhadores de serviços de turismo e hospedagem;

IV - R\$ 433,44 (quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) - para trabalhadores da construção civil, despachantes, fiscais, cobradores de transporte coletivo, trabalhadores de minas, pedreiras e contadores, pintores, cortadores, polidores e gravadores de pedras, pedreiros, trabalhadores de fabricação de produtos de borracha e plástico, e garçom;

V - R\$ 435,61 (quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) - para administradores de usinagem de metais, encanadores, soldadores, chapeadores, caldeireiros, e montadores de estruturas metálicas, trabalhadores das artes gráficas, condutores de veículos de transportes, trabalhadores de confecção de instrumentos musicais, produtos de vime e similares, trabalhadores de derivados de minerais não metálicos, trabalhadores de movimentação e manipulação de mercadorias e materiais, operadores de máquinas da construção civil e mineração, telegrafistas e bar-men, trabalhadores de edifícios e condomínios;

VI - R\$ 437,80 (quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) - para trabalhadores de serviços de contabilidade e caixas, operadores de máquinas de contabilidade e de calcular, operadores de máquinas de processamento automático de dados, secretários, datilógrafos e estenógrafos, chefes de serviços de transportes e comunicações, telefonistas e operadores de telefone e telemarketing, trabalhadores da rede de energia e telecomunicações, supervisores de compras e de vendas, com-

pradores, agentes técnicos de vendas e representantes comerciais, mordomos e governantas, trabalhadores de serventia e comissionários (serviço de transporte de passageiros), agentes de mestria, mestre, contramestres, supervisor de produção e manutenção industrial, trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos, operadores de instalações, de processamento químico, trabalhadores de tratamento de fumo e de fabricação de charutos e cigarros, operadores de estação de rádio, televisão e de equipamentos de sonorização e de projeção cinematográfica, operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares, sommelier, maitre de hotel, ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão, eletricitas, eletrônicos, joalheiros e ourives, marceneiros e operadores de máquinas de lavar madeira, supervisores de produção e manutenção industrial.

Parágrafo Único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é de 1º de maio.

Art. 2º Os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único. Caso o piso salarial constante de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho seja inferior ao valor do piso salarial instituído nesta lei, será garantido ao trabalhador pagamento do valor ora instituído.

Art. 4º A presente lei aplica-se aos trabalhadores domésticos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2006.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário. À **Diretoria Legislativa**.

MENSAGEM Nº 005/2006

Curitiba, 14 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, incisos II e III, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva extinguir, na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e criar, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM).

O plano de lei em referência consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Polícia Militar do Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Casa Militar da Governadoria, os quais indicam tal providência legal

como necessária ao aprimoramento e capacitação dos integrantes da Corporação Policial do Estado, com certeza de que a segurança pública será prestada com eficiência em prol do bem-estar da sociedade. O impacto financeiro, conforme cálculos feitos, será de R\$ 27.320,33 mensais, pelo acréscimo de sete vagas ao efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Certo de que a medida proposta, merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica extinto na Polícia Militar do Paraná o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), criado pela Lei nº 4.855, de 30 de março de 1964.

Art. 2º Fica criado, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), constituído, inicialmente, pelos integrantes do extinto Quadro de Oficiais de Administração que optarem para transferência.

Parágrafo Único. Aos Oficiais integrados ao QEOPM ficam assegurados os direitos e prerrogativas dos postos que ocupam.

Art. 3º O Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar será assim constituído:

- I - 01 Coronel;
- II - 02 Tenentes-Coronéis;
- III - 04 Majores;
- IV - 13 Capitães;
- V - 25 Primeiros-Tenentes; e
- VI - 75 Segundos-Tenentes.

Art. 4º Os Oficiais do extinto QOA que optarem pelo ingresso no QEOPM serão transferidos no mesmo posto ocupado na data da transferência.

§ 1º O direito de opção deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, mediante requerimento dirigido ao Comandante-Geral da Polícia Militar.

§ 2º O Oficial que optar em continuar no extinto QOA permanecerá no mesmo posto ocupado, sem direito à promoção, e será classificado segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço.

§ 3º O Quadro de Oficiais de Administração (QOA) permanecerá em processo de extinção até que o último de seus integrantes exerça o direito de opção previsto neste artigo ou seja transferido para a inatividade, nos termos da lei.

Art. 5º O QEOPM é auxiliar do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) no desempenho das missões

atribuídas à Polícia Militar, podendo seus integrantes serem empregados nas diversas funções previstas nos Quadros de Organização da Polícia Militar, respeitadas as limitações de natureza legal e constitucional.

Art. 6º Os Oficiais do QEOPM têm os mesmos deveres, direitos, prerrogativas e vencimentos dos demais Oficiais da Corporação.

Art. 7º As promoções no QEOPM serão regidas pelos princípios e dispositivos da Lei de Promoções de Oficiais vigente na Polícia Militar.

Art. 8º A promoção ao posto de Major QEOPM fica condicionada à conclusão e aprovação no Concurso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) regular, ao qual somente poderão concorrer os Capitães QEOPM graduados em curso de nível superior.

Art. 9º O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de 02 (dois) anos.

Art. 10. O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno, ao qual poderão concorrer todos os Subtenentes, Primeiros Sargentos, Segundos Sargentos, Terceiros Sargentos, Cabos e Soldados graduados em curso de nível superior.

§ 1º Em caráter de disposição transitória, pelo prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) anos, a contar da vigência da lei em que se deu esta alteração, os Subtenentes e Primeiros Sargentos que tenham concluído o ensino médio e realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) poderão participar do concurso seletivo interno para o Curso de Habilitação descrito no artigo anterior.

§ 2º É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 - Músico, a matrícula no Curso de Habilitação.

Art. 11. São requisitos básicos para se candidatar ao Curso de Habilitação:

I - ter, no mínimo, cinco anos de serviço prestado à Corporação como Praça;

II - estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM e não ter sofrido punição de natureza grave nos últimos cinco anos, até a data prevista para o início do curso;

III - possuir conduta social, familiar, moral e profissional que não colida com as atribuições e deveres impostos aos Oficiais da Polícia Militar;

IV - ter conceito profissional favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor, homologado pelo Comandante-Geral da Corporação;

V - não estar submetido à Conselho de Disciplina;

VI - não estar agregado ou licenciado para tratar de interesses particulares;

VII - não estar respondendo a processo criminal comum ou militar, por crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória decretada até o início do curso.

Art. 12. A seleção para o Curso de Habilitação será composta por exame intelectual, exame de saúde compreendendo exames clínicos, laboratoriais e psicopatológicos, e tese de aptidão física.

Parágrafo Único. Compete ao Comandante-Geral baixar as instruções para a seleção, ingresso, funcionamento e condições de aprovação do Curso, bem como a fixação do limite de matrículas, de acordo com o número de vagas existentes.

Art. 13. O Curso de Habilitação poderá funcionar anualmente, sendo que o concurso de admissão será válido somente para o respectivo curso a que se referir a inscrição.

Art. 14. Os aprovados no Curso de Habitação o realizarão na condição de aluno e serão promovidos ao posto de Segundo-Tenente QEOPM, permanecendo adidos no respectivo Quadro em caso de inexistência de vagas.

Parágrafo Único. Fica vedado o direito de transferência para a reserva remunerada, a pedido, num período de dois anos, contados da data da promoção ao posto de Segundo-Tenente QEOPM.

Art. 15. O efetivo da Polícia Militar do Paraná fixado na Lei nº 14.960, de 21 de dezembro de 2005, fica aumentado em 07 vagas.

Art. 16. As vagas constantes do artigo anterior serão distribuídas pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 - Oficiais e 2 - Praças desta lei.

Art. 17. O inciso I, do artigo 46, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais), passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - Curso:

a) Aperfeiçoamento de Oficiais, para promoção ao posto de major combatente ou do Quadro Especial; e

b) Superior de Polícia, para promoção ao posto de coronel combatente ou do Quadro Especial;”

Art. 18. Caberá ao Chefe do Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, editar decreto regulamentando o novo Quadro de Organização da Polícia Militar, a ser proposto pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 19. Em caráter de disposição transitória, a promoção dos Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração ao posto de Major QEOPM, fica condicionada à conclusão e aprovação em Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE), cuja grade curricular, carga horária e demais condições de funcionamento serão baixadas pelo Comandante-Geral no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta lei.

§ 1º O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especiais para o Quadro Especial será realizado uma única vez, a iniciar-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, e poderá ser frequentado somente por Capitães e Primeiros-Tenentes do extinto QOA, graduados em curso de nível superior,

sendo que os Primeiros-Tenentes deverão possuir um mínimo de 02 (dois) anos de promoção neste posto.

§ 2º Os Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração (QOA), independentemente do direito de opção estabelecido no artigo 4º, serão classificados segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço, sendo-lhes aplicáveis o disposto no *caput* do artigo 5º somente após a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE) ou Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

ANEXO - OFICIAIS

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	189	206	245	753
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Méd.	1	5	6	6	16		34
	PM Dent.	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq.		2	1	1	3		7
	PM Vet.				3	2		5
QOA/QEOPM		1	2	4	13	25	75	120
QCPM						1		1
QOE Músico					1	1	2	4
TOTAL		17	59	106	273	326	383	1164

ANEXO II - PRAÇAS

GRAD.QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1-PRAÇAS PM	175	281	668	1403	2179	11.248	15.954
2-PRAÇAS BM	56	89	117	435	697	1.809	3.203
TOTAL	231	370	785	1.838	2.876	13.057	19.157

MENSAGEM Nº 006/2006

Curitiba, 14 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dotar a Polícia Militar do Estado de um efetivo em quantitativos capazes de assegurar aos paranaenses o almejado nível de segurança, objetivando fixar o efetivo em 20.767 (vinte mil setecentos e ses-

seta e sete) militares estaduais, com acréscimo de 446 novas vagas.

A proposição ora formulada gerará o impacto financeiro imediato de R\$ 95.513,78 (noventa e cinco mil, quinhentos e treze reais e setenta e oito centavos) mensais.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.767 (vinte mil e setecentos e sessenta e sete) militares estaduais.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 e 2 desta lei, denominados respectivamente de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite

de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta).

Art. 3º O aumento de efetivo decorrente desta Lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

**ANEXO I
RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS**

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	39	65	197	219	258	790
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Méd.	1	5	6	6	16		34
	PM Dent.	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq.		2	1	1	3		7
	PM Vet.				3	2		5
QOA/QEOPM		1	2	4	13	25	75	120
QCPM						1		1
QOE Músico					1	1	2	4
TOTAL		17	60	108	281	339	396	1.201

**ANEXO II
RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL**

GRAD.QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1-PRAÇAS PM	179	288	675	1436	2217	11.568	15.954
2-PRAÇAS BM	56	89	117	435	697	1.809	3.203
TOTAL	235	377	792	1.871	2.914	13.377	19.566

MENSAGEM Nº 007/2006

Curitiba, 15 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à apreciação da Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que visa reestruturar as tabelas de vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo, regido pela Lei nº 13.666/2002, abrangendo mais de 40.000 funcionários públicos ativos, inativos e pensionistas.

A proposta, que representa um histórico avanço na vida profissional daqueles servidores que integram o referido Quadro e prestam seus serviços nos mais diferentes órgãos da Administração Pública Estadual, é sem dúvida alguma, o reconhecimento de toda a equipe de governo, da importância e do significado da atuação dos funcionários públicos de carreira, na efetivação das políticas públicas e na prestação dos mais diversificados serviços à população paranaense.

As razões que ensejaram a proposta da concessão de aumentos em percentuais tão significativos, bem como a metodologia adotada, cronogramas de implantação e respectivos impactos orçamentário-financeiros encontram-se explicitados na justificativa que acompanha a mensagem transcrita em anexo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, organiza as carreiras e a remuneração dos funcionários públicos estaduais que não fazem parte de quadros disciplinados por leis específicas. Estes servidores estão distribuídos nas várias Secretarias e órgãos, além das autarquias estaduais, desempenhando funções técnicas, administrativas e finalísticas e dando efetividade às políticas públicas estabelecidas nas leis e nos programas de governo.

Muito embora tenha a atual gestão optado por dar integral cumprimento à Lei 13.666/2002, efetuando progressões, promoções e regulamentado algumas gratificações previstas sem a efetiva implementação, este quadro ainda apresenta uma das menores remunerações da administração direta e autárquica do Poder Executivo. Mesmo considerando a relevância das funções desempenhadas por estes profissionais, estes nem sempre contam com uma grande capacidade de mobilização em torno de suas reivindicações.

Por tais razões, foram enviados todos os esforços administrativos, orçamentários e financeiros para que fossem reestruturadas as tabelas de seus vencimentos, para abranger servidores ativos, inativos e geradores de pensão que têm sua vida laboral e a composição de seus proventos de aposentadoria regidos por este plano de carreiras.

A presente proposta visa adequar as tabelas salariais do QPPE às demais tabelas do Estado, cumprindo a política do atual Governo do Estado do Paraná em corrigir, paulatinamente, algumas distorções entre os vencimentos percebidos pelas diversas categorias de servidores públicos. Atende também aos anseios e reivindicações apresentados pelos representantes das categorias que compõem o Quadro, com observância estrita de outros parâmetros de planejamento orçamentário e financeiro, contando com a interveniência e efetiva participação das Pastas do Planejamento e Fazenda.

Busca-se, com a medida, uniformizar os valores das diferentes carreiras, equacionando as tabelas das carreiras do QPPE, de forma estender, a todos, o tratamento constitucional de paridade de vencimentos de acordo com a complexidade da tarefa desempenhada.

A metodologia adotada é a de incorporar os R\$ 100,00 (cem reais) a título de abono, concedido pelo

Decreto nº 1.705, de 13 de agosto de 2003 e, também, a Gratificação de assiduidade, com valor igual, de R\$ 100,00 (cem reais), concedida pela Lei Estadual nº 13.515, de 26 de março de 2002.

Tal incorporação se dará na referência salarial inicial da tabela, com os conseqüentes reflexos nas demais referências e classes salariais,

sendo estendido esse valor aos inativos, complementando a parcela de abono anteriormente concedida aos ativos. O objetivo, seguindo a orientação deste Governo, é conceder aos servidores inativos um tratamento paritário com os servidores em atividade, naquilo que é pertinente e razoável em relação aos ativos, estendendo-lhes de forma integral os percentuais de ganhos que estão previstos para o pessoal ativo.

Analizando as tabelas agora submetidas à apreciação dos Srs. Deputados e aquela que se encontra em vigor, temos que:

a) a tabela atual prevê um salário base inicial para Agente de Apoio de R\$ 228,41 (duzentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos) ao qual serão incorporados os R\$ 200,00 (duzentos reais) pagos a título de abono e assiduidade, totalizando R\$ 428,41 (quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos). A este valor nominal e real de salário base acresce-se o percentual proposto de 35,38%, totalizando R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais). A partir deste vencimento básico e efetuando-se a distribuição da tabela, chega-se até o percentual de 87,63%, traduzindo aumento médio percentual de 65,43%.

b) O Agente de Execução, Aviação e Penitenciário com salário inicial atual de tabela de R\$ 334,21 (trezentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos), que somados aos R\$ 200,00 (duzentos reais) de abono e assiduidade chega ao salário pago de R\$ 534,21 (quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos) e, acrescidos do percentual proposto, atinge R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais). Obtém-se, assim, um aumento efetivo no percentual inicial de R\$ 62,86%. A partir deste vencimento básico e efetuando-se a distribuição na tabela, chega-se até o percentual de 104,49%, alcançando-se a média de reajuste de 88,10%.

c) O Agente Profissional, com salário inicial de tabela de R\$ 1.525,25 (um mil quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), sobre o qual se acresce a quantia de R\$ 100,00 (cem reais), a título de assiduidade, totalizando R\$ 1.625,25 (um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), terá seu salário elevado para R\$ 2.088,00 (dois mil e oitenta e oito reais) tendo em vista o aumento inicial percentual e efetivo de 28,47%, o qual representa, no final da tabela, um aumento percentual de 21,50%, perfazendo, assim, um ganho médio percentual de 25,66%.

Efetuados estes aumentos haverá a concessão de índices percentuais maiores aos menores salários. A tabela, organizada desta forma, ainda propicia aos servidores do quadro próprio a possibilidade de desenvolvi-

mento na carreira por meio dos institutos da progressão e da promoção.

Com as medidas propostas serão beneficiados 43.750 servidores ativos e inativos e geradores de pensão

a um custo mensal estimado de R\$ 27.155.948,00 (vinte e sete milhões, cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e oito reais), conforme demonstrado a seguir:

Cargo	População Atingida (Ativos, Inativos e Geradores)	Valores Iniciais das Tabelas	Média de Aumento Percentual	Custo Mensal Estimado
Apoio	26.404	580,00	65,43	10.939.482,05
Execução/ Penitenciário/ Aviação	9.710	870,00	88,10	7.477.169,82
Profissional	7.636	2.088,00	25,56	6.239.296,62
Custo de Distribuição Tempos Inativos				2.500.000,00
TOTAL	43.750	-	-	27.155.948,49

O custo das medidas propostas estão adiante demonstrado:

Valor Atual da Folha Total do Estado	Valor Estimado da Folha Proposta	Acréscimo de Despesa
374,0 milhões	401,1 milhões	7,24 %

Valor Atual da Folha do QPPE	Valor Estimado da Folha Proposta para o QPPE	Acréscimo de Despesa
61,0 milhões	88,1 milhões	44,4 %

Após análise dos impactos mensais e anuais que o anteprojeto de lei representa, e estudadas as projeções receita X despesa, foi estipulado um cronograma para implantação dos aumentos, o que será feito, em cada etapa, após análise mensal dos índices executados de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal. O pagamento inicia-se já no mês de maio de 2006, com a reestruturação dos salários do pessoal de apoio, que conta com a menor remuneração e continua no mês de junho de 2006 para os demais cargos. Como já ressaltado, há necessidade de observar um cronograma de pagamentos, para que não se comprometa a saúde financeira da execução dos demais programas de governo.

Além de tratar da reestruturação de tabelas, a proposta modifica alguns critérios de pagamento de gratificações previstas na Lei 13.666/2002. Há benefícios previstos na Lei 13.666/2002 que têm confrontado com as da Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos) reclamando determinação de exclusão mútua para adequação das remunerações, de forma a não haver sobreposições.

Quanto à Gratificação de Atividade Técnica - GATT, prevista na lei do QPPE, exclusiva para o Agente

Profissional, ou seja, aquele que detém formação universitária, terá sua aplicação ampliada para o Agente de Apoio e Execução, servidores com ensino fundamental ou segundo grau completo. Altera-se sua denominação para Gratificação de Atividade e Suporte Técnico - GAST. Assim, se equaciona a necessidade de contemplar situações onde servidores - apesar de ocuparem cargos diferentes em complexidade - exercem atividades técnicas de maior envergadura que a exigida para seu cargo e função. Esta vantagem, que depende de regulamentação para os casos específicos, estará sempre vinculada ao projeto, atividade ou ação implementado pelos diferentes órgãos da Administração Pública.

Além do já exposto no sentido de conservar a paridade entre ativos, inativos e geradores de pensão, a proposta pretende corrigir, em parte e de acordo com as possibilidades de comprometimento das receitas, o enquadramento efetivado pela Lei 13.666/2002 para os servidores aposentados de todos os níveis. Há previsão da redistribuição dos proventos de aposentadoria, nas respectivas referências e dentro da mesma classe, por tempo de serviço, seja para inativos, seja geradores de pensão

que foram alcançados pelo enquadramento anterior, cujos custos já estão elencados no quadro demonstrativo apresentado acima.

Portanto, será efetuada a concessão de uma referência salarial por quinquênio que o ex-servidor possua até a data de enquadramento, concedido nos mesmos moldes do Decreto nº 3960, de 02 de dezembro de 2004 aos ativos, sem que haja mudança de classe.

Tal distribuição representa um acréscimo de custo em torno de 10% (dez por cento) no impacto mensal da implantação das tabelas do presente anteprojeto.

Por outro lado, em consonância com as recentes reformas efetuadas no texto constitucional, a mensagem autoriza que todas as vantagens previstas na referida legislação, que não tenham caráter precário como abono ou custeio, possam compor a base de cálculo para a respectiva contribuição previdenciária, nos termos da legislação em vigor, com o que o funcionário público ao final de sua vida laboral, poderá contar com a incorporação de tais parcelas em seus proventos, atendida a proporcionalidade (média de contribuição) e o princípio contributivo.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O Anexo III da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, fica reestruturado passando a vigorar na forma do Anexo I desta lei:

“§ 1º Fica incorporada ao valor inicial da referência 1 (um) da Classe III do cargo Apoio, a Gratificação de Assiduidade concedida pela Lei Estadual nº 13.515, de 26 de março de 2002, ficando vedada sua extensão aos servidores do QPPE sob o mesmo título ou fundamento, com o conseqüente reflexo na tabela.

§ 2º Fica incorporada ao valor de referência 1 (um) da Classe III do Cargo Apoio, o abono provisório concedido pelo Decreto nº 1.705, de 13 de agosto de 2003, aos servidores do QPPE, ativos e inativos, ficando extinta sua aplicação sob o mesmo título ou fundamento, com o conseqüente reflexo na tabela.”

Art. 2º Todas as vantagens de que tratam os incisos do artigo 18 da Lei nº 13.666/2002 são mutuamente excludentes e incompatíveis com a percepção dos Encargos Especiais e Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - Tide, de que trata a Lei Estadual nº 6.174/70, exceto os Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

Art. 3º Ficam excluídos os incisos V e VI do artigo 15 da Lei Estadual nº 13.666/2002.

Art. 4º As gratificações e adicionais referidos no artigo 18 e seus incisos serão devidos ao servidor alocado nas respectivas unidades da Administração Direta e Autárquica e enquanto o mesmo permanecer no local e em atividade, cessando seu pagamento quando da remo-

ção, afastamentos não remunerados, disponibilidade do cargo ou função e disponibilidade funcional.

Art. 5º O inciso III do artigo 18, do Capítulo II, da Seção V, da Lei Estadual nº 13.666/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico - GAST: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza transitória, vinculada a atividades técnicas e de suporte técnico no gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência salarial inicial de cada classe, incompatível com o cargo de provimento em comissão, função gratificada, Adicional de Atividade Penitenciária - AAP, Adicional de Vão - AAV e demais gratificações previstas nesta lei, além dos Encargos Especiais e regime de Tempo Integral de Dedicação Exclusiva - Tide a que se refere a Lei 6.174/70.”

Art. 6º Todas as vantagens de caráter pecuniário previstas no artigo 18 da Lei nº 13.666/2002, que não sejam de caráter precário como abono e custeio, compõem a base contributiva para a inatividade, sendo incorporáveis aos proventos de aposentadoria na forma das normas constitucionais aplicáveis e legislação previdenciária em vigor, a partir da vigência desta lei.

Art. 7º Fica alterada a correlação a que se refere o Anexo IV da Lei nº 13.666/2002, na forma do Anexo II desta lei.

Art. 8º A implementação das tabelas referidas no Anexo I desta lei dar-se-á em 2 (duas) etapas:

I. para o Cargo de Apoio, será efetivada na Folha de Pagamento do mês de maio de 2006;

II. para os Cargos Execução, Penitenciário, Aviação e Profissional, será efetivada na Folha de Pagamento do mês de junho de 2006.

Art. 9º Ao ex-servidor alcançado pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, e que se encontrava inativo ou gerando pensão na data de sua promulgação, será concedida a distribuição de tempo a partir da referência em que se efetivou o enquadramento previsto no artigo 20 da Lei 13.666/2002, na Folha de Pagamento do mês de junho de 2006, da seguinte forma:

I - 1 (uma) referência salarial para 1 (um) quinquênio completo;

II - 2 (duas) referências salariais para 2 (dois) quinquênios completos;

III - 3 (três) referências salariais para 3 (três) quinquênios completos;

IV - 4 (quatro) referências salariais para 4 (quatro) quinquênios completos; e

V - 5 (cinco) referências salariais para 5 (cinco) quinquênios completos.

Parágrafo Único. A distribuição de tempo será limitada à última referência salarial de cada classe, sendo vedada a mudança de classe.

Art. 10. Os atos referentes à aplicação da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos de programas governamentais e cujos efeitos financeiros ocorrerão conforme previstos nesta lei.

Art. 11. Os percentuais individuais e valores resultantes da reestruturação prevista nesta lei serão considerados para fins de aplicação do disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal e das exceções previs-

tas no artigo 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário da Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002 e seus efeitos financeiros, além de observar as datas de implantação previstas no artigo 8º e seus incisos, serão pagos após análise a ser efetuada pelas Secretarias do Planejamento e Fazenda, sobre os limites de comprometimento da receita líquida, nos termos da seção II, artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000.

À Diretoria Legislativa.

**ANEXO I DA LEI Nº
VENCIMENTO BÁSICO DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO - 40 HORAS SEMANAIS**

	APOIO				PENITENCIÁRIO		
	REF.	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
	1	580,00	906,06	1.415,41	870,00	1.371,79	2.162,99
	2	603,30	937,77	1.464,95	900,45	1.419,80	2.238,69
REFERÊNCIA SALARIAL	3	621,31	970,59	1.516,23	931,97	1.469,49	2.317,05
	4	643,06	1.004,56	1.569,29	964,58	1.520,93	2.398,15
	5	665,56	1.039,72	1.624,22	998,35	1.574,16	2.482,08
	6	688,86	1.076,11	1.681,07	1.033,29	1.629,25	2.568,95
	7	712,97	1.113,78	1.739,90	1.069,45	1.686,28	2.658,87
	8	737,92	1.152,76	1.800,80	1.106,88	1.745,30	2.751,93
	9	763,75	1.193,10	1.863,83	1.145,62	1.806,38	2.848,24
	10	790,48	1.234,86	1.929,06	1.185,72	1.869,61	2.947,93
	11	818,15	1.278,08	1.996,58	1.227,22	1.935,04	3.051,11
	12	846,78	1.322,82	2.066,46	1.270,17	2.002,77	3.157,90

ANEXO I DA LEI Nº
VENCIMENTO BÁSICO DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO - 40 HORAS SEMANAIS

REFERÊNCIA SALARIAL	AVIAÇÃO				EXECUÇÃO			PROFISSIONAL		
	REF.	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
	1	870,00	1.371,79	2.162,99	870,00	1.371,79	2.162,99	2.088,00	3.353,26	5.385,22
	2	900,45	1.419,80	2.238,69	900,45	1.419,80	2.238,69	2.161,08	3.470,62	5.573,70
	3	931,97	1.469,49	2.317,05	931,97	1.469,49	2.317,05	2.236,72	3.592,09	5.768,78
	4	964,58	1.520,93	2.398,15	964,58	1.520,93	2.398,15	2.315,00	3.717,82	5.970,69
	5	998,35	1.574,16	2.482,08	998,35	1.574,16	2.482,08	2.396,03	3.847,94	6.179,67
	6	1.033,29	1.629,25	2.568,95	1.033,29	1.629,25	2.568,95	2.479,89	3.982,62	6.395,95
	7	1.069,45	1.686,28	2.658,87	1.069,45	1.686,28	2.658,87	2.566,69	4.122,01	6.619,81
	8	1.106,88	1.745,30	2.751,93	1.106,88	1.174,30	2.751,93	2.656,52	4.266,28	6.851,51
	9	1.145,62	1.806,38	2.848,24	1.145,62	1.806,38	2.848,24	2.749,50	4.415,60	7.091,31
	10	1.185,72	1.869,61	2.947,93	1.185,72	1.869,61	2.947,93	2.845,73	4.570,15	7.339,50
	11	1.227,22	1.935,04	3.051,11	1.227,22	1.935,04	3.051,11	2.945,33	4.730,10	7.596,39
	12	1.270,17	2.002,77	3.157,90	1.270,17	2.002,77	3.157,90	3.048,42	4.895,66	7.862,26

ANEXO II DA LEI
CORRELAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DO QUADRO GERAL DO ESTADO - QGE
PARA O QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO - QPPE

DO CARGO/FUNÇÃO QGE	CLASSE	PARA O CARGO QPPE	FUNÇÃO
Massagista	A	Agente de Execução	Técnico de Saúde

MENSAGEM nº 008/2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, para criar, no Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior, a Carreira Técnica Universitária, assim como adotar outras providências.

O plano de lei em referência, que virá atender antiga reivindicação de importante segmento do pessoal das Universidades, resulta de estudos que determinei fossem feitos pela SEAP e SETI, os quais foram apresentados com a justificativa adiante transcrita, e que bem demonstra a necessidade e oportunidade de que a medida é revestida:

“Tem este projeto o escopo fundamental de alinhar a carreira do Agente Universitário, criada pela Lei Estadual nº 11.713/97, às demais carreiras que vêm sendo reformuladas ao longo das últimas gestões governamentais, adotando metodologia de classes e funções que reflitam a especificidade de atuação das

Instituições de Ensino Público Superior do Estado do Paraná - IEES.

Com a edição da Lei 11.713/97 foi criado o cargo único de Agente Universitário para a referida carreira sem estabelecer mecanismos eficazes para proporcionar promoções como incentivo ao desenvolvimento da carreira. Esta lei previa igualmente uma série de vantagens financeiras que, ao longo do tempo, foram sendo pagas sem o necessário embasamento jurídico-formal, ou seja, que tivessem passado pelo processo legislativo competente (lei em sentido material e formal). Por tais razões, os órgãos fiscalizadores e a própria Procuradoria Geral do Estado, estavam questionando essas vantagens e algumas situações irregulares. O atual governo reconheceu tal quadro de caos administrativo e enfrentou o desafio de resolver. Por isso, o projeto apresentado parte da premissa do cargo único e pretende resolver as situações irregulares.

Tal metodologia já é adotada na carreira Policial Militar, na do Magistério, na do Auditor Fiscal, e em alguns empregos públicos e pelo Poder Legislativo/Tribunal de Contas.

Calçada em critérios objetivos, essa metodologia é delimitada por vedações de ordem legal - funções existentes e vagas - financeira e administrativa submetendo, ainda, o servidor a provas de caráter eliminatório, pois o processo de promoção será sempre concorrencial e não se admitindo, portanto, situações de acomodação de ordem pessoal.

O presente anteprojeto tem, também como pressuposto para tabela e remuneração:

* incorporação da gratificação de produtividade (R\$165,00), concedida pela Lei nº 6.569/74 (artigo 32 da Lei nº 11.713/97) para funções de nível superior; incorporação do abono de R\$ 300,00 para todas as funções; concessão de gratificação de mérito (titulação) apenas para doutorado (15%), acima da última classe, que requer

mestrado; concessão de gratificação de saúde, em valores fixos, por classe e local: R\$ 520,00 para classe I; R\$ 250,00 para a II; e R\$ 200,00 para a III, tendo em vista a nova tabela e gratificação de tarefa de segurança, para os agentes de segurança (vigia/porteiro), de 1/3 do vencimento base da referência 1 da série de classe "c" da classe III; enquadramento em três fases: salarial; escolaridade; e tempo;

* enquadramento dos plantonistas na classe I, igual aos demais técnicos, proporcionalmente à tabela vigente.

Propõe-se o enquadramento salarial somando-se o valor do vencimento básico às vantagens que serão incorporadas (abono e produtividade). A consequência é que mais pessoas serão enquadradas nos níveis salariais mais baixos (concentração), reduzindo o custo.

INSTITUIÇÃO	ENQUADRAMENTO			
	SALARIAL	ESCOLARIDADE	TEMPO	TOTAL DAS 3 FASES
UEL	443.358,40	926.021,86	426.868,31	1.796.248,57
UEM	472.663,45	955.748,62	243.347,99	1.671.760,06
UEPG	238.443,13	148.033,49	95.245,73	481.722,35
UNIOESTE	-128.168,73	262.188,21	30.321,77	164.341,25
UNICENTRO	62.522,46	99.369,22	15.426,70	177.318,38
ISOLADAS (ESTIMATIVA)	32.664,56	71.740,84	24.336,32	128.741,72
INATIVOS	83.466,97	0,00	0,00	83.466,97
TOTAL	1.204.950,24	2.463.102,24	835.546,82	4.503.599,30
Fonte: Of. 0968/05 - GS/SETI				

O referido enquadramento se dará nas seguintes fases: A primeira será realizada no mês da promulgação desta lei, para as funções das atuais classes I, II, III, IV, V, VI e VII: vencimento básico mais o abono concedido pelo Decreto Estadual nº 3.896, de 18 de novembro de 2004, em valor imediatamente superior na tabela a que se refere o Anexo III desta lei. Para as funções da atual classe VIII: vencimento básico mais Gratificação de Produtividade concedida pela Lei Estadual nº 6.569 de 25 de junho de 1974 mais o abono concedido pelo Decreto Estadual nº 3.896, de 18 de novembro de 2004, em valor imediatamente superior na tabela a que se refere o Anexo III desta lei. E, para as funções da atual classe IX: correlação equivalente à da classe VIII.

Posteriormente, a 2ª etapa do enquadramento será pela escolarização para todas as funções, no mês subsequente à promulgação desta lei. Os funcionários que possuem a escolarização prevista no Anexo IV da proposta

de lei serão enquadrados na série de classe e função correspondentes combinando-se com as disposições do artigo 11 da mesma proposta, sem mudança de classe.

Finalmente, na 3ª etapa realizar-se-á distribuição de tempo, após o enquadramento por escolarização, no mês subsequente à implantação da segunda etapa à promulgação desta lei onde serão conferidos: 2 (dois) quinquênios completos, uma referência salarial; 3 (três) quinquênios completos, duas referências salariais; e igual ou acima de 4 (quatro) quinquênios completos, três referências salariais.

No quadro abaixo é possível observar o acima exposto. Neste não estão incluídas as vantagens de adicional noturno, serviço extraordinário, gratificação de doutor (15%), gratificação de tarefa de segurança e outras de caráter relativo.

A situação das vantagens auferidas pelos servidores das IEES e as vantagens propostas estão configuradas no quadro seguinte:

PESSOAL DE APOIO Escolaridade: Fundamental		
Situação Anterior	Situação Proposta	Ganho Efetivo
De R\$ 576,61 a R\$ 694,86	De R\$ 600,00 a R\$ 951,84	De 4,05% a 65,07%
PESSOAL EXECUÇÃO Escolaridade: Ensino Médio		
Situação Anterior	Situação Proposta	Ganho Efetivo
De R\$ 731,22 a R\$ 813,84	De R\$ 789,93 a R\$ 1.496,45	De 8,03% a 83,87%
PESSOAL PROFISSIONAL Escolaridade: Ensino Superior		
Situação Anterior	Situação Proposta	Ganho Efetivo
De R\$ 1.351,85	De R\$ 1.856,18 a R\$ 3.941,29	De R\$ 1.856,18 a R\$ 3.941,29

As vantagens propostas estão configuradas no quadro seguinte:

CUSTO DA PROPOSTA		
ACRÉSCIMOS	Implantação Tabela (Enquadramento)	2.797.702,29
	Gas HU's Valor Fixo	513.277,54
	Adicional Noturno	90.086,01
	Hora Extra	106.592,46
Custo com Vantagens		3.507.658,31
Abono		2.624.100,00
Custo (com abono)		6.131.758,31

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica alterado o Capítulo II da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, passando a vigorar com a redação dada por esta lei:

Capítulo II

Da Carreira Técnica Universitária

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 19. A Carreira do Pessoal Técnico Administrativo passa a denominar-se Carreira Técnica Uni-

versitária, integrada pelos atuais ocupantes de cargo público de provimento efetivo alocados nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná - IEES.

Art. 20. A carreira Técnico Universitária é de cargo único, denominado Agente Universitário, composto de funções singulares e multiocupacionais agregadas, dispostas em ordem crescente de classes constituídas de séries de classes que determinam a linha de desenvolvimento profissional do cargo.

§ 1º Cargo é a unidade funcional básica de ação do agente público universitário, com provimento mediante concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo.

§ 3º Função singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica.

§ 4º Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade não determina profissionalização específica.

§ 5º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade e complexidade ocupacional.

§ 6º Série de classes é a subdivisão da classe de acordo com a crescente exigência escolar e ocupacional da função, dentro da mesma classe.

§ 7º Desenvolvimento profissional do cargo é o processo de crescimento horizontal e vertical na carreira, seja na mesma classe, através da progressão ou promoção intraclasse, seja de uma classe a outra, através da promoção interclasses.

Seção II

Da Estrutura da Carreira

Art. 21. A Carreira Técnica Universitária é estruturada em três classes, com cada classe agrupando funções em séries de classes, com as quantidades e exigências mínimas de escolaridade de ingresso de acordo com a classe ou série de classe, na forma do Anexo I desta lei.

§ 1º As séries de classes serão sobrepostas, tendo a série de classes imediatamente superior, dentro da mesma classe, valores integrantes ou próximos à série de classes imediatamente inferior, em valores sempre crescentes, com intervalo de 3,5% (três vírgula cinco pontos percentuais), sendo o intervalo inicial entre as duas primeiras referências de cada série de classes de 5% (cinco por cento).

§ 2º O rol das funções componentes do cargo, distribuídas nas classes e séries de classes, com as correlações e os requisitos de ingresso são dispostas na forma do Anexo II desta lei.

§ 3º A carga horária do cargo Agente Universitário e das funções componentes é de 40 (quarenta) horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico do Anexo III desta lei.

§ 4º A jornada de trabalho de funções em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos seguirá a legislação estadual específica vigente.

§ 5º A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e outras características serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e Secretaria de Estado da Administração e de Previdência - SEAP, por iniciativa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

§ 6º As quantidades de vagas por classes a que se refere o Anexo I, fica fixada por Hospitais Universitários e demais unidades, sendo alteradas:

I - Entre as classes, por intermédio de Decreto Governamental, para atendimento de ingresso ou promoção;

II - Entre Hospital Universitário e demais unidades somente através de lei.

Seção III

Do Provimento e do Estágio Probatório

Art. 22. O provimento nas funções do cargo de Agente Universitário se dará na classe e na série de classes correspondente à escolaridade exigida para o ingresso, atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de vaga no cargo e na classe;

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pelo instituição de ensino, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;

IV - registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e

V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

§ 1º A comprovação do preenchimento dos requisitos I a V do *caput* deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório.

§ 2º O processo de concurso público será motivado somente após o processo seletivo de promoção previsto no artigo 27, parágrafo 2º desta lei e em decorrência da inexistência de suprimento das funções e quantidades necessárias ao preenchimento da demanda.

Art. 23. O estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo, função e classe de ingresso.

§ 1º O funcionamento será considerado estável após aprovação no estágio probatório através de avaliação especial de desempenho, por comissão instituída exclusivamente para essa finalidade.

§ 2º A avaliação especial de desempenho para a finalidade do parágrafo anterior deverá considerar os requisitos especificados no Perfil Profissiográfico do cargo e da função.

§ 3º Considerado inapto ou não cumpridas as exigências do cargo e função, o funcionário será exonerado, sendo chamado o candidato com classificação imediatamente inferior.

§ 4º Considerado estável, o funcionário terá automaticamente progressão para a segunda referência da série de classes em que ingressou.

§ 5º Não será permitida a promoção interclasse para funcionários em estágio probatório e promoção interclasse antes de decorridos 07 (sete) anos de exercício na classe de ingresso.

Seção IV

Do Perfil Profissiográfico e da Avaliação de Desempenho

Art. 24. Será adotado para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação, aprendizagem/reciclagem e para os institutos de desenvolvimento na carreira o Perfil Profissiográfico, uniformizado para todas as Instituições de Ensino.

§ 1º Perfil Profissiográfico é o documento formal da descrição do cargo e das funções componentes do cargo, indicando as tarefas genéricas do cargo, as tarefas específicas e especializadas das funções, as exigências físicas, psicológicas e profissionais e outras determinantes para a ocupação do cargo e da função, sendo utilizado tanto para o estágio probatório quanto para a manutenção do cargo.

§ 2º As tarefas associadas no desempenho do cargo e função serão mensuráveis, quantitativas e qualitativamente, para as determinações do *caput* deste artigo:

I - Tarefas genéricas indicarão apenas as quantidades de funcionários necessários para o desempenho das atividades da estrutura.

II - Tarefas específicas indicarão a formação profissional necessária para o desenvolvimento das atividades da estrutura.

III - Tarefas especializadas indicarão a formação profissional mais as exigências especializadas para o desenvolvimento das atividades de estrutura.

§ 3º O Perfil será utilizado para a avaliação de desempenho, gerando indicadores quantitativos que servirão de título ao funcionário no instituto da promoção interclasse.

I - A adoção de instrumento de avaliação de desempenho deverá ser uniformizada para todas as IEES, de acordo com suas especificidades e encaminhado pelo conjunto das instituições para publicação de resolução conjunta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

§ 4º O Perfil será utilizado para o processo de aprendizagem/reciclagem, gerando indicadores qualitativos que servirão de indicação de capacitação para o desenvolvimento na carreira.

I - As IEES deverão adotar plano de capacitação, seja para aprendizagem, seja para reciclagem, para todos os funcionários da Carreira Técnica Universitária.

§ 5º O Perfil Profissiográfico completo, para todas as IEES, será encaminhado pelo conjunto das instituições no prazo de 01 (um) ano a partir da edição desta lei, para publicação de resolução conjunta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Seção V

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 25. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

Art. 26. A progressão se dará na série de classes, ao funcionário estável, por antiguidade, titulação e avaliação de desempenho.

§ 1º Progressão é a passagem do funcionário, de uma referência salarial para outra, dentro da mesma classe e série de classes e funções, limitada a última referência salarial da série de classes.

§ 2º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na carreira e na classe e série de classes, sendo de uma referência salarial, ocorrendo no período em que o funcionário completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

I - será computado o tempo de estágio probatório para este fim;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder, para efeitos deste parágrafo.

§ 3º A progressão por titulação será de até 02 (duas) referências salariais, a cada 4 (quatro) anos de efetivo exercício numa série de classes, aplicada sempre quando o funcionário apresentar os títulos, via requerimento e obedecendo:

I - Para as funções na Classe III, conclusão de curso relativos à área de atuação ou desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 20 (vinte) horas.

II - Para as funções da Classe II, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 40 (quarenta) horas.

III - Para as funções da Classe I, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas.

IV - Será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação ou ao desempenho de cargo/função, que poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título.

V - Não poderá ser considerado título o curso que caracterize requisito mínimo para ingresso na função e na série de classes correspondente.

VI - Os certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público, não podendo ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

VII - A progressão a esse título será vinculada ao plano de capacitação instituído pelas Instituições de Ensino voltado ao corpo técnico universitário e de acordo com a função ocupacional exercida, ficando vedada a utilização de titulação externa ao plano de capacitação.

§ 4º A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial, a cada 03 (três) anos, não coincidente com a progressão por antiguidade.

I - A avaliação do desempenho será anual e sua concessão será de acordo com a média satisfatória das três últimas avaliações.

II - Havendo coincidência, prevalecerá a progressão por antiguidade.

Art. 27. A promoção ocorrerá na série de classes, denominada promoção intraclasse e nas classes, denominada promoção interclasses.

§ 1º A promoção intraclasse ocorrerá por escolaridade e por tempo.

I - A promoção por escolaridade será a qualquer tempo para o funcionário já integrante da Carreira Técnica Universitária e após o tempo previsto no parágrafo 5º do artigo 23, para o funcionário que tenha ingressado na carreira, cumpridos os requisitos de escolaridade para a série de classes correspondentes, na forma do Anexo IV desta lei.

II - A promoção por tempo ocorrerá ao funcionário integrante da carreira que esteja na última referência salarial da série de classe, somente após exercício de, no mínimo, 10 (dez) anos na série de classe e 2 (dois) anos na última referência, na forma do Anexo IV.

III - As promoções a que se referem os incisos anteriores serão na série de classes subsequentes, na mesma classe, em referência salarial imediatamente superior, limitada à última referência salarial da série de classes, não podendo haver superação de classes.

IV - Os títulos de escolaridade utilizados na promoção a que se refere o inciso I restarão sem eficácia administrativa para as demais promoções a este título.

V - Os títulos de escolaridade superior deverão ser afetos à área de atuação ou formação do servidor.

§ 2º A promoção interclasses ocorrerá exclusivamente por titulação e ocorrerá quando houver necessidade de preenchimento de vagas de funções de classes superiores, identificada através de sistema de dimensionamento de tarefas, na referência salarial imediatamente superior na série de classes de destino, na forma do Anexo IV desta lei e obedecendo:

I - existência de vaga livre na classe de destino;

II - existência de funções nas Classes I e II, previstas no rol de funções do cargo;

III - exercício efetivo de, no mínimo, 07 (sete) anos na carreira;

IV - prova de conhecimento da função de destino de caráter eliminatório; e

V - prova de títulos, de caráter classificatório.

§ 3º A criação de novas funções deverá ser objeto de iniciativa legislativa do Poder Executivo.

§ 4º Os títulos de escolaridade utilizados nesta modalidade de promoção restarão sem eficácia administrativa para as demais promoções a este título.

§ 5º A promoção interclasse será prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 28. A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público estável atender aos requisitos constantes da função pretendida e da mesma classe, observados os seguintes critérios:

I - necessidade da Administração;

II - interesse do servidor; e

III - capacitação profissional com avaliação de desempenho para o aproveitamento para a função.

Parágrafo Único. Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica, serão precedidos de avaliação observado o Perfil Profissiográfico.

Seção VI

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 29. A estrutura remuneratória do cargo Agente Universitário será composta de:

I - Vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo III desta lei;

II - Adicional por Tempo de Serviço - ATS;

III - Salário - Família; e

IV - Vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por lei, para funcionários lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabeleça legislação estadual específica.

§ 1º Será concedida Gratificação de Titulação de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento básico, ao servidor que estiver na Classe I, série de classe "A" e que possua título de Doutor.

§ 2º Fica concedida Gratificação de Saúde - GS, nos valores constantes do Anexo V desta lei, por Classe e local.

I - A gratificação prevista neste parágrafo será concedida ao funcionário pelo exercício de atividades de saúde, dado o caráter penoso e com risco de vida das tarefas desenvolvidas.

§ 3º Será concedida Gratificação de Tarefa de Segurança - GTS, de 1/3 do vencimento inicial da série de classe "C", da Classe III ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna.

§ 4º As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista nesta lei.

§ 5º As vantagens de local que necessitem de pericia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o funcionário permanecer lotado na unidade,

sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

§ 6º Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação constitucional vigente.

Seção VII

Do Plantão e dos Turnos

Art. 30. O Regime de Trabalho em Turnos - RTT, será aplicado para o servidor ocupante do cargo/função com vaga horária prevista no parágrafo 3º do artigo 21 desta lei, da seguinte forma:

I - 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, com duas folgas mensais, para aquele servidor com jornada de oito horas diárias; ou

II - 12 horas de trabalho por 60 horas de descanso, para aquele servidor com jornada de seis horas diárias ou mediante laudo do órgão de perícia oficial do Estado; ou

III - 12 horas de trabalho por 72 horas de descanso, para aquele servidor na função de médico, com jornada de trabalho de quatro horas diárias ou mediante laudo do órgão de perícia oficial do Estado.

Parágrafo Único: Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos - RTT previsto neste artigo, somente quando o quantitativo dos respectivos cargos/funções assim o permitir.

Art. 31. Ao servidor que estiver sob o Regime de Trabalho em Turnos - RTT, será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, quando for necessária sua permanência no local de serviço ao final de seu turno por ausência do servidor escalado para o turno seguinte, ou por situação de excepcional interesse da administração.

§ 1º O cálculo do serviço extraordinário será feito sobre a referência em que se encontra o servidor.

§ 2º Fica vedado qualquer cálculo adicional sobre o valor do serviço extraordinário.

Art. 32. O Regime de Trabalho em Turnos - RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo indevido o pagamento em dobro sobre a hora normal, ou serviço extraordinário, para o servidor escalado.

Parágrafo Único. Incidirá em falta o servidor que, escalado para prestar serviços, deixar de comparecer ao trabalho.

Art. 33. As folgas previstas no inciso I, do artigo 30 desta lei, serão instituídas exclusivamente para o servidor escalado em Regime de Trabalho em Turnos - RTT, detentor de cargo/função com jornada de trabalho de oito horas diárias, para ajustar a sua carga horária de 40 horas.

Parágrafo Único. No Regime de Trabalho em Turnos - RTT, os dias de atestado médico coincidente com os dias de folgas, não geram direito à compensação de jornada após o retorno do servidor.

Art. 34. O Regime de Trabalho em Turnos - RTT poderá ser alterado *ex-officio* ou mediante requerimento do servidor, através de comunicação prévia e considerando-se, em qualquer caso, o interesse público.

Parágrafo Único. A alteração será autorizada pela Direção Geral da respectiva Unidade e encaminhada para conhecimento e providências da Unidade de Recursos Humanos.

Art. 35. Os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas e a duração de cada intervalo será de no máximo 30 minutos, que corresponde ao tempo necessário para um refeição ou lanche, fornecidos gratuitamente pelo órgão, para o servidor sujeito ao Regime de Trabalho em Turnos - RTT.

Art. 36. O Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS será aplicado ao servidor que estiver, além da jornada diária normal, fora da instituição e disponível ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim.

§ 1º Considera-se Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS, o período de tempo em que o servidor permanecer, fora do local de trabalho, aguardando o chamado para o serviço.

§ 2º O servidor que estiver escalado deverá atender prontamente ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não deverá praticar atividades que o impeçam de comparecer ao serviço.

§ 3º Cada escala de Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS será de no máximo 24 horas ininterruptas, respeitando intervalo mínimo de 12 horas.

§ 4º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do servidor.

§ 5º O servidor que estiver em Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS, quando chamado, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 6º Fica vedado qualquer cálculo adicional sobre o valor desta gratificação.

Art. 37. O Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS e o Regime de Trabalho em Turnos - RTT, são concomitantemente incompatíveis entre si.

Art. 38. O Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábado, domingos e feriados.

Art. 39. Fica delegada ao Reitor de cada instituição a competência para autorizar a execução de serviços diferenciados da forma estipulado no artigo 31 desta lei, mediante solicitação e justificativa do titular da unidade administrativa, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS.

Seção VIII

Da Movimentação Funcional

Art. 40. Os pedidos iniciais, de prorrogação e de revogação de disposições funcionais e os de movimentação do Agente Universitário estável das IEES são de competência dos dirigentes das respectivas instituições e obedecerão a legislação estadual específica sobre o assunto.

Art. 41. A movimentação dos funcionários lotados nas demais unidades para o Hospital Universitário e vice-versa deverá ser precedida de vaga livre para a função correspondente, obedecendo:

- I - necessidade da Administração;
- II - interesse do servidor; e
- III - capacitação profissional com avaliação de desempenho para o aproveitamento para a função.

Capítulo III

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 42. A correlação de funções atual para a proposta por esta lei, para fins de enquadramento será na forma do Anexo II.

Art. 43. A fusão das classes ocorrerá, nesta lei:

- I - as atuais Classes I a V na Classe III;
- II - as atuais Classes VI e VII na Classe II; e
- III - as atuais Classe VIII e IX na Classe I.

Art. 44. O enquadramento dos funcionários de que trata esta lei ocorrerá em três etapas:

I - 1ª etapa - enquadramento salarial, no mês da promulgação desta lei:

a) para as funções das atuais classes, I, II, III, IV, V, VI e VII: vencimento básico mais o abono concedido pelo Decreto Estadual nº 3.896, de 18 de novembro de 2004, em valor imediatamente superior na tabela a que se refere o Anexo III desta lei;

b) para as funções da atual classe VIII: vencimento básico mais Gratificação de Produtividade concedida pela Lei Estadual nº 6.569 de 25 de junho de 1974 mais o abono concedido pelo Decreto Estadual nº 3.896, de 18 de novembro de 2004, em valor imediatamente superior na tabela a que se refere o Anexo III desta lei.

c) para as funções da atual classe IX: correlação equivalente à da classe VIII.

II - 2ª etapa - enquadramento por escolarização para todas as funções, no mês subsequente à promulgação desta lei: serão enquadrados na série de classe e função correspondente, os funcionários que possuírem a escolarização prevista no Anexo IV combinado com as disposições do artigo 27, sem mudanças de classe.

§ 1º As vantagens incorporadas pelo enquadramento salarial não poderão mais ser concedidas sob o mesmo título ou fundamento.

§ 2º Não serão considerados, para fins do enquadramento salarial, quaisquer outras vantagens não previstas nas alíneas do inciso I deste artigo, inclusive as vantagens concedidas judicialmente.

III - 3ª etapa - distribuição de tempo após o enquadramento por escolarização, no mês subsequente à implantação da segunda etapa à promulgação desta lei:

a) 2 (dois) quinquênios completos, uma referência salarial;

b) 3 (três) quinquênios completos, duas referências salariais; e

c) igual ou acima de 4 (quatro) quinquênios completos, três referências salariais.

Art. 45. O enquadramento a que se refere o artigo anterior será de responsabilidade de cada Instituição Estadual de Ensino Superior - IEES, ficando cada unidade de recursos humanos e os dirigentes das instituições responsáveis por sua perfeita execução.

Art. 46. As disposições de enquadramento da presente lei estendem-se aos inativos e geradores de pensão da Lei 11.713/79, somente em termos salariais.

Art. 47. As disposições da presente lei não se estendem aos servidores enquadrados, administrativamente ou judicialmente, na Lei Estadual nº 9.422, de 05 de novembro de 1990.

Art. 48. Ficam convalidadas as concessões salariais realizadas pelas IEES até a edição desta lei, ficando vedadas quaisquer concessões de quaisquer outras vantagens após sua implantação e em desacordo com suas disposições.

§ 1º Constatada redução de remuneração decorrente da aplicação desta lei, o valor da diferença será pago em código de vantagem à parte, a título de diferença de remuneração, sendo essa diferença extinta em decorrência ou de reajuste, ou reposição, ou aumento salarial ou pela aplicação dos institutos de desenvolvimento na carreira previstos nesta lei, sendo estendido esse dispositivo em caráter temporário também para os servidores alcançados pelo artigo 49 desta lei.

§ 2º O cálculo para verificação da diferença devida computará todas as verbas que o servidor porventura esteja recebendo, inclusive o Adicional por Tempo de Serviço - ATS, excluídas as verbas de caráter transitório, como serviços extraordinários noturno, diurno e outras de mesma natureza e aquelas definidas como de custeio.

Art. 49. O enquadramento dos servidores alcançados pela Resolução 165/85 - CAD/UEM, Resolução 001/91 - SEAD/SEIC, Resolução 2.745/94 - UEL, os Professores de Línguas, o pessoal de obras e outras disposições equivalentes de iniciativa de cada IEES, será em caráter provisório e exclusivamente salarial, não podendo ser estendido o enquadramento por escolaridade e tempo.

§ 1º A legitimação do ingresso, da promoção e das progressões ocorridas no lapso de tempo de 1991 até a edição desta lei, para os servidores de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser procedida por intermédio de processo administrativo sob a presidência da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti e de representantes de cada Instituição de Ensino que se enquadre nesta situação.

§ 2º O prazo de funcionamento da Comissão de Processo Administrativo para estes casos deverá ser de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º A documentação constante do processo administrativo deverá ser anexada à pasta funcional do servidor, após o encerramento do mesmo.

§ 4º A reversibilidade da situação de fato não garante a permanência do servidor no cargo/função, sendo retornado à função de ingresso correlata da Lei 11.713/97.

§ 5º O enquadramento por escolaridade e tempo dos servidores referidos no *caput* deste artigo será devido somente após conclusão favorável do processo administrativo, não sendo devidos os atrasados.

Art. 2º O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 3º O Capítulo III da Lei Estadual nº 11.713, fica alterado para Capítulo IV, com a numeração subsequente, iniciando-se no número 50.

Art. 4º Ficam expressamente revogados o Capítulo II da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, a Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999 na parte a que se refere ao Agente Universitário, o Decreto Estadual nº 2435, de 14 de agosto de 2000, a aplicação da Gratificação de Atividade Específica - GAE, instituída pela Lei Estadual nº 10.710, de 28 de fevereiro de 1994 e Lei Estadual nº 10.730, de 29 de março de 1994, que estendeu a referida gratificação aos Hospitais Universitários, o artigo 2º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003 que trata das vagas do cargo de Agente Universitário e demais leis e normas que tratam do quantitativo de vagas do cargo Agente Universitário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES (TOTAL)				
CARGO	CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	1.211	A	
			B	Especialização
			C	Graduação
	II	2.782	A	
			B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
			C	Médio Completo
	III	2.939	A	
			B	Fundamental Completo
			C	Fundamental Completo
TOTAL		6.932		

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS (TOTAL)			
CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
I	965	A	
		B	Especialização
		C	Graduação
II	1.877	A	
		B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
		C	Médio Completo
III	951	A	
		B	Fundamental Completo
		C	Fundamental Completo
TOTAL	3.793		

DEMAIS UNIDADES - UEL				
CARGO	CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	482	A	
			B	Especialização
			C	Graduação
	II	1.063	A	
			B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
			C	Médio Completo
	III	775	A	
			B	Fundamental Completo
			C	Fundamental Completo
TOTAL		2.320		

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UEL			
CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
I	462	A	
		B	Especialização
		C	Graduação
II	1.152	A	
		B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
		C	Médio Completo
III	562	A	
		B	Fundamental Completo
		C	Fundamental Completo
TOTAL	2.176		

DEMAIS UNIDADES - UEM				
CARGO	CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	412	A	
			B	Especialização
			C	Graduação
	II	734	A	
			B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
			C	Médio Completo
	III	914	A	
			B	Fundamental Completo
			C	Fundamental Completo
TOTAL		2.060		

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UEM			
CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
I	386	A	
		B	Especialização
		C	Graduação
II	384	A	
		B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
		C	Médio Completo
III	218	A	
		B	Fundamental Completo
		C	Fundamental Completo
TOTAL	988		

DEMAIS UNIDADES - UNIOESTE				
CARGO	CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	105	A	
			B	Especialização
			C	Graduação
	II	283	A	
			B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
			C	Médio Completo
	III	331	A	
			B	Fundamental Completo
			C	Fundamental Completo
TOTAL		719		

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UNIOESTE			
CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
I	117	A	
		B	Especialização
		C	Graduação
II	341	A	
		B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
		C	Médio Completo
III	171	A	
		B	Fundamental Completo
		C	Fundamental Completo
TOTAL	629		

UNICENTRO				
CARGO	CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	19	A	
			B	Especialização
			C	Graduação
	II	136	A	
			B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
			C	Médio Completo
	III	179	A	
			B	Fundamental Completo
			C	Fundamental Completo
TOTAL		334		

UEPG			
CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
I	116	A	
		B	Especialização
		C	Graduação
II	309	A	
		B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
		C	Médio Completo
III	564	A	
		B	Fundamental Completo
		C	Fundamental Com- pleto
TOTAL	989		

UNESPAR				
CARGO	CLASSES	QUANT. DE VAGAS	SÉRIE DE CLASSES	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO	I	77	A	
			B	Especialização
			C	Graduação
	II	257	A	
			B	Profissionalizante / Pós Médio Completo
			C	Médio Completo
	III	176	A	
			B	Fundamental Completo
			C	Fundamental Completo
TOTAL		510		

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE I

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO	ESPECIALIDADE DA FORMAÇÃO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE			
Administrador	VIII	Administrador	I	C	Graduação	
Advogado	VIII	Advogado	I	C	Graduação	
Analista de Informática	VIII	Analista de Informática	I	C	Graduação	
Arquivologista	VIII	Arquivologista	I	C	Graduação	
Assistente Social	VIII	Assistente Social	I	C	Graduação	
Bibliotecário	VIII	Bibliotecário	I	C	Graduação	
Biólogo	VIII	Biólogo	I	C	Graduação	
Bioquímico	VIII e IX	Bioquímico	I	C	Graduação	
Cirurgião Dentista	VIII e IX	Cirurgião Dentista	I	C	Graduação	
Contador	VIII	Contador	I	C	Graduação	
Economista	VIII	Economista	I	C	Graduação	
Enfermeiro	VIII	Enfermeiro	I	C e B	Graduação	Sim
		Enfermeiro do Trabalho	I			
Engenheiro Agrícola	VIII	Engenheiro Agrícola	I	C	Graduação	
Engenheiro Agrônomo	VIII	Engenheiro Agrônomo	I	C	Graduação	
Engenheiro Civil	VIII	Engenheiro Civil	I	C	Graduação	
Engenheiro de Segurança do Trabalho	VIII	Engenheiro de Segurança do Trabalho	I	B	Graduação	Sim
Engenheiro Eletricista	VIII	Engenheiro Eletricista	I	C	Graduação	
Engenheiro Florestal	VIII	Engenheiro Florestal	I	C	Graduação	
Engenheiro Químico	VIII	Engenheiro Químico	I	C	Graduação	

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE I

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO	ESPECIALIDADE DA FORMAÇÃO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE			
Engenheiro de Pesca	VIII	Engenheiro de Pesca	I	C	Graduação	
Engenheiro de Alimentos	VIII	Engenheiro de Alimentos	I	C	Graduação	
Engenheiro Mecânico	VIII	Engenheiro Mecânico	I	C	Graduação	
Engenheiro de Produção	VIII	Engenheiro de Produção	I	C	Graduação	
Estatístico	VIII	Estatístico	I	C	Graduação	
Farmacêutico	VIII	Farmacêutico	I	C	Graduação	
Físico	VIII	Físico	I	C	Graduação	
Fisioterapeuta	VIII	Fisioterapeuta	I	C	Graduação	
Fonoaudiólogo	VIII	Fonoaudiólogo	I	C	Graduação	
Geógrafo	VIII	Geógrafo	I	C	Graduação	
Instrutor de Idiomas	VIII	Instrutor de Idiomas	I	C	Graduação	
Médico	VIII e IX	Médico	I	C e B	Graduação	Sim
Médico do Trabalho	VIII	Médico do Trabalho	I	B	Graduação	Sim
Médico Veterinário	VIII e IX	Médico Veterinário	I	C	Graduação	
Museólogo	VIII	Museólogo	I	B	Graduação	Sim
Musicoterapeuta	VIII	Musicoterapeuta	I	C	Graduação	
Nutricionista	VIII	Nutricionista	I	C	Graduação	
Professor de Ensino Médio Profissionalizante	VIII	Professor de Ensino Médio Profissionalizante	I	C	Graduação	
Programador Visual	VIII	Programador Visual	I	C	Graduação	
Psicólogo	VIII	Psicólogo	I	C	Graduação	
Químico	VIII	Químico	I	C	Graduação	
Secretário Executivo	VIII	Secretário Executivo	I	C	Graduação	
-		Sociólogo	I	C	Graduação	
Zootecnista	VIII	Zootecnista	I	C	Graduação	
Arquiteto	VIII	Arquiteto	I	C	Graduação	
Maquetista	VIII					
Jornalista	VIII	Comunicador Social	I	C	Graduação	
Diretor de Imagem	VIII					
Produtor de Rádio e TV	VIII					
Relações Públicas	VIII					
Roteirista	VIII					
Maestro	VIII	Músico	I	C	Graduação	
Músico	VIII					

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE I

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO	ESPECIALIDADE DA FORMAÇÃO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE			
Pedagogo	VIII	Pedagogo	I	C	Graduação	
Técnico em Educação Infantil	VIII					
Capelão	VIII	Capelão	I	C	Extinto ao vagar	
Economista Doméstico	VIII	Economista Doméstico	I	C	Extinto ao vagar	
Instrutor de Prática Desportiva	VIII	Instrutor de Prática Desportiva	I	C	Extinto ao vagar	
Técnico Desportivo	VIII					
Assessor Técnico	VIII	Técnico em Assuntos Universitários	I	C	Qualquer formação, para funcionários que estão atuando nas respectivas áreas e que estejam atuando nas IEES na edição da lei. Não haverá ingresso.	Extinto ao vagar
Técnico de Finanças	VIII					
Técnico de Planejamento	VIII					
Técnico de Recursos Humanos	VIII					
Técnico em Assuntos Culturais	VIII					
Técnico em Assuntos Educacionais	VIII					
Revisor de Textos	VIII	EXTINTA				

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE II

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE		
Auxiliar de Enfermagem	VI	Auxiliar de Enfermagem	II	C	Extinta ao vagar
Instrumentador Cirúrgico	VI				
Operador de Eletrodiagnóstico	VI				
Cozinheiro	V	Cozinheiro	II	C	
Desenhista Projetista	VII	Desenhista Projetista	II	C	Extinta ao vagar
Educador Infantil	VII	Educador Infantil	II	C	Extinta ao vagar
Funileiro	V	Funileiro	II	C	Extinta ao vagar
Hialotécnico	VII	Hialotécnico	II	C	Ensino Médio Completo
Instrutor de Artes	VII	Instrutor de Artes	II	C	Extinta ao vagar
Instrumentista Musical	VII	Instrumentista Musical	II	C	Ensino Médio Completo
Instrutor Prático Nativo	VII	Instrutor Prático Nativo	II	C	Extinta ao vagar
Contra-Mestre	VI	Mestre de Obras	II	C	Ensino Médio Completo
Mestre de Obras	VII				

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE II

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE		
Motorista	V	Motorista	II	C	Ensino Médio Completo mais Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"
Operador de Equipamento Pesado	V				
Recreacionista	VI	Recreacionista	II	C	Ensino Médio Completo
Almoxarife	VI	Técnico Administrativo	II	C	Ensino Médio Completo
Assistente de Assuntos Culturais	VII				
Assistente de Farmácia	VI				
Copista Musical	VI				
Inspetor Musical	VII				
Instrutor de Formação Específica	VI				
Técnico Administrativo	VII				
Técnico de Arquivo	VII				
Técnico de Microfilmagem	VIII				
Eletricista	V	Técnico de Manutenção	II	C	Ensino Médio Completo
Marceneiro	V				
Mecânico	V				
Serralheiro	V				
Técnico de Agropecuária	VII	Técnico em Agropecuária	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico em Anatomia e Necropsia	VII	Técnico em Anatomia e Necropsia	II	C	Ensino Médio Completo
Técnico de Biblioteca	VII	Técnico em Biblioteca	II	C	Ensino Médio Completo
Técnico de Restauro e Conservação Bibliográfica	VII				
Técnico de Contabilidade	VII	Técnico em Contabilidade	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico em Economia Doméstica	VII	Técnico em Economia Doméstica	II	C	Extinta ao vagar
Técnico em Edificações	VII	Técnico em Edificações	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Eletrotécnico	VII	Técnico em Eletrotécnica	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE II

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE		
Técnico em Eletrônica	VII	Técnico em Eletrônica	II	B	Ensino Pós-Médio ou profissionalizante
Técnico de Manutenção de Emissora de TV	VII				
Técnico de Enfermagem	VII	Técnico em Enfermagem	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	VI	Técnico em Enfermagem do Trabalho	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Editor de Imagem	VII	Técnico em Estúdio e Multimídia	II	C	Ensino Médio Completo
Locutor Apresentador	VII				
Operador de Câmera	VI				
Operador de Estúdio	V				
Pintor Letrista	VI				
Produtor Executivo	VII				
Programador Musical	VI				
Técnico de Áudio e Vídeo	VII				
Técnico de Fotografia	VII				
Técnico de Higiene Dental	VII	Técnico em Higiene Dental	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Assistente de Processamento de Dados	VI	Técnico em Informática	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Operador de Computador	VI				
Programador de Computador	VII				
Técnico de Suporte em Informática	VII				
Assistente de Veterinária	VI	Técnico em Laboratório	II	C ou B	Ensino Médio ou Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico de Biotério	VII				
Técnico de Laboratório	VII				
Técnico de Meteorologia	VII	Técnico em Manejo e Meio Ambiente	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico de Piscicultura	VII				
Técnico Florestal	VII				
Técnico de Manutenção de Equipamentos	VII	Técnico em Manutenção em Equipamentos	II	C	Ensino Médio Completo
Cenotécnico	VI	Técnico em Montagem em Eventos	II	C	Ensino Médio Completo
Operador de Som e Imagem	VI				
Taxidermista	VII	Técnico em Museologia	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico de Museologia	VII				

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE II

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE		
Técnico de Produção Industrial	VII	Técnico em Produção Industrial	II	C	Ensino Médio Completo
Desenhista de Ilustração Gráfica	VII	Técnico em Projeto Visual e Editoração	II	C	Ensino Médio Completo
Laboratorista Gráfico	VII				
Técnico de Artes e Composição	VII				
Técnico de Artes Visuais	VII				
Assistente de Prótese Dentária	VII	Técnico em Prótese Dentária	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico de Prótese Dentária	VIII				
Técnico de Radiologia	VII	Técnico em Radiologia	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico de Segurança do Trabalho	VII	Técnico em Segurança do Trabalho	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico de Telecomunicações	VII	Técnico em Telecomunicações	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Cortador	VII	Técnico Gráfico	II	C	Ensino Médio Completo
Impressor Off-Set	VII				
Impressor Tipográfico	VII				
Serígrafo	VI				
Técnico Mecânico	VII	Técnico Mecânico	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Topógrafo	VII	Topógrafo	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Torneiro Mecânico	VI	Torneiro Mecânico	II	B	Ensino Pós-Médio ou Profissionalizante
Técnico de Abate e Industrialização de Carnes	VII	EXTINTA			
Técnico de Estradas	VII	EXTINTA			

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE III

DE		PARA		SÉRIE DE CLASSES PARA INGRESSO	REQUISITO PARA INGRESSO
FUNÇÃO DA LEI 11.713	CLASSE	FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE		
Porteiro	III	Agente de Segurança Interna	III	B	Ensino Fundamental Completo mais curso na área
Vigia	IV				

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE III

Contínuo	I	Auxiliar Administrativo	III	C	Extinta ao vagar
Auxiliar de Atividade de Ensino	III				
Discotecário	III				
Operador de Copiadora	III				
Apontador	IV				
Auxiliar Administrativo	IV				
Atendente de Consultório Dentário	IV				
Auxiliar de Biblioteca	IV				
Digitador	IV				
Fotógrafo	V				
Videotecário	V				
Ajudante Geral	II	Auxiliar Operacional	III	C	Ensino Fundamental Completo
Auxiliar de Lavanderia	II				
Zelador	II				
Auxiliar de Saúde Pública	III				
Bilheteiro	III				
Montador de Orquestra e Coral	III				
Auxiliar de Biotério	III				
Observador Meteorológico	III				
Operador de Câmara Escura	III				
Auxiliar de Agropecuária	IV				
Auxiliar de Anatomia e Necropsia	IV				
Auxiliar de Cozinha	IV				
Auxiliar de Nutrição	IV				
Auxiliar de Produção Gráfica	IV				
Auxiliar de Serigrafia	IV				
Costureiro	IV				
Operador de Caldeira	IV				
Tratorista	IV				
Açougueiro	V				
Oficial Agropecuário	V				
Auxiliar de Laboratório	IV	Auxiliar de Laboratório	III	C	Extinta ao vagar
Atendente de Enfermagem	IV	Atendente de Enfermagem	III	C	Extinta ao vagar
Marinheiro Fluvial de Convés	IV	Marinheiro Fluvial de Convés	III	B	Ensino Fundamental Completo mais curso na área

ANEXO II
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA A CLASSE III

Marinheiro Fluvial de Máquinas	IV	Marinheiro Fluvial de Máquinas	III	B	Ensino Fundamental Completo mais curso na área
Auxiliar de Mecânico	III	Oficial de Manutenção	III	B	Ensino Fundamental Completo
Borracheiro	III				
Vidraceiro	III				
Jardineiro	IV				
Tapeceiro	IV				
Afinador de Instrumento Musical	V				
Armador	V				
Carpinteiro	V				
Encadernador	V				
Encanador	V				
Lustrador Pintor	V				
Oficial de Manutenção	V				
Oficial de Manutenção de Piscina	V				
Pedreiro	V				
Pintor	V				
Telefonista	IV	Telefonista	III	B	Ensino Fundamental Completo

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

Classes	Série de Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
I	A	3.941,29	4.138,36	4.283,20	4.433,11	4.588,27	4.748,86	4.915,07	5.087,10	5.265,15	5.449,43	5.640,16	5.837,56
	B	2.647,82	2.780,21	2.877,51	2.978,23	3.082,46	3.190,35	3.302,01	3.417,58	3.537,20	3.661,00	3.789,14	3.921,76
	C	1.856,18	1.948,99	2.017,20	2.087,81	2.160,88	2.236,51	2.314,79	2.395,80	2.479,66	2.566,45	2.656,27	2.749,24
II	A	1.496,41	1.571,23	1.626,22	1.683,14	1.742,05	1.803,02	1.866,13	1.931,44	1.999,04	2.069,01	2.141,42	2.216,37
	B	1.071,31	1.124,87	1.164,24	1.204,99	1.247,16	1.290,81	1.335,99	1.382,75	1.431,15	1.481,24	1.533,08	1.586,74
	C	789,98	829,47	858,51	888,55	919,65	951,84	985,16	1.019,64	1.055,32	1.092,26	1.130,49	1.170,06
III	A	951,84	999,43	1.034,41	1.070,62	1.108,09	1.146,87	1.187,01	1.228,56	1.271,56	1.316,06	1.362,12	1.409,80
	B	744,63	781,86	809,22	837,55	866,86	897,20	928,60	961,10	994,74	1.029,56	1.065,59	1.102,89
	C	600,00	630,00	652,05	674,87	698,49	722,94	748,24	774,43	801,54	829,59	858,63	888,68

ANEXO IV
REQUISITOS DE ESCOLARIDADE PARA PROMOÇÃO DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

Cargo	Classes	Séries de Classes	Requisitos de Promoção
Agente Universitário	I	A	<i>Stricto Sensu</i> ou 10 (dez) anos na série de classe “B” mais outro curso de especialização
		B	Especialização
		C	Graduação
	II	A	Seqüencial, Tecnólogo ou Superior Incompleto cursando 3º ano
		B	Profissionalizante / Pós-Médio Completo ou Tempo
		C	Médio Completo
	III	A	Ensino Médio Incompleto, cursando 2º ano
		B	Somente Tempo
		C	

ANEXO V
CLASSES, VALORES E LOCAIS - GRATIFICAÇÃO DE SAÚDE - GS

Classes	Valor	Local
I	R\$ 520,00	Hospitais Universitários
II	R\$ 250,00	
III	R\$ 200,00	
I	R\$ 520,00	Clínica Odontológica, Centro de Fisioterapia, Laboratório de Análises Clínicas, Serviço de Medicina Ocupacional, Laboratório de Anatomia e Necrópsia, Laboratório de Patologia, Farmácia-Escola, Centro de Especialidades Odontológicas, Centro de Reabilitação Física.
II	R\$ 250,00	
III	R\$ 200,00	

Proposta de Emenda à Constituição do Estado

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Artigo Único. O *caput* do artigo 61 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro”.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO

NEREU MOURA

GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento:

Jocelito Canto, Ratinho Júnior, Delegado Bradock, Cida Borghetti, Arlete Caramês, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Luiz Nishimori, Pedro Ivo Ilkiv, Hermes Fonseca, Durval Amaral, Cesar Seleme, Reni Pereira, Francisco Bühner, Rafael Greca e Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, visa colher o devido apoio dos membros deste Poder Legislativo, para que seja dada nova redação ao artigo 61, de nossa Carta Magna estadual, adequando a especificação dos períodos temporais concernentes aos recessos parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aos moldes da recente emenda constitucional federal aprovada, que especificou o período de funcionamento ordinário do Congresso Nacional, como sendo de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano.

Em que pese entendermos que a atividade parlamentar extrapola, em muito, os trabalhos realizados ordinariamente pelos Deputados dentro da Assembléia Legislativa, seja em plenário, nas Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito, seja no trato e acompanhamento do processo legislativo que forma o arcabouço normativo estadual, ou até mesmo no atendimento de pessoas nos gabinetes parlamentares, conotamos o caráter moralizador da proposta ora apresentada, por expressar a vontade da maioria calcada no interesse público.

O Deputado Estadual, assim como os demais políticos eleitos para representarem as aspirações do povo, além do trabalho ordinário da Instituição Legislativa, tem ainda a atividade político-partidária a cumprir, não podendo também afastar-se de suas bases eleitorais pois dependem do voto para se reelegerem. Encontram nos recessos parlamentares um meio de levarem suas palavras próximas aos seus concidadãos, dentro de um Estado com dimensões como as do Paraná.

Mas a diminuição dos recessos parlamentares, não irá prejudicar o deslocamento parlamentar às suas bases de representação. O Poder Legislativo está entrando em

uma era de interiorização estadual, levando a atividade da Assembléia para os municípios em Sessões Especiais.

A TV Assembléia esta cada vez mais próxima da sociedade paranaense, possibilitando ao povo acompanhar seus parlamentares on line em suas atividades. A modernidade vem eliminando fronteiras e limites, a internet facilitando a comunicação, sem falar do profícuo trabalho da imprensa legislativa, que leva ao conhecimento popular todos os passos e manifestações do Poder.

Sabedores que dos períodos de recessos, poucos dias se apresentam ao político como férias para o merecido descanso, entendemos a indignação popular que confunde recesso como férias, pois os servidores públicos civis e militares, os trabalhadores da iniciativa privada, legalmente contam com tão somente 30 dias para gozarem de descanso de seu trabalho.

Assim justificada a proposição, conclamamos todos os nobres Pares Parlamentares desta Assembléia Legislativa a agregarem-se favoravelmente à presente iniciativa, por se tratar de matéria de relevante interesse do povo do Paraná.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 233/2005, Mensagem nº 016/2005, item 01, por 10 (dez) Sessões Ordinárias.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 4165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de junho do corrente ano, para homenagear os sessenta anos da Eletrofrío Refrigeração Ltda.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada Sessão Solene no dia 22 de março próximo, no plenário do Poder Legislativo, para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Conselheiro Rafael Iatauro, concedido pela Lei nº 11.943/97, publicada no Diário Oficial nº 5149, de 10 de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 23 de maio do corrente ano, para homenagear os trinta anos do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4175

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o Grande Expediente do dia 24 de abril de 2006, para a comemoração do centenário do nascimento do Dr. Mário Braga de Abreu.

A cadeira nº 59 da Academia Paranaense de Medicina tem como patrono o médico Dr. Mário Braga de Abreu e hoje é ocupada pelo genro dessa personalidade paranaense, o Dr. Renato Bonardi.

Em 1929, o Dr. Mário Braga de Abreu graduou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Ato contínuo, retornou a Curitiba, onde se tornou assistente do Serviço de Cirurgia da Santa Casa de Misericórdia, chefiando esse serviço após a morte do Dr. Szymon Kossodudzki. Chefiou esse serviço de 1935 a 1981, quando faleceu.

Formou os primeiros profissionais paranaenses especialistas em ortopedia e traumatologia e em 1953 fundou a Sociedade Latino-Americana de Ortopedia e Traumatologia.

Ensina aos seus discípulos: *Nós precisamos de cultura. Cultura firme e sólida, construída sobre bons alicerces, que faça sentir os fins, lembrando os meios e que dê ao Estado para governá-lo, homens cultos nas suas funções e cônscios dos seus deveres.*

O ilustre paranaense merece a homenagem desta Assembléia Legislativa no ano em que se comemora o centenário do seu nascimento.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER que a Sessão Solene de outorga do título de Cidadão Benemérito ao Sr. Assis Gurgacz, Lei nº 14.071, seja realizada dia 03 de maio do corrente, na cidade de Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Quielse Crisóstomo da Silva, ocorrido no dia 08 de fevereiro, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma tristeza perder um amigo de longa data, um companheiro, um homem público que enalteceu com seu brilho e sua competência a Assembléia Legislativa do Paraná, bem como o Tribunal de Contas, em dilatados e profícuos períodos. Deixou uma lembrança imorredoura entre colegas e amigos.

Faleceu dia 08, no Hospital Nossa Senhora do Pilar, em Curitiba, aos 69 anos, o vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná e ex-Deputado Estadual, Dr. Quielse Crisóstomo da Silva.

Nascido em Bocaiúva do Sul, Dr. Quielse foi seis vezes Deputado Estadual, participando de inúmeras comissões da Assembléia Legislativa. Como engenheiro civil teve papel relevante em várias ações do Poder Público Estadual, revelando-se sanitarista com larga folha de serviços prestados ao Paraná, reconhecido com a outorga de inúmeros títulos de Cidadão Honorário de municípios paranaenses.

Ele tomou posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná em 31 de maio de 1990. No Tribunal, ocupou a Presidência em 1999 e 2000, foi vice-Presidente do Conselho Superior e de Corregedor-Geral. Atualmente ocupava o cargo de Vice-Presidente da Casa. Deixou viúva a Sra. Nilza Bordini Crisóstomo e os seguintes filhos: Kielse, Claudiane, Fábio e o Deputado Cleiton Kielse. O passamento do Dr. Quielse, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória. Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos e familiares de Dr. Quielse, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Quielse, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Jordão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 88 anos de idade faleceu, nesta Capital, o Sr. Nelson Jordão, que era viúvo de D. Irene Jordão. Deixou os filhos: Léa, Nelsi, Neusa, Nelson e Marcos. Deixou ainda, netos e bisnetos.

Nelson Jordão era natural de Curitiba. Foi Delegado do SAPS (Serviço de Alimentação Popular) e, depois da Cobal. Mais tarde passou para o Ministério do Trabalho permanecendo até 1979, quando se aposentou.

Na área política Nelson Jordão foi um dos fundadores do P.T.B. (Partido Trabalhista Brasileiro), no Paraná. Era amigo e correligionário do saudoso Senador Souza Naves e, também, do meu falecido pai, Antonio Anibelli, do Dr. Léo de Almeida Neves.

Nelson Jordão partiu deixando saudades e tristeza entre seus parentes e amigos, que eram inúmeros, pois sabia cultivar as amizades.

O destino roubou-o ao convívio de todos, restando apenas um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos. Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Nelson Jordão, encontrem na fé e na esperança, o conforto necessário neste momento de grande dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Jordão, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos console.

REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Paulo Macarini, ocorrido nesta Capital, no último dia 09 de fevereiro de 2006.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 09 de fevereiro do corrente, nesta Capital, ex-Deputado Federal de Santa Catarina, o Dr. Paulo Macarini.

O Dr. Paulo Macarini, advogado, filho de Antônio Macarini e Dona Genoefa Girardi Macarini, deixou viúva Dona Leda Sonira Becker Macarini. Deixou ainda, os filhos: Paulo Macarini Júnior, Ana Eliete Becker Macarini Rochler, Luiz Ricardo Macarini e Ana Beatriz Becker Macarini Mascarenhas.

Dr. Paulo Macarini nasceu no dia 23/03/1932, era natural de Capinzal, Santa Catarina.

Advogado formado pela Faculdade de Direito de Santa Catarina, em Florianópolis, em 1957. E também técnico em contabilidade e ainda professor.

Aquele tempo, via na participação política o caminho mais próximo e adequado para alcançar esse fim. E assim tornou à sua cidade natal, onde se elegeu Vereador em 1957, aos 25 anos, com dedicada e firme vontade de prestar relevantes serviços à sua comunidade.

Foi delegado do plano de valorização econômica da região fronteira Sudoeste do País (atual Sudesul), nos anos de 1960 e 1962. Foi Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e, cumulativamente, Secretário do Trabalho, entre 1961 e 1962, durante a gestão do Governador Celso Ramos.

Foi eleito Deputado Federal por Santa Catarina em 1962, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo o mandato em fevereiro de 1963, durante o Governo do Presidente João Goulart. Foi em seguida, escolhido vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados, sendo reconduzido ao posto em janeiro de 1964 a setembro de 1965.

Retornando às atividades particulares realizou-se profissionalmente, advogando em mais de cinquenta comarcas desde Belém até Porto Alegre.

Exercendo advocacia em Santa Catarina e no Paraná patrocinava causas junto às comunidades carentes. Foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil OAB/PR, no biênio de 1973/84.

Em 1982, membro do diretório regional do PMDB de Santa Catarina, participou da campanha política como candidato a Suplente de Senador por seu Estado.

Em 1986 concorreu a vaga de Deputado Federal, sendo eleito pelo PMDB, quando participou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1987/88); em seguida foi eleito para representar a Câmara dos Deputados no Conselho da República, servindo até 1994, ocasião em que defendeu a unidade territorial do Paraná e Santa Catarina, estados ameaçados por projeto separatista.

Fomos colega com o Dr. Paulo Macarini na Câmara Federal onde consolidamos nossa amizade.

Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o prezado e fiel amigo, Paulo Macarini. Leva, portanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever aqui na terra.

O Dr. Paulo nunca se acovardou ante ao perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou

com o dever, nunca duvidou da Justiça a qual seguia à risca e amava.

Amigo e companheiro de todos, admirador incansável da justiça, leva a lembrança dos amigos que aqui ficaram, porém, fiéis à sua memória e aos seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola a seguir.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, a família que o adorava, despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que, nossos amigos, familiares do Dr. Paulo Macarini, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Macarini, endereçando a elas voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto pelo falecimento da Sra. Azurita Medeiros, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto pelo falecimento do Sr. Luiz Fiore, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto pelo falecimento do Sr. João Valdemar Nascimento, residente no Município de Campo Largo-PR.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto pelo falecimento da Sra. Francisca Sales, residente em Leopólis-PR.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto pelo falecimento da Sra. Arcanja Inês de Souza, aos 106 anos de idade, residente no município de Morretes-PR.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto pelo falecimento do Sr. Darcy Iurk, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4168

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Centro Universitário de Maringá - Cesumar, através do Magnífico Reitor Wilson de Matos Silva, do Vice-Reitor Wilson de Matos Filho, bem como do Pró-Reitor Acadêmico Professor Cláudio Ferdinandí, em razão da emocionante cerimônia de colocação de grau realizada no dia 02 (dois) de fevereiro de 2006.

Foi com grande honra que a signatária recebeu a homenagem de ser a Parainfã da cerimônia, representando os novos profissionais formados pela Cesumar.

Trata-se de instituição que vem realizando importante trabalho acadêmico em Maringá, recebendo alunos de diversas regiões do Brasil.

Esse momento emocionante na vida dos formandos e dos respectivos familiares foi indescritível para a signatária, haja vista a recepção calorosa de todos. Foi um momento de muito amor e de muito respeito ao trabalho desenvolvido naquela instituição e também de reconhecimento ao trabalho desta Parlamentar.

Dificuldades sempre existem, mas momentos como esse é que nos impulsionam a dedicar nossa vida ao trabalho em favor da comunidade.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4174

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor do Pequeno Cotelengo, Padre Valdeci Marcolino, enviando voto de congratulações àquela instituição em razão da inauguração de Casa Lar Ecosocial.

Construída com materiais ecologicamente corretos, a casa abrigará pessoas com deficiências físicas e mentais. Serão seis residentes órfãos, sendo que três usam cadeiras de roda e uma tem deficiência visual. Porém, todas são capazes de levar suas vidas independentes. Essas residentes serão assistidas por uma “mãe social”.

O Pequeno Cotelengo, desde 2002, administra seis casas-lares. Residem nessas casas 38 pessoas órfãs e com necessidades especiais.

O momento de inauguração dessas casas é muito especial, pois essas pessoas podem ter um lar, voltam a ter uma família que é completada pela mãe social. É o aconchego e a segurança necessária para o desenvolvimento dessas pessoas. Desenvolvem o sentido de família e de ter responsabilidade, têm independência para realizar as diversas atividades do cotidiano.

A casa ecosocial foi construída utilizando materiais ecológicos, sistemas de aproveitamento de água de chuva, aquecimento solar, conforto térmico com baixo consumo de energia elétrica, tratamento autônomo de esgoto e mobiliário ecológico adaptado, permitindo à instituição a redução de custos com a manutenção da casa e a inclusão social dos residentes.

A Empresa Designerê, incubada no hotel tecnológico do Cefet/PR, doou o projeto ao Pequeno Cotelengo. Esse projeto ganhou o prêmio FAE/FIEP de Responsabilidade Social. Várias empresas participaram desse importante projeto de Responsabilidade Social e merecem o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 15.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Triunfo, pela transcurso, no próximo dia 15 de fevereiro, de seus 116 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Luiz de Lima, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Acir Vagner bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 14.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população triunfense estará, no próximo dia 15 de fevereiro, comemorando com grande júbilo os 116 anos de emancipação política de seu município.

Cumprimentamos efusivamente seu povo honesto e trabalhador que continua ao longo desses anos colaborando para o constante progresso do Município.

Homenageamos também com esta proposição seus administradores de todos os tempos que sempre acreditaram e acreditam, como nós, que é somente através do trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em transmitir a toda a população de São João do Triunfo, com

este voto, toda admiração e respeito, pela colaboração que vêm prestando ao longo desses anos para o completo desenvolvimento do Município.

REQUERIMENTO Nº 0021

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Dirceu Pimentel de Araújo Neto e Terezinha Ferreira de Araújo, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata em 06 de outubro do corrente.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, apreendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito Amor, cubra-os de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.12.2005

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais desta Assembléia Legislativa, de voto de louvor à Associação de Restaurantes e Conservadores de Bens Culturais de Curitiba, pelo trabalho exaustivo de recuperação dos painéis e estátuas da Praça 19 de Dezembro, marco do primeiro Centenário do Paraná.

Pede, outrossim, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que determine ao Comando da PM da Capital, policiamento preventivo naquela praça, de forma a que não se perca o esforço dos restaurantes e conservadores por novo vandalismo.

Pede ainda, o envio de expediente ao Sr. Beto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba, para que determine ao Comando da Guarda Municipal, a proteção constitucional obrigatória ao patrimônio público, de forma a

que não se perca o esforço dos restauradores e conservadores por novo vandalismo.

Sala das Sessões, em 15.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Inspirados por Monsenhor Benvenuti, presidente do Instituto Cephass, Curadoria dos Bens Culturais da Igreja Católica, desde o Vaticano, Denise Zanini, Alex Santos, Christine Baptista, membros da Associação de Restauradores e Conservadores de Bens Culturais, fizeram exaustiva esfoliação, com resíduos vegetais, nas estátuas e painéis de Praça 19 de Dezembro.

Para remover as danosas pichações sobre o granito e os azulejos, perpetrada por vândalos incivis, depois que o policiamento da praça deixou de existir.

Para que o trabalho dos conservadores não seja vão, impõe-se a presença permanente da Guarda Municipal e da PM e a iluminação do conjunto monumental.

Em 2003, por ocasião das comemorações dos 150 anos da Emancipação Política do Paraná, experts do Vaticano, vindos de Roma, restauraram, com perfeição, as estátuas do “Homem Nu”, e da “Justiça”, e os painéis de Erbo Stenzel, Umberto Cozzo e Poty Lazarotto. Neste 2006, tudo estava danosamente, e quase irremediavelmente, pichado. Sem policiamento, a praça monumental não sobreviverá.

REQUERIMENTO Nº 041

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais desta Assembléia Legislativa, de voto de louvor e congratulações à Comunidade Ucrâniana, e à Igreja Católica de rito ucraniano no Brasil, pela ordenação episcopal de S. Exas. Revmas, Pe. Merom Mazur e Pe. Dionísio Lachovicz. O primeiro será bispo auxiliar da eparquia em Curitiba, o segundo bispo em Kiev, na Ucrânia.

O ato de consagração dos novos bispos dar-se-á no domingo, 26 de fevereiro, na bela Igreja de São Josafát, na cidade de Prudentópolis, em presença do eparca paranaense Dom Efraim Basílio Krevey, de Dom Stephan Soroka, arcebispo de Filadélfia, nos EUA, presidido por Sua Beatitude, o Cardeal Lubomir Husar, arcebispo maior de Kiev, igreja ligada a Roma, com liturgia oriental.

Sala das Sessões, em 15.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A imigração ucraniana dá ao nosso Paraná as características de “Brasil diferente”. A diversidade cultural poliétnica do nosso povo acentua-se com as cores das estepes do leste europeu. Pêssankas, bordados em ponto cruz, igrejas com zimbórios octagonais, ou em forma de bulbos de cebola, somam-se aos faxinais comunitários, às casas de tábuas e ripas de pinho, criando a admirada pai-

sagem dos bairros de Curitiba, da cidade de Prudentópolis, e de numerosas aldeias e cidades do interior do Paraná.

Neste contexto admirado, sobressai-se a Eparquia Católica de São João Batista, Diocese da Santa Igreja Católica Apostólica Romana, para fiéis do rito ucraniano, seguidores da Sagrada Liturgia de São Basílio Magno.

A vinda a Prudentópolis do eminente cardeal Lubomir Husar, Sua Beatitude Arcebispo Maior de Kiev, distingue nossa terra e nossa gente.

Dois padres, formados no Brasil, serão elevados à dignidade episcopal. Isto honra o Paraná e os paranaenses.

Encaminhamento:

Seja este requerimento encaminhado a Dom Efraim Basílio krevey, eparca emérito da Igreja Católica de rito Ucraniano no Paraná, aos padres, futuros bispos, S. Exas. Revmas. Merom Mazur e Dionísio Lachovicz. O primeiro, novo bispo auxiliar da eparquia em Curitiba, o segundo, novo bispo em Kiev, na Ucrânia, aos eminentes visitantes, Dom Stephan Soroka, arcebispo de Filadélfia, nos EUA, e Sua Beatitude, o Cardeal Lubomir Husar, Arcebispo Maior de Kiev, por especial favor de Dom Efraim Krevey - Caixa Postal 8.859 - CEP 806111-970.

REQUERIMENTO Nº 4169/2006

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitando dos mesmos o envio de uma viatura da Polícia Militar para o município de Floresta.

Trata-se de reivindicação do Conselho Comunitário de Segurança de Floresta.

Sala das Sessões, em 15.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4170/2006

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando e apoiando a criação da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

A referida carreira contempla engenheiros agrônomos, médicos veterinários e biólogos do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária-Defis.

Justifica-se a proposta diante da necessidade de fortalecer a defesa agropecuária paranaense, conferindo

maior estabilidade e segurança a esse importante quadro de profissionais.

Sala das Sessões, em 15.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Essa associação submeteu à apreciação pelo Governo do Paraná, um projeto de lei complementar que visa criar a carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária, na Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB.

Serão transformados em cargos de fiscal estadual da defesa agropecuária 155 (cento e cinquenta e cinco) cargos efetivos de agente profissional/engenheiro agrônomo, 235 (duzentos e trinta e cinco) cargos efetivos de agente profissional/médico veterinário e 1 (um) cargo efetivo de agente profissional/biólogo, pertencentes ao Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, que atualmente prestam serviços no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB. No intento de justificar as razões para o referido projeto de lei complementar, as ponderações a seguir devem ser consideradas:

1. Os engenheiros agrônomos, médicos veterinários e biólogos que trabalham no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Seab, promovem a vigilância, prevenção, controle e/ou erradicação de focos de doenças e pragas assegurando a sanidade animal e vegetal em atividades típicas de defesa agropecuária. Esses profissionais também exercem ações de fiscalização e inspeção que objetivam a verificação de estabelecimentos, produtos e sistemas de controle, matérias-primas, processamento e distribuição, com enfoque no cumprimento da legislação e preservação da saúde do consumidor e na garantia efetiva da conformidade dos produtos e processos, nos diversos elos das cadeias agropecuárias produtivas paranaenses. Todas essas atividades são de responsabilidade exclusiva do Estado e não podem ser delegadas à iniciativa privada.

2. O Estado do Paraná possui uma vocação eminentemente agropecuária, pois detendo apenas 2,3 por cento do território nacional contribui com quase 30 por cento da produção de grãos. É o primeiro colocado na produção de trigo, milho, feijão, cevada e aveia; o segundo na de soja, centeio, batata e cana-de-açúcar; o terceiro na de mandioca; o primeiro na produção de frangos de corte; o terceiro na de suínos e galinhas de postura; o quinto na de bovinos de leite e o oitavo na de bovinos de corte. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indicam que o notável crescimento do Produto Interno Bruto - PIB do Estado do Paraná é impulsionado principalmente pelos seus produtos agropecuários, ocupando, no rol das riquezas regionais, o quinto lugar entre todos os Estados da Federação.

3. Inúmeras pragas e doenças têm o potencial de causar severos prejuízos sociais e econômicos ao Estado do Paraná. São os casos da peste suína (suinocultura), febre aftosa, doença da vaca louca e brucelose (bovinocultura) e new castle, influenza aviária (avicultura), entre outras; bicudo do algodoeiro (cottonicultura), vespa-da-madeira (silvinocultura), cancro cítrico, greening (citricultura), ferrugem asiática (sojicultura), entre outras, que uma vez disseminadas e fora de controle, irão representar um drástico impacto sócio-econômico sobre o Estado do Paraná, impedindo a sua competitividade com outros mercados, impossibilitando novas oportunidades de negócios na agropecuária.

4. O surgimento de doenças e pragas na agropecuária, além dos prejuízos econômicos e de saúde pública, causa graves problemas sociais. Pequenos e médios produtores perdem seus rebanhos e lavouras, suas fontes de renda, o que leva ao desemprego e a migração descontrolada para os grandes centros urbanos. Os danos não se restringem somente à cadeia produtiva envolvida, alcançando danosamente importantes atividades altamente dependentes da agropecuária, como a produção de grãos, o comércio, a indústria de serviços agropecuários e de transporte atingindo praticamente toda a economia.

5. Qualquer evento relacionado à defesa agropecuária, por mínimo que seja, é capaz de gerar enormes transtornos sócio-econômicos trazendo reflexos negativos para toda a sociedade paranaense. Um claro exemplo disso é a ocorrência da febre aftosa nos rebanhos bovinos no Estado do Mato Grosso do Sul, com graves consequências para o Estado do Paraná, com a diminuição de trinta e sete por cento da receita obtida com a exportação de carne bovina.

6. A defesa agropecuária, por ser uma atividade fundamental da defesa da soberania e da economia deve ser tratada como assunto de segurança nacional, em prol da consolidação de novos mercados, pois com a internacionalização dos negócios nessa área, cada vez mais os países concorrentes procuram interpor barreiras sanitárias aos produtos agropecuários. As questões envolvendo a defesa agropecuária, portanto, devem ser geridas com o máximo cuidado, pois é imprescindível a manutenção dos mercados conquistados além de ser necessário cada vez mais expandir os horizontes da agropecuária paranaense.

7. Ao longo de mais duas décadas, conseguiu-se implantar no Estado do Paraná um dos melhores sistemas de defesa sanitária animal e vegetal do Brasil. Esse sistema, que necessita sofrer constante aperfeiçoamento, é parte fundamental do conjunto de elementos que influem no crescimento do PIB paranaense.

8. Por sua experiência em defesa agropecuária os profissionais do Defis foram responsáveis pelo treinamento/capacitação em defesa agropecuária de fiscais dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Norte, Rondônia, Goiás, Maranhão, Distrito

Federal, entre outros. Frequentemente, os profissionais do Defis são chamados como consultores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

9. O Estado do Paraná obteve - como resultado do trabalho de defesa agropecuária executado pelo corpo de profissionais do Defis em parceria com a iniciativa privada - eficiência satisfatória no controle da disseminação das doenças e pragas que atingem as plantas e os animais de importância para o sistema produtivo agropecuário e que também colocam em risco a saúde pública.

10. Outro fato merecedor de destaque é a importante atuação do corpo de profissionais do Defis na questão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Embora a legislação federal tenha liberado o plantio desses organismos, a atuação desses profissionais mostrou-se altamente eficaz no controle do plantio ilegal, uma vez que, mesmo tendo no próximo Estado do Rio Grande do Sul uma altíssima ocorrência desta então ilegalidade, mantendo o índice de cultivos de soja transgênica no Estado do Paraná dentro do satisfatório. Essa ação é um claro exemplo que mostra a capacidade do corpo de profissionais do Defis em interferir positivamente sobre a cadeia, mesmo tendo à frente um espectro de mais de cem mil propriedades com plantio de soja no território paranaense. Esse tipo de intervenção deixou claro o respeito que a sociedade paranaense, em especial aqueles ligados à agropecuária, têm pela atuação prática dos fiscais da defesa agropecuária paranaense. Além disso, é fundamental destacar a ação educativa, desses profissionais que trouxe à tona a discussão sobre os OGMs em todo o Brasil, uma vez que o assunto estava circunscrito aos meios científicos e por aqueles com grandes interesses comerciais.

11. É contínua a cobrança da sociedade pela qualidade e sanidade dos produtos de origem animal e vegetal em todas as cadeias produtivas. Essas exigências têm nas atividades de fiscalização condições ímpares de serem preservadas e intensificadas, pois caso contrário há o risco de se anular tudo o que foi internamente conquistado a duras penas e se extinguir excelentes oportunidades no difícil mercado agropecuário globalizado, com cifras que chegam a mais de trinta bilhões de reais somente no Estado do Paraná.

12. Contudo, os engenheiros agrônomos, médicos veterinários e biólogos que atuam no Defis estão lotados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE. Desta forma, não têm uma carreira que dê legitimidade à função de fiscal e as garantias constitucionais que essa função exige. Não existem justificativas para que 391 profissionais que detêm a responsabilidade de exercer a defesa agropecuária estejam submetidos às idênticas contingências da política administrativa para mais de 40 mil servidores públicos lotados no QPPE. Por força dessa situação, atualmente o Defis sofre uma séria defasagem em seu quadro de engenheiros agrônomos e médicos veterinários. A perda desses profissionais para outros órgãos federais e estaduais (de outros Estados da Federa-

ção) e para a iniciativa privada é freqüente. A defesa agropecuária exige profissionais capacitados e dispostos a fazer seus projetos de vida enquanto fiscais, de fato e de direito. Afinal, a função de fiscal não convive com a falta de amparo do Estado e muito menos com a sedução da iniciativa privada.

13. A carreira de Fiscal Estadual da Defesa Agropecuária uma vez criada será um dos ingredientes fundamentais à melhora do desempenho e da eficácia das ações de fiscalização, inspeção e defesa agropecuária no Estado do Paraná. O corpo profissional do Defis sob o manto dessa importante carreira certamente contribuirá com a melhoria da competitividade da produção agropecuária com reflexos positivos na situação sócio-econômica e no bem-estar dos produtores agropecuários deste Estado.

14. Os engenheiros agrônomos, médicos veterinários e biólogo(s) do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - Defis, devido às características das atividades exercidas, requerem cargo de dedicação exclusiva. Por si só, a atividade de fiscal provoca restrição no mercado de trabalho privado. O fiscal só pode contar com sua carreira própria.

15. O Defis é o responsável pela defesa sanitária animal e vegetal no território paranaense, inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal (com reflexos positivos na Saúde Pública) e pela fiscalização dos agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes, sementes e mudas, garantindo a qualidade dos insumos básicos utilizados na agropecuária do Estado do Paraná.

16. A fiscalização é uma atividade que envolve apreensões, aplicações de multas e até mesmo interdições de estabelecimentos e confisco de produtos. Em muitos casos o administrado que sofre a fiscalização faz ameaças de toda ordem aos agentes fiscais. Além disso, os fiscais da defesa agropecuária sofrem outros riscos devido às condições insalubres e de periculosidade inerente ao tipo de trabalho desenvolvido.

17. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, dada a importância das atividades de fiscalização e de defesa agropecuária, já implantou a carreira de fiscal federal agropecuário, através de legislação específica. Praticamente todos os demais Estados da Federação criaram agências de defesa agropecuária com a implantação da carreira de fiscal estadual da defesa agropecuária, ou a implantaram através de legislações estaduais.

18. Apesar da importância da fiscalização agropecuária para o Estado do Paraná, existe um grande desestímulo entre os engenheiros agrônomos, médicos veterinários e biólogos do Defis em função da remuneração incompatível diante da responsabilidade e da complexidade que a função exige, além da falta de reconhecimento da importância desses profissionais por parte do Estado.

19. A carreira de fiscal da defesa agropecuária é fundamental para a formação de um quadro profissional

eficiente, qualificado e valorizado (evitando o prejudicial abandono precoce da função) contribuindo assim ao fortalecimento da defesa agropecuária do Estado do Paraná.

20. Atualmente, os engenheiros agrônomos e médicos veterinários do Defis são credenciados para o exercício de defesa e da fiscalização agropecuária no território paranaense. A principal gratificação que recebem para a execução dessas atividades não é incorporada aos vencimentos efetivos e não é considerada para efeito de aposentadoria. Isso significa que depois de dedicar a vida profissional a uma causa que traz enorme contribuição socioeconômica ao Estado do Paraná, porém com significativo desgaste profissional e de saúde, pela própria natureza das atividades executadas, esses profissionais são esquecidos no momento da aposentadoria, descartados como algo material.

21. Com a carreira de fiscal da defesa agropecuária do Paraná, os engenheiros agrônomos e médicos veterinários passarão a ter condição de servidores agrupados em uma carreira típica de Estado e ficarão isentos de qualquer redutor salarial, a exemplo dos auditores fiscais da Receita Estadual do Estado do Paraná e dos procuradores do Estado do Paraná.

22. Os médicos veterinários não precisariam fazer um segundo concurso, pois com a carreira de fiscal da defesa agropecuária terão um vencimento equivalente, considerando que a Emenda Constitucional nº 34, de 13 de dezembro de 2001, estendeu a todos esses profissionais do Serviço Público o direito de acumular cargo idêntico.

23. Outro aspecto importante é que a carreira de fiscal da defesa agropecuária do Paraná evitará o que aconteceu nos quadros profissionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, quando uma decisão judicial no ano de 1984, sentenciou que os médicos veterinários passariam a ter dois padrões de quatro horas e os engenheiros agrônomos um padrão de oito horas, ganhando os primeiros, o dobro dos segundos, causando um enorme transtorno para as atividades de defesa e fiscalização agropecuárias. Esse problema só foi solucionado com a criação da carreira de fiscal federal agropecuário no Mapa, que impede legalmente o acúmulo de dois cargos idênticos.

24. A carreira de fiscal da defesa agropecuária do Estado do Paraná é uma das principais medidas à modernização e melhoria da defesa agropecuária paranaense e, por força da legislação que a criará, garantirá a profissionalização em defesa agropecuária dos engenheiros agrônomos e médicos veterinários que a executam.

REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE o envio ao Prefeito Beto Richa e ao Secretário Municipal da Saúde, Michele Caputo Neto, do ofício em anexo, onde o Conselho Local de Saúde - Bairro Alto e Tarumã pede veementemente que a Unidade Municipal

de Saúde Bairro Alto seja ampliada, com a construção do chamado “espaço saúde”.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Unidade Municipal de Saúde do Bairro Alto necessita urgentemente dessa ampliação com o objetivo de oferecer à comunidade da região um melhor e mais adequado atendimento aos usuários do SUS.

São 22.000 (vinte mil) usuários cadastrados na Unidade Municipal de Saúde (básica) do Bairro Alto, com previsão de aumento explosivo, decorrente da ocupação desordenada das áreas de margens de rios naquela região.

A Unidade Municipal de Saúde do Bairro Alto, de acordo com informações estatísticas do Conselho Local de Saúde do Bairro Alto e Tarumã, foi a que teve o maior número de procedimentos de saúde realizados em toda Regional do Boa Vista, no ano de 2004.

Sugiro, que as autoridades competentes, ouçam o que pede o povo.

Apensa a este, o ofício, que justifica, o presente requerimento, de contribuição da cidadania à ampliação da Unidade de Saúde do Bairro Alto.

Seja este requerimento encaminhado ao Prefeito Carlos Alberto Richa - Av. Cândido de Abreu 817 - CEP: 80.530-908, e também ao Secretário Municipal da Saúde - Dr. Michele Caputo Neto, Av. João Gualberto, nº 623 - CEP: 80.030-000 e ao Sr. Adilson Alves Tremura, Presidente do Conselho Local de Saúde Bairro Alto e Tarumã - Rua Jornalista Alceu Chichorro, nº 314, CEP: 82.820-290 - Bairro Alto, Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 040

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que oficie ao Sr. Governador do Estado, propondo ao competente jornalista Marcos Batista, Diretor da Paraná Educativa, a gravação de um programa especial com o grupo musical paranaense “Nymphas”, por ocasião dos 30 anos de sua existência. O grupo resgatou e celebrizou compositores locais como Lápis, José Oliva, Rosy Greca, Hardy Guedes e Celso Piratta, e lançou o primeiro CD, disco compacto, feito em Curitiba e no Paraná

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Mara Fontoura conta que o grupo musical Nymphas brinda 30 anos, com novo livro, quatro CD's, um deles inédito, com composição de Lápis, Chico Buarque, Francis Hime, Rosy Greca, Celso Piratta, e um programa especial da TVE, a ser gravado no Canal da Música. O grupo musical, que chega à idade de Madame Bovary, personagem de Balzac, lançou, em vinil, o lendário LP “Tons e Batons”, e o primeiro CD curitibano.

REQUERIMENTO Nº 042-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que encaminhe ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, à Sra. Secretária de Estado da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto, e à Sra. Coordenadora do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná, Rosina Coeli Alice Parchen, ao Sr. Prefeito de Ponta Grossa, Sr. Pedro Wosgrau filho, o pedido de tombamento do antigo prédio do histórico observatório astronômico, na cidade de Ponta Grossa.

Prédio sede do primeiro observatório astronômico implantado no Paraná, construído em 1959 para instalar a sede da Sociedade Pontagrossense de Amadores de Astronomia do Paraná, situado no Jardim Boa Vista, na época, arrabalde da cidade. O terreno foi doado pelo Senador Flávio Carvalho Guimarães.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Ponta Grossa, destaca-se regional, estadual e nacionalmente, como local de ocorrências de inúmeras e importantes iniciativas, culturais, econômicas, políticas, históricas e científicas. Destacando-se na área da Astronomia.

Em 1952 foi fundada a Sociedade Pontagrossense de Amadores da Astronomia, a primeira entidade particular dedicada às ciências astronômicas do Estado do Paraná e a quarta do Brasil. A maioria dos membros da Sociedade eram personalidades da época: Manoel Machuca, Elicio Mezzomo, Eurico Batista Rosas, Faris Michaelis, Omar Leite Gondim, Modaldo Nogueira Albuquerque, Otekar HansHoeltke, Waldomiro Nonesco, Abilio Holzmann, Albino Bochoski, Jacob Biscaia, Luiz Carlos Blanc, Guaracy Paraná Vieira, Heitor Ditzel, Fernando Machuca, Rafael Tauile Piazzetta entre outros.

A sede da Sociedade Pontagrossense de Amadores da Astronomia foi construída em 1957. Com a extinção dessa sociedade, o observatório foi doado para a Universidade Estadual de Ponta Grossa que instituiu o Observatório Astronômico da UEPG, aberto ao público em 1977. A partir desta data foi considerado o primeiro observatório astronômico paranaense de cunho oficial.

Historicamente é indiscutível o valor do antigo observatório astronômico, que foi o primeiro de Ponta Grossa, do Paraná, bem como, o primeiro oficial do Estado. A construção em si não tem valor artístico, mas sim histórico, cultural e científico.

O que não se faz, não existe.

O tombamento deve obrigar a Prefeitura Municipal e o poder público, a ter maior cuidado com o acervo de prédios históricos.

Considerando o valor do antigo observatório para a história da Ciência paranaense, justifica-se esta proposição de tombamento do prédio do antigo Observatório Astronômico de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO Nº 4176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, sugerindo estudos para a concessão de isenção do pagamento de pedágio pelos ônibus e vans que transportam os estudantes universitários que residem nos municípios da região Oeste do Estado.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa solicitar do DER estudos para conceder isenção do pagamento de pedágio, pelos ônibus e vans que transportam os estudantes universitários residentes nos municípios da região Oeste do Paraná, os quais se deslocam diariamente até a cidade de Foz do Iguaçu para estudar, sendo que, na sua grande maioria, são pessoas de origem simples e sem condições financeiras.

REQUERIMENTO Nº 4179

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações referentes ao número exato de pessoas que foram beneficiadas com as isenções previstas pelos incisos V (portadores de deficiência) e XI (motocicletas com menos de 125cc, e mais de dez anos de fabricação, da Lei nº 14.260/03.

Sala das Sessões, em 14.02.2006.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente a Exa. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora Superintendente da Fundepar, solicitando informações referentes à reforma realizada na Escola Estadual Barão do Rio Branco no município de Foz do Iguaçu, pois segundo o Presidente do Grêmio Estudantil e da Diretora daquele Colégio, a reforma não contemplou o sistema hidráulico e elétrico; este último, colocando em risco a saúde dos alunos, professores e funcionários da escola, pois existe a possibilidade de haver curto circuito devido ao estado precário da fiação existente na mesma.

Sala das Sessões, em 14.02.2006.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE ao Sr. Governador do Estado que determine

à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e à Secretaria de Cultura, parceria no sentido de resgatar a Casa de Cultura, de Santo Antônio da Platina, antigo Cine Palace Platinense.

Construído em 1950, o antigo Cine Palace Platinense já é patrimônio público municipal. Seu telhado, no início de 2005 ameaçou desabamento por infiltrações e ruína do madeiramento, provocando a interdição do espaço com oitocentos lugares, e projeto próprio.

Sala das Sessões, em 13.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O preceito constitucional determina ser função do Estado a preservação do patrimônio histórico e cultural do nosso povo.

O antigo Cine Palace Platinense é o único cinema em Santo Antônio, e um dos poucos do Norte Pioneiro.

REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE ao Sr. Governador, bem como ao Sr. Secretário da Saúde, e aos Srs. Prefeitos, membros da Amunorp - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, a propósito de otimização dos serviços de saúde naquela região, a partir do Hospital (já existente) Nossa Senhora da Saúde, e do Hospital Santo Antônio da Platina (a ser instalado, já pré-construído).

Sugestões:

1. Dentro do mais elevado interesse público, sugerimos seja ouvida a classe médica da região - através da Associação Médica do Paraná - seccional de Santo Antonio da Platina - para elaboração de um plano de atuação do velho hospital complementar ao novo hospital.

Devem ser contatados o Dr. Jorge Garrido, Presidente local da AMPR, e o Dr. Luciano Dias de Oliveira Reis, cirurgião pós-graduado na Inglaterra.

2. Para recebimento de clientela regional - pacientes cardiológicos, pós-cirúrgicos, diabéticos - sugerimos a reabertura da UTI do (velho) Hospital Nossa Senhora da Saúde. UTI instalada com recursos do SUS, em 2003, e que só funcionou 3 meses, tendo sido fechada por falta de recursos, já que a parceria do Hospital Nossa Senhora da Saúde com o Governo não se concretizou.

3. Para recebimento de clientela regional, referendada pela Sismorp, sugerimos a instalação no novo Hospital Santo Antônio de serviços de saúde de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria, mais um serviço de Cirurgias de Câncer e de Trauma.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Idêntico ao Hospital do Bairro Novo, em Curitiba, que fiz construir durante meu mandato de Prefeito da capital, o Hospital Santo Antônio já está pronto há vários anos, e seu fechamento até hoje é um escândalo público,

consideradas as precárias condições de saúde e o sofrimento do povo da região.

Refere crônica recente, dois terríveis desastres de ambulâncias, com sete vítimas, de Joaquim Távora e de Andirá - quando vinham à Região Metropolitana de Curitiba trazendo doentes para o Hospital Angelina Caron.

O Governo do Estado do Paraná, na gestão Roberto Requião, concordou em abrir o Hospital novo. Para tal, conforme acertado em reunião da Amunorp no final de 2005, a Secretaria de Saúde do Paraná, entraria com R\$ 50 mil por mês, mais luz, mais água, mais vigilância e know-how técnico, e a Amunorp entraria com gestores, mais 10 A.R.I.Hs por município (= 210 autorizações de internamento hospitalar).

Tudo ficaria mais completo se - paralelamente à inauguração definitiva dos serviços de saúde do novo Hospital - fosse reaberta a UTI do antigo Hospital Nossa Senhora da Saúde, em Santo Antônio da Platina.

REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, que envie expediente ao Sr. Governador do Estado, à Secretária de Administração, Maria Martha, e ao encarregado do S.A.S. - Serviço de Atendimento ao Servidor, Dr. Antenor Gionédís - determinando a redistribuição dos recursos para atendimento do funcionalismo, permitindo à clientela do Norte Pioneiro, recorrer também aos serviços de saúde de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 13.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No governo de Jaime Lerner, quando da criação do SAS, foi determinada a concentração do atendimento ao funcionalismo público estadual do Norte Pioneiro, em Jacarezinho. Isto persiste.

Com a nova realidade de saúde que se esboça - em Santo Antônio da Platina - pela abertura do Hospital Santo Antônio, que vai somar aos serviços médicos do tradicional Hospital Comunitário Nossa Senhora da Saúde, não tem sentido a concentração, e a exclusividade, contrárias ao interesse público.

Hoje mais de R\$ 210 mil vão todo mês - via SAS, para Jacarezinho. Há sobrecarga de serviços e queda de qualidade de atendimento regional.

A cidade de Santo Antônio da Platina tem serviços médicos que não há em Jacarezinho, a saber: tomografia computadorizada, densitometria óssea, mamografia. Pelo fato tais serviços são contratados em Ourinhos - com transferência de recursos do PR para SP.

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legis-

lativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre o PSS - Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores para a rede estadual de ensino em 2006:

- quais foram os critérios adotados para definir a ordem de classificação dos candidatos;
- relação de todos os candidatos selecionados e ordem de classificação dos mesmos;
- indicação das escolas onde estão lotados os classificados;
- relação de candidatos que se inscreveram e não foram selecionados.

Sala das Sessões, em 15.02.2006.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo.

Com relação ao pedido em si, são muitas as informações desencontradas e reclamações de supostos favorecimentos em razão da falta de clareza dos critérios adotados.

REQUERIMENTO Nº 039

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE ao douto Ministério Público do Estado, na pessoa do Procurador Milton Riquelme de Macedo e ao Ministério Público Federal, na pessoa da Procuradora-Chefe da Procuradoria Geral da República no Paraná, a seguinte informação:

1. é lícito fechar nossas praias com tapumes e cobrar ingressos para shows particulares, como tem acontecido em Caiobá e Guaratuba?
2. Acabou o princípio legal que considera as praias brasileiras acessíveis a todos?
3. Se os quiosques e casas humildes de pescadores são derrubadas em nome do princípio constitucional, por que alguns podem explorar, em proveito próprio?

Sala das Sessões, em 13.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Estão cobrando até R\$ 80,00 para acesso às arenas de shows em praias públicas do Paraná.

Seja este pedido de informações encaminhado ao Ministério Público do Paraná, na pessoa do Dr. Milton Riquelme de Macedo, Procurador Geral do Estado do Paraná, rua Marechal Hermes, 751 - CEP 80530-230 e à

Procuradora-Chefe da Procuradoria Geral da República do Paraná, rua XV de Novembro, 608 - CEP 82.020-310.

REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia o registro nos Anais desta primeira Sessão de 2006, de voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 31 de janeiro, de Dona Azurita Medeiros, digna Presidente da Rede Feminina Paranaense de Combate ao Câncer.

Pede, também, a inserção nos Anais legislativos da sensível reportagem do jornalista José Carlos Fernandes, publicada no matutino Gazeta do Povo, da Capital do Estado, sobre o passamento da líder do voluntariado do Hospital Erasto Gaertner.

Sala das Sessões, em 15.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Voluntária admirável, Azurita foi durante muitos anos, parte da alma humanista do Hospital Erasto Gaertner. Azurita combateu o bom combate, manteve a fé, animou os sofredores, ampliou as possibilidades do valoroso hospital, que - pela primeira vez em muitos anos - encerrou o último ano de 2005 com balanço superavitário.

Missão cumprida, possam os anjos velar-lhe o sono com cânticos de glória.

Seja este voto encaminhado à veneranda mãe de Azurita Medeiros, dona Eunice Dalla Bona - Rua Eugênio Flor, 40 - CEP 82130-290; aos seus filhos Rosane Medeiros Cherem - Rua Des. Otávio do Amaral, 863 - CEP 80710-620 e Carlos Alberto Dalla Bona Medeiros - Rua 7 de Setembro, 5569, ap. 801 - CEP 80050-100; ao Superintendente do Hospital Erasto Gaertner, Dr. Luís Negrão - Rua Dr. Ovande do Amaral, 201 - CEP 81520-060; à Sra. Ana Maria Buabssi - Av. Iguaçu, 3001 - bl. 2 - ap.2304 - CEP 80240-030; e a todas as voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Hospital Erasto Gaertner, rua Dr. Ovande do Amaral, 201, Curitiba - CEP 81520-060 e ao jornalista José Carlos Fernandes, Praça Carlos Gomes, n 4 - CEP 80010-140.

REQUERIMENTO Nº 044-A

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da Sessão de hoje, de voto de congratulações ao médico, professor e escritor Rosala Garzuze, que comemorou seu aniversário de cem anos, no Templo das Musas, onde recebeu homenagem de seus ex-alunos, de três gerações, por gratidão à dedicação e ao idealismo do mestre.

Sala das Sessões, em 13.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Rosala Garzuze é médico, professor e escritor. É médico formado pela Universidade Federal do Paraná.

Foi Diretor do jornal e da revista Alvorada, do Grêmio Estudantil do Internato do Ginásio Paranaense (1923-1929); do jornal A Lâmpada. Há quase oito décadas dirige o Instituto Neopitagórico, criado em 1909 pelo mítico professor Dario Vellozo, de quem foi aluno. Colaborou em diversas revistas e jornais do país e do exterior. Foi professor do Liceu Rio Branco, do Colégio Belmiro César, do Colégio Estadual do Paraná, do Conservatório de Canto Orfeônico da Escola Normal do Colégio Novo Ateneu. Lecionou também, na Escola Superior de Educação Física do Paraná, da Faculdade de Medicina da UFPR 1936-1976 e da Faculdade de Direito de Curitiba. Prelecionou diversos cursos - Pitagorismo, Neopitagorismo, Atlântida, Relações Humanas, Mitologia, História das Religiões, Psicologia, Hierologia, Parapsicologia. Pertence ou pertenceu a diversas Instituições Culturais do país e do exterior: Grêmio Literário Emiliano Pernetá (1922); Instituto Neopitagórico de Curitiba, desde 1923, atualmente é o Presidente; Sociedade Teosófica Adyar - Índia, 1923; Centro de Letras do Paraná; Academia José de Alencar - Curitiba; Associação Médica do Paraná; Associação de Professores da UFPR; Sociedade de Médicos Escritores do Paraná; Academia Paranaense de Medicina e de diversas outras entidades do país e do exterior.

Homenageado com distingüidos títulos honoríficos. Dedicase atualmente às atividades sócio-culturais do Instituto Neopitagórico, cuja sede mundial localiza-se no Templo das Musas, em Curitiba.

Há quase oito décadas o médico e professor Rosala Garzuze - libanês de nascimento - dirige o Instituto Neopitagórico, criado em 1909 pelo mítico professor Dario Vellozo, expoente do movimento simbolista do Paraná. Em 1932 casa-se com Carmem, filha do seu mestre Dario Vellozo. Hoje Rosala é sinônimo do instituto ao dedicar-se intensamente, ajudado por suas sobrinhas Elizabeth e Rhadail, desde às 9 horas até o entardecer.

O professor mantém, ainda, sete cursos por correspondência. Seu pai, Assef Jorge, vindo de Gebel (conhecida como Biblos) era mascate. O filho estudioso, virou uma espécie de mercador do conhecimento.

Gastou os melhores anos de sua vida na chácara na Vila Isabel, mergulhado no acervo de mais de três mil livros do Instituto Neopitagórico. Apesar na violência, acredita que o mundo de hoje é melhor do que o do passado, porque há mais conhecimento exato, mais liberdade de pensamento, amor à infância e participação das mulheres, na sociedade.

O professor Rosala esbanja, ainda, lucidez intelectual, aperto de mão firme e um delicioso senso de humor.

“Eu me interesso por tudo, porque com o conhecimento posso ajudar os outros a encontrar a liberdade”. Professor Rosala Garzuze.

Seja este requerimento encaminhado ao Professor Rosala Garzuze, rua Bororós, 460 - Curitiba - CEP 80320-260.

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica criado o Parlamento Jovem na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme previsto nesta Resolução e, de caráter informativo compreendendo as atividades a ele pertinentes relativas ao exercício da cidadania e elucidativas do funcionamento do Poder Legislativo.

Art. 2º O Parlamento Jovem tem por finalidade possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Assembléia Legislativa do Paraná, com diplomação, posse e exercício do mandato.

§ 1º O exercício do mandato terá caráter instrutivo e ocorrerá todos os anos, no segundo semestre, em data acordada pela Comissão Executiva, preferencialmente próxima à Semana da Juventude, observada a rotina de trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná.

§ 2º O Parlamento Jovem será constituído alternado e proporcionalmente por alunos dos ensinos médio (70%) e superior (30%), devidamente matriculado, escolhidos em processo eleitoral realizado sob a responsabilidade dos órgãos de representação estudantil atuantes no Paraná, coordenados pela União Paranaense dos Estudantes (UPE) e União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Art. 3º Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Parlamento Jovem, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em Plenário, expedição de Autógrafos, onde estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado.

§ 1º A Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná diligenciará no sentido e que a sessão plenária do Parlamento Jovem transcorra no plenário da Assembléia Legislativa e seja acompanhada por assessoramento técnico compatível com a evolução dos trabalhos, até o seu final.

§ 2º As proposições apresentadas pelos membros do Parlamento Jovem, apesar de caráter instrutivo, serão analisadas pela Comissão de Educação e, se possível, apresentadas pelos Deputados no plenário desta Casa Legislativa.

Art. 4º O número total de membros do Parlamento Jovem deverá ser equivalente ao de Deputados no Estado do Paraná.

§ 1º O Deputado do Parlamento Jovem, no exercício do seu mandato, poderá contar, com a ajuda de um Estudante Assessor Parlamentar, de sua livre escolha, proveniente do mesmo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado.

§ 2º Ao tomarem posse, os Deputados do Parlamento Jovem prestarão o seguinte compromisso: “Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do Estado do Paraná dentro das normas constitucionais”.

§ 3º Os trabalhos do Parlamento Jovem serão dirigidos por uma Mesa executiva eleita pelos Deputados estudantes, composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Art. 5º A legislatura terá a duração de um dia, iniciando-se com a posse dos Deputados e a eleição da Mesa, e terminando com a redação dos Autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e publicação no Diário Oficial.

Art. 6º A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mediante Ato, normalizará a consecução do Parlamento Jovem, especialmente quanto:

I - as orientações relativas ao processo de eleição, diplomação e participação dos eleitos;

II - as normas para a eleição da Mesa executiva;

III - a realização dos trabalhos da sessão plenária.

§ 1º O Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná nomeará uma Comissão Executiva composta por Deputados, encarregada de implementar todos os procedimentos necessários à realização da sessão do Parlamento Jovem, na forma do estabelecido neste artigo.

§ 2º As demais atividades do Parlamento Jovem orientar-se-ão para o conhecimento dos procedimentos legislativos, dos partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa do Paraná, suas propostas programáticas e das funções dos líderes partidários.

Art. 7º A Mesa da Assembléia, visando ao bom andamento dos trabalhos do Parlamento Jovem, poderá firmar convênios ou parcerias com órgãos públicos ou entidades privadas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito de organização às entidades da sociedade civil com o intuito de ampliar a participação democrática nas

instituições públicas brasileiras. De lá para cá, as entidades dos movimentos populares retribuíram ao país com manifestações republicanas em defesa da soberania nacional. Em 1992, por exemplo, a juventude esteve à frente das memoráveis passeatas do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello. O “Fora Collor”, como ficaram conhecidos os protestos, partiram dos grêmios e diretórios centrais estudantis de todo o Brasil.

Também não foi diferente a resposta dos jovens paranaenses quando foram convocados a participarem do movimento “A Copel é Nossa”, em 2001, que impediu a privatização da maior e mais eficiente empresa do Estado. Graças aos protestos do movimento estudantil, liderados pela União Paranaense dos Estudantes (UPE) e União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) - órgãos de representação dos estudantes secundaristas e universitários, respectivamente - a estatal de energia vem sendo instrumento da implantação de políticas públicas de geração de renda e emprego às regiões mais deprimidas economicamente.

Retroagindo aos anos 60, 70 e 80, é incalculável a contribuição dos movimentos da juventude paranaense ao processo de redemocratização do país. Em diversas oportunidades, representantes de grêmios e diretórios estudantis organizaram trincheiras de resistência ao regime da ditadura militar. Foram os principais protagonistas nas manifestações pela Anistia (1979) e Diretas, já! (1984).

O histórico de combate da juventude em defesa da democracia, ao longo desses anos, nem sempre foi conjugado com efetiva participação nas decisões. Portanto, o presente faz um reparo - também histórico - às organizações estudantis. Trazem-nas de volta à tribuna da Casa do Povo e à democracia pelas portas da frente. É a possibilidade de os jovens debaterem e proporem ações que dizem respeito aos seus anseios represados por governos totalitários. Além disso a implantação do Parlamento Jovem significa uma aula concreta de democracia e, com certeza, começará a preparar líderes estudantis e futuras gerações para bem governar o Paraná e o Brasil.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 007/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, o ensino de conteúdos sobre previdência social e privada.

Parágrafo Único. Os conteúdos referidos neste artigo devem incluir noções constitucionais sobre o tema e oferecer noções sobre a importância sobre a poupança para garantir melhor qualidade de vida.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Nos países desenvolvidos há grande consciência sobre a importância da composição de previdência privada. Todos sabemos que a previdência social brasileira não consegue prover aposentadoria digna para uma velhice tranqüila. Dessa forma, os jovens devem ter consciência, desde cedo, da necessidade de construir previdência própria, garantindo um futuro mais tranqüilo.

O brasileiro não tem essa tradição de poupança, mesmo porque vivemos tempos de imensa dificuldade. Contudo, é preciso informar os jovens e lhes conferir o poder de mudança.

PROJETO DE LEI Nº 009/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no Estado do Paraná, o Programa de Incentivo à produção de Biodiesel, através da desoneração progressiva no pagamento de impostos estaduais.

§ 1º O incentivo referido no *caput* deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte do produtor de oleaginosas destinadas à produção do biodiesel, bem como do empreendedor que instalar usinas de biodiesel, de bônus expedido pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo.

§ 2º Os portadores dos bônus poderão utilizá-los para pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -, Imposto sobre Transmissão de Bens *causa mortis* -, e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores -, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência do tributo.

§ 3º Para efeito de pagamento, nos termos do parágrafo anterior, o valor do Bônus sofrerá desconto de 15% (quinze por cento).

Art. 2º O Poder Executivo, anualmente, fixará o valor do incentivo a ser concedido na forma desta lei.

Art. 3º Os bônus terão validade para sua utilização de 5 (cinco) anos, a contar de sua emissão, corrigidos mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na correção do imposto.

Art. 4º Fica autorizado a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Biodiesel no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

É fundamental reconhecer a necessidade de o Poder Público fomentar a produção de biodiesel. Hoje o óbice à viabilização da produção de biodiesel é ganância fiscal dos governos. Enquanto no resto do mundo os governos incentivam e dão subsídios para quem investe na produção de biodiesel, no Brasil, pela atual legislação tributária, cobra-se cerca de R\$ 0,60 por litro somente em impostos federais e estaduais (contribuição rural, PIS, Cofins e ICMS).

O Brasil tem, do Centro-Oeste ao Rio Grande do Sul, no período de abril a setembro, seguramente mais de dez milhões de hectares de lavoura sem nenhuma utilização. Quando se encontra alguma plantação, é somente para cobertura de inverno, sem fins comerciais. São terras aptas para se plantar oleaginosas de inverno.

É fundamental criar programas de incentivo à produção de oleaginosas, bem como de pequenas usinas de biodiesel de até dez mil litros por dia. Seriam pequenas cooperativas ou de associação de produtores.

Em Buenos Aires já está funcionando uma usina de biodiesel cuja matéria-prima é o óleo de cozinha usado. No Brasil, até o momento, tudo o que vimos são estudos de universidades sobre o assunto.

Enquanto não são tomadas medidas concretas, continuamos colocando o óleo usado na cozinha no esgoto sanitário, poluindo e degradando nosso já sofrido planeta. O biodiesel é assunto bastante antigo, data de década de 40, quando as colônias africanas da França e da Bélgica já eram estimuladas a plantar dendê com finalidade energética.

Em 1940 rodou o primeiro ônibus movido a biodiesel em Bruxelas, na Bélgica. A partir daí, tanto o biodiesel como o álcool foram praticamente extintos em função de interesses geopolíticos e econômicos, particularmente porque o petróleo era mais barato.

O Brasil é líder na substituição de energia fóssil por renovável. Nossa gasolina tem, por lei, a incorporação de álcool. Essa liderança persistirá com a introdução do biodiesel, desde que as condições tributárias e econômicas permitam. O biodiesel só é viável se acontecer uma desoneração fiscal e um programa de incentivo para que todos os grãos possam ser utilizados no biodiesel.

Além da proteção ao meio ambiente, a produção do biodiesel gera renda e melhoria na qualidade de vida.

PROJETO DE LEI Nº 010/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, de Jundiaí do Sul -

Estado do Paraná, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Jundiaí do Sul e foro no município de Ribeirão do Pinhal, inscrito no CNPJ nº 07.450.470/0001-04, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Apae de Jundiaí do Sul, ao longo de sua existência, fundada em 17 de junho de 2004, vem realizando um trabalho exemplar para amparo e defesa dos excepcionais.

Em razão disso, já recebeu o reconhecimento da comunidade de Jundiaí do Sul pelos relevantes serviços prestados aos portadores de necessidades especiais, como parceria do desenvolvimento das políticas públicas nessa área.

Isto posto, queremos dar à Apae de Jundiaí do Sul, o reconhecimento de utilidade pública estadual e pedimos o assentimento de todos os Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 011/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Usina Hidrelétrica José Hosken de Novaes a usina Hidrelétrica Apucarantina, localizada no município de Tamarana, antigo distrito de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Usina Hidrelétrica Apucarantina possui capacidade instalada de 9,5 MW, construída pela Empresa Elétrica de Londrina S/A, e inaugurada em 1949, tendo sido incorporada pela Copel em 1974.

Localizada no município de Tamarana, distante 80 km do centro de Londrina, na margem direita do rio Apucarantina, a 1,5 km de sua confluência com o rio Tibagi, dentro da reserva indígena de mesmo nome.

A presente proposta se justifica em reconhecimento público pela capacidade administrativa, conhecimento jurídico, honestidade inquestionável e pelo trabalho realizado em prol de Londrina e do Paraná.

José Hosken de Novaes nasceu em Carangola, Estado de Minas Gerais, 07 de fevereiro de 1917, filho de Américo Moreira Novaes e Maria Hosken de Novaes. Fez o curso fundamental na sua terra natal. Mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar Direito.

Em 1939 obteve o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito. Já em 1942 a família mudou-se para Londrina, norte do Paraná, dedicando-se à advocacia.

Ingressou na política após a redemocratização do país em 1945, filiando-se à União Democrática Nacional - UDN. Seu prestígio como advogado e líder ultrapassou as fronteiras do município de Londrina, época em que vivia um processo acelerado de ocupação, jamais visto no país.

Exerceu os cargos de Procurador-Geral do Estado, Secretário de Estado da Fazenda e membro da Comissão Estadual de Revisão de Terras e Consultas.

Em 1963 elegeu-se Prefeito Municipal de Londrina, realizando uma administração modelar. São de sua iniciativa a criação do Serviço de Assistência Médica Municipal e Pronto Socorro Odontológico. Como homem público de visão futurista investiu maciçamente na educação dos filhos dos pioneiros, gente vinda de todos os rincões do Brasil e de outras partes do mundo. Expandiu o Serviço de Água e Esgotos, criou a Sercontel (Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina), o primeiro do interior do país, e a Cohab-Ld (Companhia de Habitação de Londrina), a quem coube construir as primeiras “casas populares” em Londrina.

Em 1975 eleito vice-governador, na chapa liderada pelo então candidato a governo do Paraná, o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, vindo a assumir a chefia do executivo estadual em 15/03/1979 com a desincompatibilização do titular para concorrer à vaga ao Senado da República.

Saiu de Londrina para assumir as funções que lhe cabiam como vice-governador, trazendo consigo o jeito simples e recatado do mineiro que nunca deixou de ser. Enquanto vice-governador, Hosken teve como estrutura uma pequena sala, com dois assessores e um velho “automóvel” que o levava para casa e cada final de expediente. Ao assumir o cargo de Governador, Hosken afirmou estar surpreso de ver tanta gente, porque, afinal, o que ocorria naquele momento, era uma “possezinha” sem importância, dando, desta forma, um recado à legião de bajuladores que ali se apinhavam.

Mantendo a simplicidade que o caracterizou, chegou ao fim do mandato, passou o cargo ao governador eleito Sr. José Richa, retirando-se para a vida privada, deixando como legado os sábios pareceres jurídicos que sempre o notabilizaram, além de uma inabalável conduta ético moral.

Parcimonioso, no governo destacou-se pela contenção de gastos, apoio a atividades culturais e proteção ao social. Presidiu, com total isenção a eleição governamental de 1982.

Professor de Direito Civil, ao deixar o governo voltou à cátedra e ao seu escritório de advocacia em Londrina, onde há quarenta anos havia iniciado sua vida pública.

No jornal Correio de Notícias, edição de 01/08/87, o jornalista Ivan Schmidt, assim se referiu ao culto gover-

nante: “O advogado Hosken de Novaes, que foi prefeito da cidade de Londrina e escolhido vice-governador de Ney Braga, na última rodada de governantes nomeados pelo Presidente da República, também primou pelo despojamento dos penduricalhos do poder, dada a simplicidade de desempenho.”

Diante de uma biografia tão valorosa é que buscamos fazer esta homenagem, personalidade dotada de fortes traços humanitários, governo voltado para o interesse das camadas menos aquinhoadas.

Desta forma, contamos com o devido apoio e aprovação à proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o trabalho realizado por esse ilustre cidadão.

PROJETO DE LEI Nº 012/2006

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte da PR-281 que liga a localidade de Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Todo o trecho da Rodovia PR-281 tem hoje a denominação de Rodovia Osmar Pinterich, conforme determinação da Lei nº 10.434 de 03 de agosto de 1993.

Com a apresentação deste projeto de lei pretendemos simplesmente denominar o trecho a mencionada rodovia da localidade de Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul de: Francisco Teixeira. Portanto, desejamos a inclusão de um trecho e não a substituição do nome já existente na referida lei, assim sendo, o trecho da PR-281 compreendido entre Tijucas do Sul e a localidade de Lagoinha se eternizará como Rodovia Osmar Pinterich. Com este projeto de lei somente o trecho da localidade de Lagoinha até o município de Agudos do Sul será incluído como rodovia Prefeito Francisco Teixeira.

Propomos este plano de lei, com o intuito de homenagear um homem que escreveu a história do município de Agudos do Sul, bem como colaborou com toda aquela região, através de seu trabalho honrado.

Um dos maiores nomes que passou por Agudos do Sul na sua história.

Vereador mais votado em 1972, com 309 votos, votação até hoje não superada.

Parteiro por 33 anos naquela cidade, trazendo ao mundo mais de três mil crianças, trabalhou por 33 anos como enfermeiro, no Posto de Puericultura da cidade. Eleito Vice-Prefeito, sendo reconhecido como funcionário modelo em 1976. Com o segundo pleito eleitoral, teve o reconhecimento da população. Várias homenagens locais foram prestadas a esse homem de valor, reconhe-

cido como uma das pessoas mais influentes dentro do Município. Batizou mais de mil crianças.

Por sua popularidade foi eleito Prefeito em 1996, pelo PMDB, Partido este que honrou até o final de seus dias de vida. Homem que sempre esteve dando provas de bom viver e idoneidade política.

A justificativa que aqui apresentamos diz tudo com muita clareza: a trajetória política daquele homem que foi o saudoso Prefeito Francisco Teixeira.

Fazer política não é aproveitar-se dos cargos, quer para lisonjear a vaidade, quer pelo intuito imoral de se aproveitar da situação em benefício próprio ou de um grupo de amigos, em detrimento do bem coletivo.

O povo sabe, todavia, julgar onde está o que o defende e o onde está o que o explora com promessas vãs, palavrório despido de sinceridade.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto são requeridos daqueles que a ela se entregam, qualidades incomuns de coragem e abnegação, aliadas a uma inteligência esclarecida, conhecida e de conhecimento profundo dos problemas sociais.

Ao Prefeito Francisco Teixeira nunca faltaram esses predicados. A eles, acrescentamos ainda o magnífico espírito de desprendimento que exornava seu caráter e a galhardia das atitudes que sempre marcou seus atos. As luzes do seu espírito culto, uniram-se ao calor de seu bondoso coração.

Esperamos a aprovação deste projeto de lei, unicamente para homenagear um saudoso homem de bem.

Temos certeza que todos os Srs. Deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça, estarão com carinho, pois, recebemos esses esclarecimentos do próprio Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

PROJETO DE LEI Nº 013/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os servidores públicos estaduais sujeitos às seguintes penalidades administrativas na prática de assédio moral, mas dependências da Administração Pública Estadual;

I - curso de reciclagem e aprimoramento profissional;

II - suspensão;

III - multa;

IV - exoneração.

§ 1º Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo

empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência; subestimar esforços.

§ 2º A multa de que trata o inciso III deste artigo terá um valor mínimo de 50% do Salário Mínimo Nacional, tendo como limite máximo a metade dos rendimentos do servidor.

Art. 2º Os procedimentos administrativos do disposto no artigo anterior serão iniciados por provocação da parte ofendida ou pela autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo Único. Fica assegurado ao servidor o direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, sob pena de nulidade.

Art. 3º As penalidades a serem aplicadas serão decididas em processo administrativo, de forma progressiva, considerada a reincidência e a gravidade da ação.

§ 1º As penas de curso de aprimoramento profissional, suspensão e multa deverão ser objeto de notificação por escrito ao servidor infrator;

§ 2º A pena de suspensão poderá, quando houver conveniência para o serviço, ser convertida em multa, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer no exercício da função.

Art. 4º A receita proveniente das multas deverá ser investida integralmente a programa de aprimoramento profissional do servidor naquela unidade administrativa.

Art. 5º Esta lei será regulamentada pelo Executivo Estadual no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o mundo do trabalho vem mudando constantemente nos últimos anos. Novas formas de administração, reengenharia, reorganização administrativa, entre outras, são palavras que aos poucos tornam-se frequentes em nosso meio. No entanto, pouco se fala sobre as formas de relação no trabalho. O problema do "assédio moral" (ou tirania nas relações do trabalho, como é cha-

mado nos Estados Unidos) atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro.

Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim, se não enfrentado, pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da administração pública.

A psicóloga francesa Marie-France Hirigon, autora de estudo sobre o assunto, acredita que a punição ao assédio moral ajudaria combater o problema, pois “importa um limite ao indivíduo perverso”.

Em nossa cultura competitiva, onde todos procuram vencer a qualquer custo, urge adotarmos limites legais que preservem a integridade física e mental dos indivíduos, sob pena de perpetuarmos essa “guerra invisível” nas relações de trabalho. E para combatermos de frente o problema do “assédio moral” nas relações de trabalho, faz-se necessário tirarmos essa discussão dos consultórios de psicólogos e tratá-lo no universo do trabalho.

Para que as relações de trabalho nos órgãos e equipamentos do Estado do Paraná sejam melhorados é que propomos esse projeto.

O princípio constitucional da eficiência (CF artigo 37) ficará assegurado na medida em que o servidor for respeitado e tiver suas iniciativas valorizadas.

Com o objetivo de dar maior visibilidade à tese de que existe o assédio moral no serviço público reproduzimos aqui uma tabela que explicita a forma como homens e mulheres respondem à provocação de seus chefes, provocações essas denominadas de assédio moral.

A tabulação a seguir apresentada é resultado de pesquisa realizada pela Dra. Margarida Barreto, médica do trabalho e pesquisadora da Universidade Católica de São Paulo.

Sintomas	Mulheres %	Homens %
Crises de choro	100	-
Dores generalizadas	80	80
Palpitações, temores	80	40
Sentimento de inutilidade	72	40
Insônia ou sonolência excessiva	69.6	63.6
Depressão	60	70
Diminuição da libido	60	15

Sintomas	Mulheres %	Homens %
Sede de vingança	50	100
Aumento da pressão arterial	40	51.6
Dor de cabeça	40	33.2
Distúrbios digestivos	40	15
Tonturas	22.3	3.2
Idéia de suicídio	16.2	100
Falta de apetite	13.6	2.1
Falta de ar	10	30
Passa a beber	5	6.3
Tentativa de suicídio	-	18.3

O projeto em análise é de grande alcance social e esse tem sido o entendimento de vários setores da sociedade, inclusive da Administração Pública Estadual.

O problema do assédio moral atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim senão enfrentado pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da administração pública.

Projeto anteriormente apresentado foi transformado em indicação e até o presente momento o Chefe do Executivo não encaminhou projeto de lei a este Legislativo estadual.

É nesse sentido que esperamos seja o projeto aprovado mediante ampla discussão no Legislativo Estadual e com a sociedade em geral”.

PROJETO DE LEI Nº 014/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso I do artigo 4º da Lei nº 8.927 de 28 de dezembro de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo único:

“I - a aquisição, por transmissão *causa mortis*, do imóvel destinado exclusivamente para a moradia do cônjuge supérstite ou herdeiro, desde que comprovadamente carentes.”

Parágrafo Único. Entende-se como carentes, para fins desta lei, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar o imposto previsto nesta lei, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa auxiliar as pessoas carentes de recursos financeiros, ou seja, aqueles que não possuem condições de arcar com o pagamento de impostos, a regularizar a transferência dos imóveis quando ocorrer morte do proprietário.

São comuns os inventários que ficam arquivados, congestionando ainda mais o Poder Judiciário, em razão da não quitação dos impostos por parte dos herdeiros. Muitas vezes esses não efetuam a devida quitação por não deterem os recursos para tanto. Mostra-se um tanto quanto controversa a situação em que esses mesmos herdeiros se beneficiaram da isenção das custas processuais, nos termos da Lei nº 1.060/50, e não consigam ao fim do processo a liberação do bem, porque a Receita Estadual exige a quitação do imposto.

A capacidade contributiva, que é um dos princípios norteadores do Distrito Tributário, vem de encontro com o fim desta proposição. Um sistema tributário que se queria ser minimamente justo precisa considerar a capacidade contributiva da sociedade. O nível de renda da população é o indicador mais adequado para medir a sua possibilidade de contribuir para o Estado.

No Brasil, todos sabemos, além de distribuída de maneira perversa, a renda média da população é baixa, incompatível com o atual nível de carga tributária. Hoje, para uma renda *per capita* de R\$ 7,32 mil, temos uma carga tributária estimada em R\$ 2,62 mil, o que significa sobrar para cada brasileiro uma renda livre de imposto de, apenas, R\$ 4,70 mil por ano. O que significa, também, que temos uma carga de impostos de Primeiro Mundo e uma renda *per capita* de Terceiro Mundo.

Ademais, não podemos olvidar a função social da propriedade. Uma vez que a transferência não se completa, o imóvel, muitas vezes fica abandonado, usado como depósito de lixo ou apenas um terreno baldio sem qualquer uso.

Com intuito elucidativo e para atendimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - esclarece-se que o Estado arrecadou com o Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer Bens e Direitos, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, os seguintes valores:

- a) 2001 - R\$ 28.032 (vinte e oito mil e trinta e dois reais);
- b) 2002 - R\$ 33.037 (trinta e três mil e trinta e sete reais);
- c) 2003 - R\$ 45.842 (quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais)
- d) 2004 - R\$ 55.380 (cinquenta e cinco mil e trezentos e oitenta reais);

e) 2005 até setembro - R\$ 38.020 (trinta e oito mil e vinte reais).

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 015/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Escolinha do Paulistinha Futebol Clube de Mandaguari, com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Escolinha do Paulistinha Futebol Clube de Mandaguari, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que promove a difusão do esporte, principalmente visando a criança e o adolescente. Realiza, também reuniões e divertimentos de caráter social e cultural.

Fundada em 26 de março de 1995, com sede na Rua Interventor Manoel Ribas, nº 499, na cidade de Mandaguari, a Escolinha tem como objetivos específicos: direcionar as crianças, pré-adolescentes e adolescentes, através do esporte, juntamente com seus pais ou responsáveis a frequentar as escolas. Tem como objetivo também auxiliar no comportamento desses adolescentes no convívio familiar, social e religioso.

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 016/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Escola Estadual Vereador João Silvério da Silva a Escola Estadual de Pau D'Alho do Sul, município de Assaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

João Silvério da Silva, foi vereador por dois mandatos, sempre representando o distrito Pau D'Alho do Sul no município de Assaí. Dedicado à terra, foi um dos pioneiros da região, onde derrubou a mata virgem e implantou lavoura de café.

Homem simples, porém, de elevada consciência comunitária, em todos os momentos estava à disposição dos moradores de Pau D'Alho do Sul e quem mais necessitasse da sua ajuda. Faleceu aos 78 anos no último dia 07 do corrente.

A homenagem ora proposta é justa e espero o apoio das Sras. e Srs. Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 017/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As instituições estaduais de educação superior, vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, reservarão em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de sua vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Conselho Estadual de Educação, regulamentará a presente lei no prazo de cento e vinte dias a contar de sua publicação.

Parágrafo Único. A regulamentação disporá sobre os critérios de credenciamento das escolas de ensino médio e de avaliação para os fins previstos nesta lei.

Art. 3º O Poder Executivo promoverá, no prazo de cinco anos, a contar da publicação desta lei, a revisão do sistema especial para acesso daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas nas instituições de educação superior.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto garante a reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições públicas estaduais de educação superior em todos os cursos e turnos dessas instituições, de forma a assegurar efetivamente a ampliação do acesso ao ensino superior a setores historicamente excluídos.

É certo que a possibilidade de implantação de cotas nas instituições estaduais de ensino superior, assim como vai ocorrer nas instituições federais, democratiza o acesso e estabelece uma vigorosa política pública de inclusão social, sendo certo também que inúmeros são os jovens do Paraná, que oriundos do ensino público fundamental, são obrigados a buscar vagas em instituições privadas por não obterem êxito na disputa de vagas em instituições públicas.

PROJETO DE LEI Nº 018/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído que os operadores do Siate devem questionar as pessoas por eles atendidas, ou a seus familiares, se possuem convênio médico ou não.

Parágrafo Único. Caso a pessoa que está sendo atendida pelo Siate possua convênio médico, a mesma ou seus familiares têm o direito de escolha ser transportada para um hospital conveniado.

Art. 2º Mesmo que o acidentado não possua convênio médico, os operadores do Siate devem questiona-lo, ou seus familiares, se deseja ser transportado para algum hospital específico.

Art. 3º Nos termos dos artigos 1º e 2º desta lei, os operadores do Siate ficam autorizados a transportar o acidentado ao hospital indicado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governo (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

O presente projeto visa instituir que os operadores do Siate devem consultar as pessoas por eles atendidas, bem como seus familiares, se desejam ser transportadas

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

para algum hospital específico, indagando ainda se possuem convênio médico.

É necessário que haja esta consulta tendo em vista que atualmente na cidade de Curitiba, o Siate é obrigado a transportar os acidentados para o Hospital do Trabalhador, que é remunerado exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Ocorre que em muitos casos os acidentados possuem convênio médico, ou até mesmo condições financeiras, que permitem que sejam atendidos em outros hospitais, clínicas particulares e centros de excelência médica.

Desta forma, tais acidentados têm a possibilidade de optar por um hospital de sua preferência, respeitando seu direito de escolha.

E como consequência, o atendimento do Hospital do Trabalhador seria utilizado por aqueles que apenas dispõem do atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS, melhorando seu atendimento.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI Nº 008/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Floraí.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do município de Floraí na Região Metropolitana de Maringá é reivindicação daquela comunidade.

Essa municipalidade possui a característica essencial que lhe faculta participar do planejamento conjunto da Região Metropolitana de Maringá, qual seja, a conurbação. Pertence à Amusep.

Floraí tem população estimada pelo IBGE/IPARDES em 2004 de 5.385 habitantes.

O serviço de saúde do município de Maringá atende os moradores de Floraí, que fica 48 quilômetro distante da cidade-pólo referida.

Esse município depende da cooperação com o município maior, que é Maringá, para garantir a fixação da respectiva população, haja vista a importância do

comércio maringaense para Floraí. Cabe salientar que existem três horários de transporte coletivo entre Maringá e Floraí, atendidos por empresa do transporte coletivo urbano.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado José Maria.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; convidados que hoje acorrem à Assembléia Legislativa para acompanhar esta Sessão.

Primeiro, até porque sou o primeiro Deputado a usar a tribuna neste período, cumprimentar a todos, desejar um bom ano e um feliz e vitorioso desempenho nas urnas, porque com certeza aqueles que voltarão à disputa necessitarão de muito sucesso, Sr. Presidente, e muita disposição de luta para conseguir o intento da vitória em outubro.

Além de cumprimentá-los, nossa presença na tribuna é para registrar o passamento de um dos maiores paranaenses que a vida pública do Estado conheceu, que foi o ex-Governador, ex-Prefeito de Londrina, José Osken de Novaes.

José Osken de Novaes foi uma das figuras singulares da nossa vida pública, um homem que guardou durante o exercício da sua função pública e como advogado, o estrito respeito à lei, aos princípios éticos, morais. E é por esta razão, Sr. Presidente, que apresentamos à Mesa um projeto de lei denominando a Usina Apucarantina, situada no então município de Londrina em 1949, com o hoje município de Tamarana, desmembrado posteriormente, como Usina José Osken de Novaes.

Com sua licença, permita-me ler parte de uma simplificada biografia deste ilustre mineiro que conviveu e distribuiu de forma graciosa, sua sabedoria entre nós.

(Lê):

A Usina Hidrelétrica Apucarantina possui capacidade instalada de 9,5 MW, construída pela Empresa Elétrica de Londrina S/A, e inaugurada em 1949, tendo sido incorporada pela Copel em 1974.

Localizada no município de Tamarana, distante 80 km do centro de Londrina, na margem direita do rio Apucarantina, a 1,5 km de sua confluência com o rio Tibagi, dentro da reserva indígena de mesmo nome.

A presente proposta se justifica em reconhecimento público pela capacidade administrativa, conhecimento jurídico, honestidade inquestionável e pelo trabalho realizado em prol de Londrina e do Paraná.

José Hosken de Novaes nasceu em Carangola, Estado de Minas Gerais, 07 de fevereiro de 1917, filho de

Américo Moreira Novaes e Maria Hosken de Novaes. Fez o curso fundamental na sua terra natal. Mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar Direito.

Em 1939 obteve o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito. Já em 1942 a família mudou-se para Londrina, norte do Paraná, dedicando-se à advocacia.

Ingressou na política após a redemocratização do país em 1945, filiando-se à União Democrática Nacional - UDN. Seu prestígio como advogado e líder ultrapassou as fronteiras do município de Londrina, época em que vivia um processo acelerado de ocupação, jamais visto no país.

Exerceu os cargos de Procurador-Geral do Estado, Secretário de Estado da Fazenda e membro da Comissão Estadual de Revisão de Terras e Consultas.

Em 1963 elegeu-se Prefeito Municipal de Londrina, realizando uma administração modelar. São de sua iniciativa a criação do Serviço de Assistência Médica Municipal e Pronto Socorro Odontológico. Como homem público de visão futurista investiu maciçamente na educação dos filhos dos pioneiros, gente vinda de todos os rincões do Brasil e de outras partes do mundo. Expandiu o Serviço de Água e Esgotos, criou a Sercontel (Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina), o primeiro do interior do país, e a Cohab-Ld (Companhia de Habitação de Londrina), a quem coube construir as primeiras “casas populares” em Londrina.

Em 1975 eleito vice-governador, na chapa liderada pelo então candidato a governo do Paraná, o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, vindo a assumir a chefia do executivo estadual em 15/03/1979 com a desincompatibilização do titular para concorrer à vaga ao Senado da República.

Saiu de Londrina para assumir as funções que lhe cabiam como vice-governador, trazendo consigo o jeito simples e recatado do mineiro que nunca deixou de ser. Enquanto vice-governador, Hosken teve como estrutura uma pequena sala, com dois assessores e um velho “automóvel” que o levava para casa e cada final de expediente. Ao assumir o cargo de Governador, Hosken afirmou estar surpreso de ver tanta gente, porque, afinal, o que ocorria naquele momento, era uma “possezinha” sem importância, dando, desta forma, um recado à legião de bajuladores que ali se apinhavam.

Mantendo a simplicidade que o caracterizou, chegou ao fim do mandato, passou o cargo ao governador eleito Sr. José Richa, retirando-se para a vida privada, deixando como legado os sábios pareceres jurídicos que sempre o notabilizaram, além de uma inabalável conduta ético moral.

Parcimonioso, no governo destacou-se pela contenção de gastos, apoio a atividades culturais e proteção ao social. Presidiu, com total isenção a eleição governamental de 1982.

Professor de Direito Civil, ao deixar o governo voltou à cátedra e ao seu escritório de advocacia em

Londrina, onde há quarenta anos havia iniciado sua vida pública.

No jornal Correio de Notícias, edição de 01/08/87, o jornalista Ivan Schmidt, assim se referiu ao culto governante: “O advogado Hosken de Novaes, que foi prefeito da cidade de Londrina e escolhido vice-governador de Ney Braga, na última rodada de governantes nomeados pelo Presidente da República, também primou pelo despojamento dos penduricalhos do poder, dada a simplicidade de desempenho.”

Diante de uma biografia tão valorosa é que buscamos fazer esta homenagem, personalidade dotada de fortes traços humanitários, governo voltado para o interesse das camadas menos aquinhoadas.

Desta forma, contamos com o devido apoio e aprovação à proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o trabalho realizado por esse ilustre cidadão.

Hosken era um homem sério sem ser sombrio; era um homem firme sem ser duro; mas, era simples, pois a sabedoria não convive com a arrogância.

Assim era José Hosken de Novaes ou simplesmente Dr. Hosken.

Muito obrigado pelo tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero cumprimentar o Deputado José Maria pela iniciativa de homenagearmos esse ilustre paranaense.

Acho realmente, que aqueles que fizeram acontecer no Estado, como fez o nosso querido Hosken de Novaes, devem receber a homenagem de todo o Paraná representado pela nossa Casa. Meus cumprimentos pela iniciativa.

Com a palavra, Deputado José Domingos ScarPELLINI.

Deputado José Domingos ScarPELLINI (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje, vendo a Gazeta do Povo, vimos uma entrevista do Diretor do DNIT, responsável pela BR-116, onde ele diz que a ponte ainda não será concluída no mês de fevereiro. Quando a ponte caiu, falaram em 120 dias, depois, seis meses, foi para um ano. Alertamos várias vezes desta tribuna, como também pela imprensa do Paraná, que em janeiro não ficaria pronta. O DNIT emitiu uma nota dizendo que não tínhamos informações técnicas e que a ponte seria reinaugurada em fevereiro. Agora aparece a desculpa: muita chuva na região. Não choveu durante esse período, suficientemente que pudesse atrasar a conclusão daquela obra. Estamos aqui para dizer que tecnicamente estávamos corretos e quem estava mentindo mais uma vez era o DNIT.

Mas, mais grave que o atraso na construção da ponte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o lançamento da privatização de trechos das rodovias federais do Paraná,

com o objetivo de implantação de pedágios e mais grave do que isso, do que a criação de pedágios nas rodovias federais, é o silêncio do Governo do Estado em relação a esses pedágios. Porque o Procurador-Geral do Estado que tem as suas brigas constantes no “interesse” do Estado, não se pronunciou ainda. Nem o Governador se pronunciou sobre o que vai acontecer no Paraná, com relação aos pedágios.

Nós, da Assembléia Legislativa do Paraná, precisamos tomar uma providência. Temos uma estrada pedagiada para as praias. Resta como alternativa a Estrada da Graciosa. No entanto, o projeto de privatização cria um pedágio no quilômetro 61 da BR-116 e com isso teremos um pedágio entre Curitiba e a Estrada da Graciosa, não restando daí nenhuma alternativa para Morretes, Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Matinhos. Vamos ficar, aqui no Paraná, silenciosos, enquanto vêm as empreiteiras não se sabe fazendo o jogo de quem, mas sabe-se roubando quem, que elas vêm ao Paraná, como vêm ao Brasil.

Temos, sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de criarmos aqui na Assembléia uma Comissão Especial para acompanhar isso e a Assembléia entrar com as ações civis públicas ou cada Deputado isoladamente querendo entrar com ação popular, para acabar com esse desmando, porque o silêncio do Governo do Estado em relação a isso nos preocupa, principalmente, porque ouvimos uma frase que ainda está solta: ou o pedágio baixa ou acaba. Criou-se mais pedágios no Paraná, não baixou, não acabou. Ainda diz-se que quem mente é a Gazeta do Povo! Ora, quem mente é quem prometeu e não cumpriu! Quem mente é quem diz que vai defender os grandes interesses do povo e está aí a privatização das rodovias e o silêncio toma conta do Palácio Iguaçu - não se ouviu falar em uma posição do Governo do Estado com relação à privatização e aos novos pedágios.

Então já estamos preparando uma Ação Popular para, isoladamente...

(Corte no som)

Vou usar o horário da Liderança.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PP/PSB

Mas, olha, estamos vendo que a Fazenda Cachoeira vai ter sacrificado os seus bois, o seu gado, as reses que lá habitam e vivem e que tiveram até uma sobrevida, porque esse gado já era para ter chegado à mesa do consumidor em novembro e dezembro e ficou lá e está vivo até agora. Mas, vai ser sacrificado e com o sacrifício do dinheiro do povo do Paraná e do Brasil, sem ter a doença, sem ter a aftosa, porque existe, sim, uma aftosa espalhada pelo Paraná e pelo Brasil, sem ter a doença, sem ter a aftosa, porque existe, sim, uma aftosa espalhada pelo Paraná e pelo Brasil, que é a aftosa política, criada entre as brigas de uns e de outros, que termina prejudicando o povo, que é o caso do revanchismo feito entre o Governador

do Paraná, Roberto Requião, e o Ministro da Agricultura, que em função do grande desacordo da soja transgênica, terminaram criando problemas de relacionamento e aí se vê o que está acontecendo: o Estado do Paraná em um prejuízo muito grande na bacia leiteira, na suinocultura, na pecuária, enfim, o agronegócio no Paraná teve um prejuízo muito grande em função dessa situação criada pelo anúncio precipitado da febre aftosa na Fazenda Cachoeira e quem “paga o pato” é o pequeno produtor de leite, é o pequeno produtor vinculado à suinocultura, é o pecuarista, enfim, aqueles que produzem, que trabalham, que geram riquezas e que estão carregando e vão carregar nas costas esse prejuízo.

E aí, vemos o professor que veio à Assembléia ontem e ainda pediu silêncio aqui como se estivesse na “Escolinha do Professor Raimundo”, porque enquanto Deus fala, os anjos não podem sussurrar. Vi a fita, como o Paraná viu, do protesto dos agricultores lá em Pranchita e de Santo Antônio do Sudoeste e os agricultores sendo comparados a burros que estavam zurrando e eis que o grande “deus”, onipresente, poderoso, dirige-se aos agricultores comparando-os a “burros, lá no canto zurrando”. E quando ele vê uma faixa estendida protestando contra o seu poderoso Governo, ele manda os agricultores enfiarem aquela faixa no devido lugar. Mas, não vi nenhum agricultor daqueles comendo mamona, não vi nenhum agricultor daqueles prometendo coisa que não pudessem cumprir, não vi nenhum agricultor daqueles criando cavalos com alfafa do Governo do Estado. Eu vi aqueles agricultores que ali estavam comendo o pão do seu próprio suor. Não vi nenhum agricultor daqueles que tivesse dez ou doze parentes em cargos em comissão no Governo do Estado do Paraná. Vi ali os agricultores que puxam o cabo da enxada para se sustentar e viver e são chamados de burros. Não come mamona e é burro! Imaginem se comessem! Mas, dizem que para se agradecer a um rei, faz-se todos os tipos de gracejos, até mamona se come.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos estar aqui este ano no enfrentamento político, na trincheira da Oposição. E se a Oposição estiver tão desorganizada e não tiver um candidato com maior nome para enfrentar o “todo poderoso Chefe do Executivo do Iguaçu”, o nosso Partido, o PSB, vai de Severino Araújo. E vamos ganhar até com o Severino, porque não posso admitir que o povo do Paraná esqueça as promessas não cumpridas. Não posso admitir que o povo do Paraná esqueça a arrogância, a prepotência de quem, no poder, humilha, afronta e chama de burro, ainda, os trabalhadores deste Estado, não.

O Paraná viu ontem aqui pela última vez, tenho certeza, a palavra do Governador Roberto Requião, porque no ano que vem virá outro Governador trazer a Mensagem, tenho absoluta certeza disso. Como tenho certeza que nessa pesquisa que deu 83% ao Governador Roberto Requião, acho que se a Dona Maristela estivesse lá na Granja do Cangüiri, no dia da pesquisa, teria dado 100%, mas ela estava viajando para a França e não pôde votar.

Essa pesquisa eu já vi em 1990, o Requião com 26 ou 27 pontos, e o Martinez com 59. O Requião ganhou a eleição. E vamos ganhar a eleição no Paraná, a Oposição vai ganhar. É Álvaro Dias, é Osmar Dias, é Rubens Bueno, é o Severino Araújo, mas quem ganha é a Oposição. Ganha porque vai ganhar a verdade. Não posso admitir que quem prometeu o pedágio e não cumpriu, venha cobrar da Gazeta do Povo alguma coisa. Não posso admitir que quem conhece a história da Gazeta do Povo e da imprensa livre deste Estado possa colocar painéis aí: “O PMDB adverte: a Gazeta mente”. Certamente não mente quem prometeu o pedágio e não cumpriu...

Vamos para o confronto, sim. É o confronto das idéias, das verdades que terão que ser esclarecidas. Ou será que aquilo que é dito em programa eleitoral não vale? Não, senhores, vale, sim, vale muito, e vamos cobrar. E tenho certeza que as Oposições unidas irão vencer as eleições, porque estas são as palavras da verdade e não da mentira.

Portanto, Sr. Presidente, são estas as nossas colocações neste dia.

Quero parabenizar o Deputado José Maria Ferreira pela feliz idéia de homenagear este grande homem de Carangola, Hosken de Novaes, que foi nosso Governador. Convivi com ele naquele período que assumiu como Governador, eu era Vice-Líder do MDB, aqui, já o conhecia de Londrina. Mas vi nele um homem dedicado, de uma austeridade, de uma firmeza muito grande nos seus atos. Então, parabéns a Londrina e parabéns ao ilustre Deputado.

Mas, não poderia deixar também, Sr. Presidente, neste minuto final, uma homenagem ao nosso querido ex-Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, Conselheiro do Tribunal de Contas e que tem nesta Casa um filho que nos honra com a sua participação e presença entre os 54 Deputados desta Casa. O Quielse, eleito Deputado Estadual em 1970, pela antiga Arena, era um homem que foi se transformando numa lenda viva pelas suas ações, pela sua maneira de ser, muito firme na palavra, competente, sério e que conosco teve alguns embates políticos, mas sempre respeitavelmente convivemos nesta Assembléia Legislativa do Paraná. Ele na Arena e nós no MDB, depois PMDB.

Então, a nossa homenagem ao Deputado Conselheiro do Tribunal de Contas, Quielse Crisóstomo da Silva.

Obrigado.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para registrar o falecimento do Sr. Leônidas Kusma. Ele foi assassinado hoje às cinco horas da manhã. O Sr. Leônidas Kusma era Delegado de Polícia do Estado do Paraná, aposentado, e pai do Vereador do PPS de Curitiba, amigo Tico Kusma.

Então, lamentamos profundamente esse assassinato, esse falecimento. E ficam aqui as homenagens ao Sr. Leônidas Kusma e também ao Tico Kusma.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais o passamento de ilustre figura.

Concedo a palavra ao Sr. Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com prazer que voltamos para este quarto ano como Deputado nesta Casa. Na Sessão de ontem, na Sessão inaugural, tivemos a presença do Governador Roberto Requião. E como é uma Sessão inaugural não se permite fazer apartes. Não se permite discutir. E eu, ouvindo atentamente o pronunciamento do Governador Roberto Requião ontem e vendo o desdobramento do seu pronunciamento no dia de hoje, seja ele na imprensa escrita, na televisão, e agora vindo de Ponta Grossa, com destino a Curitiba, como fazemos todos os dias, temos o hábito de ouvir a rádio CBN. E a rádio CBN dizia que: “na tarde de ontem o Governador esteve nesta Casa e fez alguns comentários e que nenhum Deputado falou nada”.

Gostaria de, na condição de aliado do Governador, de admirar as suas obras, de admirar as coisas boas que ele tem feito, principalmente na nossa região. Mas, como fazemos parte de um Parlamento independente, que tem suas decisões de apoiar as coisas boas do Governo, mas ele nos permite também discordar quando esse mesmo Governo coloca algumas palavras e faz alguns comentários que não são de acordo com aquilo que entendemos. E tem aquele ditado que diz: quem cala, consente. E a CBN dizia hoje: *54 Deputados, e ninguém falou nada*.

É importante dizer que ninguém falou nada ontem, porque não havia oportunidade. Hoje é o dia de falar. O Governador falou a respeito de verbas publicitárias, que não vai negociar a suplementação do Orçamento com esta Casa, dando a entender a qualquer cidadão que estava lá fora e ouviu o jornal hoje que os 54 Deputados aqui colocados estão para fazer negociação. E eu não estou neste Parlamento para fazer isso.

Vou falar em meu nome, cada um tem o direito de falar na seqüência, mas vou falar por mim. Acho que o Governo não precisava ter feito isso ontem aqui. Até porque ele tem nesta Casa uma coisa que nós chamamos de liderança. Qual é o papel da liderança? É cuidar daquilo que é de interesse do Governo. Se o Governo tem um Orçamento que quer ser votado e que tem interesse e remete a este Poder um Orçamento de 26 milhões para gastar em publicidade. Quando esse Orçamento tramita no âmbito desta Casa, a sua liderança, os seus liberados, os seus comandantes devem cuidar para aquilo que o Governo mandou seja aprovado.

Não cabe aos Deputados, não cabe a nós, exatamente, particularmente cuidar disso. O Governador tem uma liderança, essa liderança tem que cuidar dos seus

interesses, pelo menos quando quer cuidar. Quando tem vontade de acertar alguma coisa faz isso aqui na Casa. Aqui na Casa tem uma Comissão de Orçamento, que até podemos indagá-la, por que é que diminuiu os dez milhões? Porque nós temos o hábito aqui de respeitar as Comissões, respeitar os companheiros, que quando emittem um parecer nós vamos juntos com os membros daquela Comissão ou quando a Liderança do Governo nos diz que aquilo não está correto e que o interesse do Governo é outro, de acordo com aqueles que apóiam o Governo nesta Casa.

Quando o Governador diz que não vai...

(Retirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O senhor permite dar uma informação que é importante, principalmente para a imprensa, que às vezes não tem conhecimento do Regimento Interno da Casa: nós não podemos fazer qualquer suplementação orçamentária se não vier a Mensagem do Governo. Se o Governo não fizer, nós não temos autonomia, para apresentar qualquer projeto de suplementação. O que o Governador Roberto Requião ontem falou - realmente num momento infeliz - ele sabe perfeitamente que o Parlamento não pode fazer projeto que altera o Orçamento. Para isso é necessário vir uma mensagem dele. Se ele não mandar, não temo como fazer qualquer coisa. E não temos interesse de fazer também. Nunca fizemos e nunca vamos fazer.

É importante ficar registrado, principalmente para a imprensa que nos acompanha, que a Assembléia Legislativa do Paraná - e nenhuma Assembléia, nenhum Poder Legislativo - tem o poder de apresentar projeto alterando o Orçamento no transcorrer do ano. Acho bom deixarmos bem claro isso, para não ter qualquer dúvida.

Agradeço a V. Exa. Deputado Jocelito, por trazer essa discussão hoje, Eu iria fazer esse comentário no final da Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente, eu iria exatamente nesse segundo tópico tratar desse assunto que o Presidente falou. Não cabe a nós fazer a suplementação.

Ao falar aqui ontem, e nós que somos aliados do Governador, não podemos só aplaudi-lo, temos que corrigi-lo quando comete os erros, porque ninguém é perfeito. Mas acho que o Governador tem o direito de fazer o pronunciamento que assim entender nesta Casa, que é um direito constitucional. Mas não por estar chateado, que diminuiu o Orçamento, que foi culpa dele, só dele - não foi culpa nossa - foi culpa dele, porque a Liderança do Governo não trabalhou como deveria. Assim penso eu. Por que não cuidou do Orçamento, aqui dentro? Quem cuida do orçamento é a liderança. Quem cuida é a Casa Civil. A Casa Civil falhou, como vem falhando neste governo. A Casa Civil não cuidou do que deveria ter cui-

dados. Aí o Governador veio aqui e resolveu dar um "pito" nos Deputados. Não. Não serviu o "pito" para mim e acho que não serviu para ninguém, aqui. Até porque o "pito" dele é sem procedência. Nós não podemos suplementar nada.

Então, queria fazer este registro. Sou aliado do Governador em todos os momentos. Admito seu governo. Agora, não podemos aceitar o que foi feito ontem, aqui. Hoje eu ouvi a CBN dizer, uma emissora que tem uma penetração em todo este Estado do Paraná, a CBN dizendo que os 54 Deputados se calaram. Calaram-se os 54 Deputados! Mas, claro que nós tínhamos que ficar calados ontem, porque não poderia alguém gritar de lá: "ô, Governador, permite-me um aparte?"

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Porque Sessão de Abertura, nobre Deputado, pelo Regimento Interno, não poderia.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não poderia fazer isso!

Então, eu só queria colocar esses abusos, porque é ruim. A pessoa que está ouvindo não sabe que nós não poderíamos falar, ontem. A CBN coloca que simplesmente os Deputados se calaram. E quem cala consente. Chega de se calar!

Recentemente aprovamos um projeto do Ministério Público do Estado do Paraná, que dá um aumento aos servidores e que para surpresa minha o projeto é inconstitucional, segundo o Governador. O projeto foi vetado pelo Governo. Está vetado! E agora vamos ter que apreciar de novo, aqui, e o Ministério Público, que é o guardião da moralidade pública mandou para cá um projeto ilegal e nós aprovamos! Nós aprovamos o projeto, fomos induzidos ao erro!

Aí, estou respondendo a uma ação, porque mandei, quando Prefeito, cem mil reais para a Santa Casa, para salvar vidas, porque eu cometi um erro de impessoalidade! E aí o guardião da moralidade manda um projeto para cá, passa pela CCJ, Deputado Durval Amaral, e agora o Governo veta e diz que o projeto é ilegal e que se o Governador sancioná-lo comete um crime também. E esse projeto vai voltar para cá, agora. Eu vou discursar, quando vier o veto ao projeto. Alguém errou aí. Alguém erra e aí se punem as pessoas com o que há de mais alta punição. Vamos punir! Vamos punir! Pune com o quê? Pune com a cassação do direito político porque errou! Foi impessoal! E quando eles erram? Quem pune quem? Então, ninguém pune ninguém.

Ouvi um zum-zum-zum de que o Ministério Público vai pedir para retirar aquela proposta e vai mandar uma outra para cá, porque aquela não estava legal.

Então, senhores, só queria fazer este comentário. Tenho o maior respeito pelo Governador Roberto Requião. Admiro-o. Vou sempre admirá-lo pelas obras. Mas, o Governador comete erros, que às vezes não é culpa sua. É daqueles que lhe assessoram, daqueles que

não cuidam das coisas deveriam cuidar. E aí, depois, num momento de ansiedade, de stress, vem aqui e joga a culpa para cima de nós. Não! Acho que como leal companheiro dele, neste momento, tenho que ajudá-lo e dizer que ele está errado e que errou ao fazer aquele comentário. E o próprio Presidente confirma isso, baseado até na questão da suplementação.

Concedo aparte ao Deputado Ratinho Júnior.

O Sr. Ratinho Júnior (PPS)

Deputado Jocelito, obrigado pelo aparte. Eu acho que foi oportuno V. Exa. usar da tribuna hoje para falar sobre este assunto. Tenho certeza de que ontem, todos os Deputados, todos, cem por cento, foram com aquilo engasgado para casa ou para seu trabalho ou para seus gabinetes, enfim. Foi importante este aviso, porque foi a segunda gafe do Governador em menos de um mês. Comentar e falar em negociatas, “que eu não vou admitir negociata com Deputado”. Eu não sei se tem algum Deputado fazendo negociata com o Governador. E acredito que não, porque todos nós, ontem, ficamos indignados com isso.

Eu nunca fui ao Governador. das poucas vezes que falei com ele foi sobre benfeitorias que tínhamos que fazer em alguma cidade, algum município do Estado do Paraná, ou discutir alguma coisa sobre o Paraná. Então, quero registrar a minha indignação com as palavras ditas pelo Governador, que fez um discurso muito bom, mostrando os dados do Estado do Paraná (que esperamos sejam dados realmente concretos), mas que, lamentavelmente, no final do seu discurso acabou cometendo essa gafe que nós, como Deputados, que sabemos do trabalho que esta Assembléia vem fazendo e que vem sendo conduzida pelo Presidente Hermas Brandão, não podemos admitir isso.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado Jocelito?

(Assentimento)

Talvez haja uma dúvida de minha parte e gostaria que o senhor esclarecesse. O senhor falou que o Ministério Público mandou um projeto para cá que foi vetado. Não seria o projeto mandado não pelo Ministério Público, mas pelo Judiciário, que é 8,75 e que foi vetado? O aumento do salário do Judiciário foi vetado com o argumento de que não veio junto o impacto da Lei 101, e que o Judiciário deveria mandar um novo projeto.

Só gostaria que fosse esclarecido se é o do Ministério Público ou não, pois o Ministério Público eu não sei se o Presidente sabe, não sei de nenhum projeto que tenha sido vetado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tem também. É idêntico ao do Judiciário.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Então os dois foram vetados?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os dois foram vetados.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado! Obrigado Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer essa oportunidade e dizer que continuo admirando as coisas boas do Governo Requião. Vamos apoiá-lo em todas as coisas boas, mas vamos sempre manter aquela independência.

Quando o Governador precisou a Assembléia nunca lhe faltou, nós nunca lhe faltamos, até quando o Governo teve algumas necessidades, mas também não é justo que ao ligar a rádio ouçamos besteiras, como “a Assembléia se calou”.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só quero esclarecer que ontem, logo após o término da Sessão, quando procurado pela imprensa reafirmei aquilo que sempre fizemos nesta Casa: os 54 Parlamentares têm autonomia.

Não somos atrelados a Poder nenhum. O Poder Legislativo no Paraná é independente e os Deputados têm autonomia para atuarem da forma que acharem conveniente, dentro dos critérios da lei. Isso ficou bem claro, inclusive um jornal, hoje, manifestou-se e colocou essa declaração nossa (foi a Folha de Londrina).

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PPS.

(Declina)

Consulta à Liderança do PDT.

Com a palavra o Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, não vou fazer uso do horário integral do nosso Partido (PDT), mas como estamos começando o ano legislativo, gostaria de solicitar a V. Exa. que colocasse em pauta um projeto que temos que disciplina a cobrança de estacionamento nos shoppings.

Nós deixamos de colocar esse projeto e a pedido nosso, inclusive, junto a V. Exa., porque havia uma dúvida com relação à constitucionalidade, mas eis que eu visito um shopping em Santa Catarina e a primeira coisa que está escrita na parede daquela shopping é o seguinte: faz ali a regulamentação da cobrança do estacionamento, segundo uma lei estadual, e isso já tem vigência, há algum tempo, em Santa Catarina.

Então, faço esse pedido a V. exa. porque...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou determinar ao nosso corpo de auxiliares, aqui, que inclua o seu projeto na próxima semana.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta à Liderança do PFL, PT, PSDB, PMDB, Liderança do Governo. (**Todos declinam**)

Consulta à Liderança da Oposição.

Deputado Durval Amaral com a palavra.

Liderança da Oposição: Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho para mim que o Governador, na tarde de ontem, veio à Assembléia Legislativa cumprindo o seu papel, mas, sobretudo, em uma atitude de respeito para com a Assembléia que poderia, simplesmente, ter enviado a sua Mensagem.

Fiquei, atento não obstante o “pito” que ele passou nas galerias, prestando bastante atenção no pronunciamento do Sr. Governador e confesso aos Srs. Deputados que fiquei mesmo com a sensação de que Deus criou o mundo em sete dias e ficou faltando o Paraná e o Governador fez o Paraná nesta sua administração. Parece que aqui não existia nada, absolutamente nada e tudo foi feito por este Governo.

Claro que todo e qualquer governo tem erros, tem acertos, mas esqueceu-se o Sr. Governador de dizer do passivo que ele está deixando para as futuras gerações do Paraná, para os futuros governos, passivo que este Governador tem gerado na Justiça e que, efetivamente, o Estado será condenado a indenizar e a pagar ato de absoluta irresponsabilidade administrativa. Se por um lado o Governo faz uma administração de austeridade junto à Secretaria da Fazenda com o Secretário Eron Arzua no controle das despesas públicas, deixará um passivo que realmente, agride a consciência do cidadão paranaense em todos os setores, quer seja com relação à Copel.

Vimos as manchetes nos jornais, esta semana, de uma possível aquisição *leo passo* pela ordem de trezentos e cinquenta milhões de reais ou de dólares. Existe um contrato de fornecimento de gás vindo da Bolívia que para viabilizar o gasoduto Brasil-Bolívia algumas usinas termelétricas foram construídas no Brasil e essa termelétrica fez parte desse acordo. Existe gás disponibilizado, algo em torno já de mais de seiscentos milhões de reais que o Governo, por mero capricho ou por mera retaliação ou por pura irresponsabilidade, não colocou essa termelétrica em funcionamento e preferiu uma demanda que está já perdida no Tribunal internacional e, agora, busca uma negociação. Essa negociação é menos lesiva do que perder e ter que indenizar, como certamente teria que indenizar.

zar. Fica o questionamento: como é que ficará a Petrobras? Vai comprar aquilo que não lhe pertence?

Hoje, efetivamente, a Copel deve mais de seiscentos milhões para Petrobras. Poderia o Governo ter dito isso. Eu vejo sempre o pronunciamento do Governo do Estado com relação à Sanepar, mais uma outra medida administrativa totalmente irresponsável porque quem detém 60% de um negócio detém o controle acionário do negócio, mas prefere o discurso fácil que, efetivamente, gerará passivos, gerará indenizações no âmbito do Poder Judiciário e as futuras gerações vão pagar.

Esqueceu-se o Governador e, ontem, eu era ainda questionado de dizer sobre o pedágio. O Governo prometeu acabar com o pedágio no primeiro dia do Governo, abaixar o pedágio e, ontem, limitou-se a fazer um raciocínio de que o pedágio no seu Governo subiu menos do que deveria ter subido. Não obstante, só as sucumbências e os honorários que todas as ações na Justiça o Governo perde, ainda as indenizações.

A questão da segurança pública. Realmente, é louvável: duas mil e quinhentas e poucas viaturas foram compradas por este Governo, mas se esquece de dizer que faltam pneus para as viaturas já usadas; esquece-se de dizer que cidades como Cafeara, Lupionópolis, Sertanópolis, enfim, tantas cidades pequenas do interior do Paraná têm um policial militar para atender a cidade toda, sequer tem segurança pública. Nós estamos correndo o risco de termos mais viaturas na Polícia Militar do Estado do Paraná do que policiais efetivamente em serviço, todos os dias, nas cidades do Estado do Paraná.

A questão da mortalidade infantil. O Paraná tem diminuído a mortalidade infantil, gradativamente, ano após ano, governo após governo, e me parece que a mortalidade infantil, as taxas reduzidas de mortalidade infantil foi por obra e graça exclusiva deste governo. A questão do desemprego. A FAEP acusa e faz um demonstrativo que todos os Srs. Deputados receberam, da diminuição do número de empregos no agronegócio paranaense em função da redução da crise que passa a agricultura do Estado do Paraná, onde a oferta de empregos tem diminuído ao longo de 2005 e ao que tudo indica ao longo de 2006.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Solicito um aparte.

(**Assentimento**)

Deputado Durval, evidentemente que V. Exa. está no papel, inclusive, de Líder da Oposição, de fazer as colocações antepondo às palavras do Governador, ontem, aqui, Agora, acho que até por lapso de V. Exa. Perguntaria, então: como é que estava a polícia e quantos policiais estavam em serviço no governo anterior depois de ter contratado mais de dois mil e tantos servidores? É só fazer uma análise. Se esta é a realidade que V. Exa. retrata ao Paraná - e acho que há um equívoco de que Sertanópolis não tem um policial só - é um pouco de excesso, está tingindo muito na tinta da Oposição.

Veja bem: se tivéssemos isto que V. Exa. está colocando, como é que estaria o Paraná antes, dado ao ingresso de incorporação de policiais? Esta é a questão que faço para verificar que não existe este quadro que V. Exa. pinta em relação à segurança, e agradeço pelo aparte.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Procede a questão de V. Exa., mas, procede também, a afirmativa do então candidato dizendo que a segurança pública ele resolveria por decreto e que seria automaticamente nomeado, como de fato se auto-indicou Secretário da Segurança Pública. E V. Exa. muito bem disse que os índices de criminalidade na sua cidade - Ibi- porã, na minha cidade - Cambé, na cidade de Londrina é imensamente maior o índice de criminalidade do que em anos anteriores.

Esta é a realidade. Pode vir com “geopoliciamento”, “geoprocessamento”, geo não sei o quê, com estatísticas maravilhosas, mas, efetivamente, é a criminalidade campeando em todos os cantos e a simplicidade da afirmativa, não! A questão é tráfico, é droga. Crianças, adolescentes sendo mortos todos os dias e o conforto da área policial é dizer que se trata de problemas entre quadras, entre adolescentes envolvidos com drogas.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB) (Aparte)

Deputado, não quero tumultuar o pronunciamento de V. Exa., mas é porque num tempo, no Paraná, conhecido de qualquer um que existia tráfico, vem um Secretário da Segurança Pública e diz que no Paraná só tinha aprisionado cem gramas de cocaína. Não faz muito tempo e V. Exa. sabe. Daí, o desregramento de hoje estar, nas nossas cidades, tanto na minha como na sua, uma violência enorme e fruto do tráfico e que estou de acordo com V. Exa.: não pode se dizer que estão abatendo os criminosos, mas, isto é derivado de um passado relaxado em relação ao combate ao crime organizado, crime de contrabando, de tráfico de arma e de droga.

Agradeço por mais este aparte.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Entendo V. Exa., mas tenho clareza que nem V. Exa. e nenhum Parlamentar nesta Casa e nenhum cidadão pode estar a favor dos altos índices de criminalidade que acontecem no Estado do Paraná. Então, estamos todos juntos na solução desse problema e, efetivamente, é necessário uma ação mais enérgica do governo na área da segurança pública.

Com aparte o Deputado Bradock.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Obrigado, Deputado Durval. Queria discordar um pouco do Deputado José Maria, visto que a criminalidade se combate com ação efetiva. Não se combate com computador eletrônico, com essas coisas todas como se apregoa.

Acho que o índice de criminalidade tem aumentado devido, realmente, à falta do efetivo. Os dois mil e

poucos policiais que foram contratados apenas repõem na Polícia Militar o que sai durante o ano. Saiu uma média de mil, mil e poucos policiais militares por ano, aposentados, exonerados, pedem a demissão da força. Agora que eles começaram a ganhar um pouquinho mais. Mas, tem lugares, por exemplo, Cornélio Procópio tem um cadeia lá que tem setenta, oitenta presos, 24 condenados, e está em péssimo estado. Os policiais que lá trabalham não têm condições de trabalhar. Se o cara pegar o dedo e começar a cutucar a parede, ele sai do outro lado!

Isso aí é segurança pública! Existem lugares que a polícia civil, por exemplo, só tem o Delegado e o escrivão. Os policiais que deveriam cuidar das investigações, têm que cuidar dos presos.

Então, se era ruim no passado, concordo porque vivi no passado como Delegado, hoje também não está aquela maravilha, até porque os Delegados de Polícia do Paraná estão desmotivados. Todos os órgãos do Governo do Estado tiveram o reajuste salarial e os Delegados de Polícia, os Procuradores e advogados do Estado não tiveram. Como se quer que um delegado de Polícia, que comanda uma Delegacia, que comanda as investigações, faça um trabalho condizente, sendo que ele está sendo desprestigiado? Acho que para você começar a pensar e segurança mais efetivamente positiva, você tem que melhorar o nível de trabalho, melhorar o salário do Delegado, melhorar as condições. Não adianta comprar dez viaturas e não ter policial para dirigi-la. Não adianta.

Obrigado pelo aparte, só queria dizer isso.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço o aparte do nobre Deputado Bradock e para concluir o meu pronunciamento, vou conceder o aparte do Deputado Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini

É muito curto, um minuto. Mas, se erros já vinham acontecendo, não foi só no Governo que antecedeu ao Requião, porque antes do governo do Lerner, quem foi Governador do Paraná também foi o Roberto Requião de Mello e Silva. Então, de 91 a 94 também teve problemas com déficit de policiais, de aposentadorias e o que estamos vendo, são delegacias fechadas. A de Campo Largo tem capacidade para dezenove e está com 86 presos. Não tem o que fazer com aquela população carcerária. Não tem investigador, não tem policial. Quitandinha não tem policial e não tem Delegado de Polícia. Uma cidade da região metropolitana. Ora, é um absurdo uma coisa dessas!

Então, quero dizer que V. Exa. realmente está feliz nas suas colocações e o Governo do Estado do Paraná não tem como se defender com relação à segurança pública.

Não se construíram delegacias no interior, cadeias públicas. As penitenciárias estão a dever à população carcerária que está um amontoado no Paraná. A Organização dos Estados Americanos já tomou conhecimento, a ONU já tomou conhecimento, a Anistia Internacional já

tomou conhecimento. E vamos mostrar essa face oculta do Governo do Paraná durante este ano aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de entrarmos na Ordem do Dia...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

A Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já passou, nobre Deputado. Foi chamada e não respondeu na hora. A ordem de hoje, é um dia o Governo primeiro, no outro dia a Oposição. Hoje era dia do Governo primeiro. A lei não protege os que dormem.

Quero dar uma notícia triste à Casa. Faleceu hoje às nove horas da manhã a Sra. Lavinia Henriqueta Accorsi Mota, progenitora do nosso companheiro Deputado Luiz Accorsi. Ainda não está definida a hora do sepultamento e nem onde será velada. Posteriormente, comunicaremos aos Srs. Parlamentares.

Também, antes de entrarmos na Ordem do Dia, solicito à Deputada Cida Borghetti a leitura do Ato da Comissão Executiva 76/2006.

A SRA. 1º SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Lê):

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 76/2006

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso XVII do artigo 54, no inciso II do parágrafo 2º do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53, das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma constituição, e no Capítulo VI do Título V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E :

Art. 1º Constatada a vacância no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja escolha é de competência da Assembléia Legislativa, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para as inscrições de candidatos.

Parágrafo Único. As inscrições serão feitas no Protocolo Geral da Assembléia Legislativa e dirigidas ao Presidente do Poder Legislativo.

Art. 2º Encerrado o prazo de inscrições, os pedidos serão enviados à Comissão Especial, constituída por cinco membros, assegurada a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares com assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3º A Comissão Especial opinará através de Parecer sobre os inscritos no prazo de 5 (cinco) dias, enviando a relação dos aprovados para deliberação do Plenário.

Parágrafo Único. A Comissão Especial poderá ouvir os inscritos, em sessões reservadas.

Art. 4º Recebido o parecer, a Mesa convocará, dentro de 5 (cinco) dias úteis, Sessão Especial para deliberar sobre os nomes aprovados pela Comissão Especial.

§ 1º Na Sessão Especial cada Deputado só poderá fazer uso da palavra uma vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Os oradores deverão se inscrever antes do início da discussão.

§ 3º Os apartes, quando permitidos pelo orador, não poderão exceder a 3 (três) minutos.

Art. 5º A Assembléia Legislativa deliberará sobre a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, por votação secreta, em discussão única.

§ 1º Será considerado escolhido quem obtiver a maioria dos votos dos Deputados presentes.

§ 2º Se nenhum dos candidatos alcançar maioria na primeira votação, far-se-á, em seguida, nova votação, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se escolhido aquele que obtiver a maioria dos votos dos Deputados presentes.

§ 3º Na hipótese de empate no resultado da votação descrita no parágrafo anterior, vencerá o candidato mais idoso.

Art. 6º A Assembléia Legislativa comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro horas), o resultado da deliberação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.02.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

COMUNICADO OFICIAL

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná comunica que, de acordo com o Ato da Comissão Executiva nº 76/2006, está aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de 17 de fevereiro do corrente ano, para as inscrições de candidatos ao preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, conforme o disposto no inciso XVII do artigo 54, no inciso II do parágrafo 2º do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, e no Capítulo VI do Título V do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.02.2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar aos Srs. Parlamentares, que hoje está publicado no jornal o memorando sobre a vaga no Tribunal de Contas, podendo se inscrever qualquer cida-

dão com domicílio eleitoral no Paraná. Também estamos neste momento lendo um memorando, que constata a vacância no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de acordo com o Ato da Comissão Executiva 76/2006.

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB, a indicarem um membro partidário até a próxima segunda-feira, dia 20 de fevereiro, para a constituição da Comissão Especial que irá opinar através de parecer, sobre os candidatos inscritos para o cargo. A partir de amanhã, os candidatos que pretenderem se inscrever, é só dirigir um requerimento e protocolar no protocolo-geral da Casa.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, voltando à informação do falecimento da Dona Lavínia, quero informar que o velório será na capela 03, do Parque Iguaçu, e o seu sepultamento ocorrerá hoje, às 17h, naquele mesmo campo santo.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 25 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Ato nº 76/2006, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, comunicando que está aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir de 17 de fevereiro do corrente ano, para as inscrições de candidatos ao preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, conforme o disposto no inciso XVII do artigo 54, no inciso II do parágrafo 2º do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, e no Capítulo VI do Título V do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2005, instituindo o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela polícia, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 233/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 233/2005, trata da Mensagem do Poder Executivo nº 016/2005 do Exmo. Sr. Roberto Requião, que institui o Programa de Recompensa destinado a estimular a colaboração privada na Segurança

Pública, mediante prestação de informações precisas na elucidação de fatos investigados pela polícia, conforme específica, que sofreu emenda supressiva de Plenário, retirando do mesmo o artigo 5º, incisos I e II.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que a referida emenda encontra-se de acordo com o artigo 135 e parágrafos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, que tratam das emendas.

O presente projeto de lei não apresenta óbice de natureza legal e de técnica legislativa, encontrando-se em condições de seguir a sua normal tramitação.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável à Emenda de Plenário ao presente Projeto de Lei nº 233/2005, por não encontrar qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Duílio Genari, Miltinho Pupio, Reni Pereira, Carlos Simões, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori e José Maria Ferreira.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 029, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 233/2005.

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PARECER PROPOSTO
PROJETO DE LEI Nº 276/2005

O Projeto de Lei nº 276/20005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná.

O fato de um incentivo não estar elencado no Orçamento do Estado não significa que ele não pode ser iniciado dentro do exercício financeiro, haja vista a existência da possibilidade de abertura de créditos adicionais na

forma da Lei nº 4.320/64, que só perdeu vigência no que conflita com a Lei Complementar nº 101/2000.

Cabe salientar, ainda, que a matéria depende de regulamentação do Poder Executivo, ao qual compete dispor sobre a origem dos recursos para implantar o incentivo. O Governador do Estado tem demonstrado através de matérias jornalísticas a importância desses incentivos para o desenvolvimento social, gerando inclusive renda e emprego para a população.

Vários incentivos fiscais lançados pelo Governo do Estado já foram criados por leis estaduais cuja origem foi a Assembléia Legislativa, através de um de seus membros. Para se comprovar esse fato basta fazer uma busca na Diretoria Legislativa da Casa. Anexamos, como exemplo, o Projeto de Lei nº 243/2005, que já recebeu parecer favorável desta Comissão.

O próprio artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o impacto orçamentário deve ser apresentado no exercício que “deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes”, o que pode ser objeto da regulamentação do Poder Executivo, pois nada indica que esse incentivo chegue a ser implantado ainda em 2005.

Em razão do exposto, emitimos voto em separado, favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 276/2005.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 276/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado Delegado Bradock.

Chamada esta Comissão a se manifestar em relação ao mérito da matéria, consideramos que o projeto de lei em questão procura fazer com que o Poder Público fomente a prática de esportes no Estado do Paraná, oportunizando jovens a demonstrar suas aptidões desportivas.

Sendo assim, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 276/2005.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI Nº 276/2005

Histórico

O Projeto de Lei nº 276/20005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza constitucional e legal, sob o ponto de vista das finanças do Estado.

A Constituição Estadual estipula que nenhum programa poderá ser iniciado sem previsão orçamentária, conforme artigo 135, inciso I, da Constituição Estadual.

Art. 135. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

Não obstante o custo de implantação do programa em si (que não se encontra previsto no orçamento), há que se destacar que a instituição do programa está calcada na concessão de crédito presumido de imposto, inclusive o ICMS, fato que fere a Constituição Federal.

Segundo a Constituição Federal, qualquer benefício fiscal ligado ao ICMS deve ser efetivado mediante Convênio entre os Estados e aprovado pelo Confaz, nos termos do artigo 150, que assim se expressa:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas do contribuinte, é vedado à União, aos Estados, do Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, 2º, XII, "g".

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados; (grifos meus).

A concessão de crédito presumido é benefício fiscal, portanto, regulado pelo disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, recepcionada pelo artigo 34, parágrafo 8º, do ADCT da Constituição de 1988 e Lei de Responsabilidade Fiscal.

O artigo 1º da Lei Complementar nº 25/75 assim dispõe:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos dos convênios celebrados e ratificados pelos Estados e Distrito Federal segundo esta lei:

Parágrafo Único. O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução na base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, no contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou benefícios fiscais concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data. (grifos meus).

Desta forma, os benefícios fiscais do ICMS somente podem ser concedidos mediante Convênio firmado entre os Estados e o Distrito Federal.

Segundo o pacto federativo previsto na Constituição Federal, o convênio somente é firmado quando há concordância dos outros Estados da Federação, bem como necessita de aprovação do CONFAZ, pelo que, não se pode fazer uma lei impondo ao Estado, obrigação que este não pode cumprir, sob pena de desrespeitar a Constituição Federal.

Cabe ao Deputado que propõe a lei verificar sua exequibilidade, não se podendo impor ao Estado, como já foi dito, obrigação que não possa cumprir, especialmente de cunho fiscal.

A criação de despesa continuada para o Estado bem como a concessão de incentivo fiscal devem obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal, que segundo seus artigos 14, 15, 16 e 17, exige que o projeto seja acompanhado de estimativa do impacto financeiro:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições.

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. omissis.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para o custeio do presente projeto, a lei não pode ser aprovada por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar 101/2000.

Da Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, declarando de Utilidade Pública a AMLS - Associação de Moradores de Linha Salete, com sede e foro no município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2005, de 06/09/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 540/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a AMLS - Associação de Moradores de Linha Salete, com sede e foro no município de Medianeira, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores Cultura, Lazer e Turismo do Bairro Novo "A", com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 130/2005, de 23/11/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 735/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Cultura, Lazer e Turismo do Bairro Novo "A", com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 748/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tornando obrigatória a reposição do peixe curimatá, anualmente, no Programa de Tanques-Redes, do Governo do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/2005, de 29.11.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 748/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo tornar obrigatória a reposição do peixe curimatá no Programa de Tanques-Redes do Governo Estadual.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme se pode depreender abaixo:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal.

Assim, nada há obstar-se quanto à legitimidade legislativa da Assembléia e tampouco acerca de sua legitimidade de iniciativa, visto o artigo 65 da Carta Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Fundamentação

O presente Projeto visa à inclusão do peixe curimatá no Programa de Tanques Redes do Governo Estadual. Esse Programa, instituído em maio do corrente, objetiva a reposição do estoque pesqueiro dos rios do Estado. Segundo análise feita por técnicos ambientais, essa espécie de peixe faz parte da cadeia alimentar dos demais, além de auxiliar na limpeza dos rios e represas mantendo limpos os mananciais que abastecem o Estado, sendo portanto essencial a sua manutenção como prevenção do meio ambiente.

Constitucionalidade

Dispõe a Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (...) (grifo nosso)

Na esteira, reza a Constituição Estadual:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais. (grifo nosso)

Conclusão

O projeto de lei sob análise não encontra óbice em relação à sua iniciativa legislativa e atende a boa técnica legislativa.

Ante o exposto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 768/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2005, de 06.12.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI Nº 768/2005**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica, com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nºs 4165, 4166 e 4167, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 4168, 4169, 4170, 4174 e 4275, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 4176, 4179, 011 e 012, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 013, 014, 015 e 016, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 017, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 021, 022, 023, 024, 025, 026 e 027, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 033, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nºs 034, 035, 036, 037, 038, 040, 041 e 042-A, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 039, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, eu estou estarelecido que as praias do Paraná viraram arenas onde se cobra ingressos. Parece que a Constituição não permite isso.

Amanhã há no Rio de Janeiro um show dos Rolling Stones, gratuito. Como é que as pessoas estão ganhando dinheiro com as nossas praias?

O que a Promotoria do Estado diz disso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está aprovado o seu requerimento.

Requerimento nº 044-A, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, o professor Rosala Garzuze faz cem anos e é o mentor do brilhante Instituto Neopitagórico do Paraná, o templo das musas da Vila Isabel, onde se conserva uma das mais importantes bibliotecas de conhecimento do Mundo.

Esse professor Rosala Garzuze representa o que há de melhor na identidade e na cultura do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nos associamos às homenagens que V. Exa. presta ao nosso ilustre paranaense.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 276, 540, 735, 748 e 768/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA EM SESSÃO DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2006.

Rede Feminina de Combate ao Câncer dá adeus a Azurita Medeiros

Gazeta do Povo

Um exército em cor-de-rosa se formou durante a manhã e a tarde de ontem para se despedir de Azurita

Medeiros, 71 anos, Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer. A líder da instituição morreu na madrugada de quarta-feira, de falência múltipla dos órgãos, e foi velada no Hospital Erasto Gaertner, onde funciona a liga da qual participam aproximadamente 500 voluntários - 350 em Curitiba e 150 em demais cidades do Estado. Até o início da missa de corpo presente, às 15h30, o livro de presença registrava cerca de 700 assinaturas. O sepultamento foi às 17 horas, no Cemitério Municipal. Viúva de Carlos Medeiros, a líder deixou os filhos Carlos Alberto Dalla Bona Medeiros e Rosane Medeiros Cherem, cinco netos e a mãe, Eunice Dalla Bona, de 93 anos, com quem vivia, no bairro do Pilarzinho.

Azurita estava no comando da Rede Feminina de Combate ao Câncer desde 2001, já em sua segunda gestã, tendo conseguido 95% dos votos, um feito inigualável. Ao todo, foi voluntária durante 25 anos, depois do convite feito por uma tia, Bernadete Sálvio.

É senso comum que sua administração marcou uma reviravolta no grupo - um dos projetos voluntários pioneiros do Paraná e do Brasil, já que as ligas começaram a pipocar a partir de 1947. Enérgica, intempestiva, direta, querendo tudo para ontem e “sem capas de açúcar”, nos dizeres de Anita Casagrande, uma das suas companheiras de voluntariado, a dona de casa saltou do trabalho de formiguinha no bazar - para o qual fazia principalmente peças de tricô - para uma gestão marcada pela organização à prova de guerra. “Ela era nosso general”, brinca a jornalista Juliana Hoffmann, funcionária da Rede, em busca de uma definição para a Presidente mão-de-ferro. Mesmo às voltas com questões burocráticas, contudo, manteve o hábito de tricotar, “num cantinho”, como lembram, principalmente quando os problemas de saúde se agravaram.

A contar pelos depoimentos emocionados e carinhosos, o estilo despachado de Azurita não causava melindres entre as voluntárias e voluntários (cerca de vinte homens estão filiados ao programa). Ao contrário, ajudou a revigorar a instituição, como lembram Nelly Müller, 80 anos, 42 de Rede, e Carlota de Mari - que completou 80 anos ontem, no velório da amiga. O médico superintendente do Hospital Erasto Gaertner, Luiz Antônio Negrão Dias, faz coro com as veteranas. “Ela era boa de briga. É preciso ter pulso firme para lidar com um grupo tão complexo como esse. As participantes fazem a barba e cabelo dos pacientes, dão comida na boca e ao mesmo tempo angariam verbas. Trabalham nos três turnos, e comparecem no sábado e no domingo”. Atualmente, a Rede corre atrás de parcerias - além de mais sacas de cimento e tijolo - para a construção de uma nova ala, com custo estimado em R\$ 10 milhões.

A Rede Feminina está integrada ao Erasto Gaertner tanto quanto a sala de radioterapia ou as enfermarias. As voluntárias, afinal, construíram o hospital, ao longo de dezoito anos, e participam, a viva-voz, da diretoria geral, lado a lado com o corpo médico. Seu surgimento tem

contorno épicos. Nasceu em 1954, com quinze ou vinte mulheres reunidas pela mulher do médico Erasto Gaertner, Anita, na Rua XV de Novembro com a General Carneiro, numa época em que a idéia organizada de voluntariado era tão vaga quanto discos voadores - que dirá abrir plantas arquitetônicas, levantar verbas para pagar o pedreiro e erguer um hospital até a cumeieira. A empreitada findou em 1972, ano da inauguração.

O período foi muito longo para o mestre-de-obras e os pacientes, mas o suficiente para popularizar a Rede Feminina e suas senhoras de avental rosado, rosa na lapela e estrelas na manga, multiplicadas, uma a uma, a cada cinco anos de perseverança na obra. Tão populares, os “anjos de rosa” se tornaram uma das marcas registradas de Curitiba, como a Boca Maldita e a Orquestra de Harmônicas.

Ao assumir a presidência, quando já conhecia a confraria mais do que o quintal de casa, coube a Azurita desempoeirar essa história, vencer no grito as divisões internas e não deixar que a iniciativa de Anita Gaertner ficasse no período jurássico do voluntariado. A opinião é unânime: ela conseguiu. “Coloque aí, moço, que ela era uma guerreira incansável, uma lutadora”, gritou à reportagem, em cima da hora, a voluntária Ana Maria Buabsi, companheira de trabalho da ex-Presidente. Foi interrompida pela cantoria da missa que mexeu com a rotina e com a memória do Hospital Erasto Gaertner.

José Carlos Fernandes

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2006.

Instituto Neopitagório comemora 100 anos de Rosala Garzuze

Gazeta do Povo

Uma conversa com o bom e velho mascate

Ele se chama Rosala Garzuze e habita o Templo das Musas. Se o nome e o local parecerem muito estranhos, espere até saber a idade do cidadão: 100 anos, uma proeza alcançada na última quinta-feira e com apagar de velas marcado para hoje à tarde, no Instituto Neopitagórico, onde está o templo. É quase um disparate explicar que fica na Vila Isabel e que se trata de uma daquelas coisas que só existem em Curitiba. Mas como diz o próprio aniversariante, essa história é conhecida no mundo inteiro. Menos aqui. Às falas.

Há quase oito décadas o médico Rosala Garzuze - libanês de nascimento - dirige o Instituto Neopitagórico, criado em 1909 pelo mítico professor Dario Vellozo, expoente do movimento simbolista no Paraná. Sua adesão ao clã se deu às passadinhas. Rosala foi aluno de Vellozo no Ginásio Paranaense, em 1921. O garoto de calças curtas mal podia acreditar que alguém tão fantástico existisse fora de algum conto das “Mil e Uma Noites”.

“Era orador, filósofo, contista. Meu inspirador. Mas nem me notou na sala de aula. Fui um menino muito tímido”, lembra.

Como amigo é para essas coisas, anos depois um colega de ginásio arrastou o encaramujado Rosala até a chácara da Vila Isabel - o “retiro saudoso” em que Dario construiu uma trincheira até hoje intocada. Saltaram do bonde no Armazém do Fruet, na República Argentina e descera, a pé até o templo. Foi um dia para não esquecer. Na ocasião, o jovem Rosala estava hipnotizado por uma idéia - a de botar os olhos na enciclopédia de Diderot e D’Alembert, aquela que deu origem à Revolução Francesa. “Ficava pensando se esses livros existiam mesmo”. Não só existiam como viraram um bom motivo para uma visita e outra ainda. Numa delas, de olho em verbete da enciclopédie, o visitante se enamorou de Carmem, filha de Dario, com quem se casou em 1932. Da união nasceram Sumakê, Atamis e Marian. Com a morte do sogro, em 1937, o ideal de reviver a cultura grega, entre outros refinamentos simbolistas, já tinha um herdeiro natural.

Hoje, Rosala é sinônimo do instituto, ao qual se dedica com o vigor dos verdes anos, ajudado por duas sobrinhas - Rhadail, da parte dos Vellozo - e Elisabeth, da linhagem dos Garcuze. Começa às 9 da manhã, com pausa para o almoço, o segundo tempo na parte da tarde. O estudioso também mantém cursos por correspondência.

Além de estudioso e ocupado demais para vestir pijama de flanela, o longo Garzuze é uma senhora conversa, a anos-luz da timidez juvenil que atrasou em alguns meses seu desembarque anunciado no Templo das Musas. Ele rejeita o rótulo de mero curioso, ao qual chama de “vício pernicioso”, além de uma sina que ronda os neopitagóricos, muitas vezes injustamente confundidos com ledores de almanaque, que sabem papagaiar de tudo um pouco. “Tem de pesquisar um tema e ir a fundo. Eu acompanho a marcha da evolução humana”, diz o professor aposentado da cadeira de Patologia Geral na UFPR. Mas aceita a pecha de interessado - qualidade que conquistou graças, também, àquelas deliciosas conspirações do destino.

O pai, Assef Jorge, vindo da cidade de Gebel (conhecida como Biblos, olha só) para o bairro do Portão, era mascate e fazia tráfico de histórias dos sertões por onde andava. O filho de pouca conversa devia ouvir admirado. Quando o professor lapeano Arcírio Ribeiro, no grupo escolar, lhe deu de presente, um meados dos anos 10, um livro chamado “O Sherloquinho”, um pouquinho do curiosíssimo Sherlock Holmes passou a circular no sangue do garoto que não sairia comerciante como os seus - mas venderia alguma coisa, fatalmente. O encontro com Dario encerrou a conversa e Rosala virou uma espécie de mercador de conhecimento sem direito a férias. “Nunca fui contar tempo”, avisa.

A medicina, por pouco, não lhe foi um atalho perigoso. “Fui um aluno medíocre”, diz.

Recém-formado, chegou a ir para o interior. Ficou um mês em Irati - e os melhores anos do resto de sua vida ali, na chácara de um quarteirão na Vila Isabel, perto de mais de três mil livros que compõem o acervo do instituto. E vai muito bem obrigado - asseado, dono de um aperto de mão firme, esbanjando lucidez intelectual e um delicioso senso de humor. "Apesar da violência, o mundo de hoje é melhor do que o do passado. Há mais conhecimento exato, mais liberdade de pensamento, amor à infância e participação das mulheres." Palavra de Rosala - uma das boas conversas do século.

José Carlos Fernandes

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 76/2006

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso XVII do artigo 54, no inciso II do parágrafo 2º do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53, das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma constituição, e no Capítulo VI do Título V, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E :

Art. 1º Constatada a vacância no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja escolha é de competência da Assembleia Legislativa, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para as inscrições de candidatos.

Parágrafo Único. As inscrições serão feitas no Protocolo Geral da Assembleia Legislativa e dirigidas ao Presidente do Poder Legislativo.

Art. 2º Encerrado o prazo de inscrições, os pedidos serão enviados à Comissão Especial, constituída por cinco membros, assegurada a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares com assento na Assembleia Legislativa.

Art. 3º A Comissão Especial opinará através de Parecer sobre os inscritos no prazo de 5 (cinco) dias, enviando a relação dos aprovados para deliberação do Plenário.

Parágrafo Único. A Comissão Especial poderá ouvir os inscritos, em sessões reservadas.

Art. 4º Recebido o parecer, a Mesa convocará, dentro de 5 (cinco) dias úteis, Sessão Especial para deliberar sobre os nomes aprovados pela Comissão Especial.

§ 1º Na Sessão Especial cada Deputado só poderá fazer uso da palavra uma vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Os oradores deverão se inscrever antes do início da discussão.

§ 3º Os apartes, quando permitidos pelo orador, não poderão exceder a 3 (três) minutos.

Art. 5º A Assembleia Legislativa deliberará sobre a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, por votação secreta, em discussão única.

§ 1º Será considerado escolhido quem obtiver a maioria dos votos dos Deputados presentes.

§ 2º Se nenhum dos candidatos alcançar maioria na primeira votação, far-se-á, em seguida, nova votação, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se escolhido aquele que obtiver a maioria dos votos dos Deputados presentes.

§ 3º Na hipótese de empate no resultado da votação descrita no parágrafo anterior, vencerá o candidato mais idoso.

Art. 6º A Assembleia Legislativa comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro horas), o resultado da deliberação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.02.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria de Apoio Técnico

Termo Aditivo de Contrato

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL FOTOGRÁFICO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL FOTOGRÁFICO

Pelo presente instrumento, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora de Saete, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representada pelo Diretor Geral Dr. Abib Miguel, doravante denominada de CONTRATANTE e a Empresa Ticolor Vídeo Foto Som Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 77.986.321/0001-31, neste ato representada pelo sócio gerente o Sr. Manoel Elísio Linhares, localizada na Rua Conselheiro Laurindo, nº 502/506, nesta cidade, doravante denominada CONTRATADA, em face do procedimento licitatório autorizado através do Convite nº 089/2005 e protocolado sob nº 5557/2005, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do prazo contratual - O presente Contrato de Prestação de Serviços ora aditado fica prorrogado pelo período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro - nº 3390.3000.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar e indissociável do Contrato ora

aditado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por acharem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 03 de janeiro de 2006.

(aa) CONTRATANTE
CONTRATADA
Testemunhas

Balancetes

OFÍCIO Nº 001/2006

Curitiba, 04 de janeiro de 2006.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de DEZEMBRO/2006, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Dezembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/12/2005
MÊS: Dezembro	Exercício: 2005	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	15.025.399,00	194.125.399,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	15.025.399,00	194.125.399,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	115.784,00	1.084.216,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	115.784,00	1.084.216,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.909.615,00	195.209.615,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	4.939.771,12	11.783.668,01
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.939.771,12	11.783.668,01
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	4.939.771,12	11.783.668,01
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.085.623,40	12.626.438,21
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	18.085.623,40	12.626.438,21
TOTAL	37.935.009,52	219.619.721,22

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Dezembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/12/2005
MÊS: Dezembro	Exercício: 2005	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	17.675.165,16	191.180.841,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.985.772,24	164.470.566,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.689.392,92	26.710.275,30
DESPESAS DE CAPITAL	118.133,01	779.490,66
INVESTIMENTOS	118.133,01	779.490,66
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	17.793.298,17	191.960.332,48
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	869.413,27
PAGAMENTOS	0,00	869.413,27
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	9.422.244,42	16.070.508,54
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.422.244,42	16.070.508,54
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	9.422.244,42	16.939.921,81
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	10.719.466,93	10.719.466,93
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	10.719.466,93	10.719.466,93
TOTAL	37.935.009,52	219.619.721,22

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 003/2006

Curitiba, 09 de fevereiro de 2006.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JANEIRO/2006, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Janeiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/01/2006
MÊS: Janeiro	Exercício: 2006	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	22.200.000,00	22.200.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	22.200.000,00	22.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	23.200.000,00	23.200.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	190.934,50	190.934,50
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	190.934,50	190.934,50
CANCELAMENTO DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	190.934,50	190.934,50
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	10.719.466,93	10.719.466,93
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	10.719.466,93	10.719.466,93
TOTAL	34.110.401,43	34.110.401,43

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Janeiro ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro Exercício: 2006	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/2006
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	16.534.653,02	16.534.653,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.819.078,31	14.819.078,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.715.574,71	1.715.574,71
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	16.534.653,02	16.534.653,02
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	2.431.761,25	2.431.761,25
PAGAMENTOS	2.431.761,25	2.431.761,25
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	62.760,00	62.760,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	62.760,00	62.760,00
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.494.521,25	2.494.521,25
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	15.081.227,16	15.081.227,16
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	15.081.227,16	15.081.227,16
TOTAL	34.110.401,43	34.110.401,43

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade